



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Kaio Rodrigues

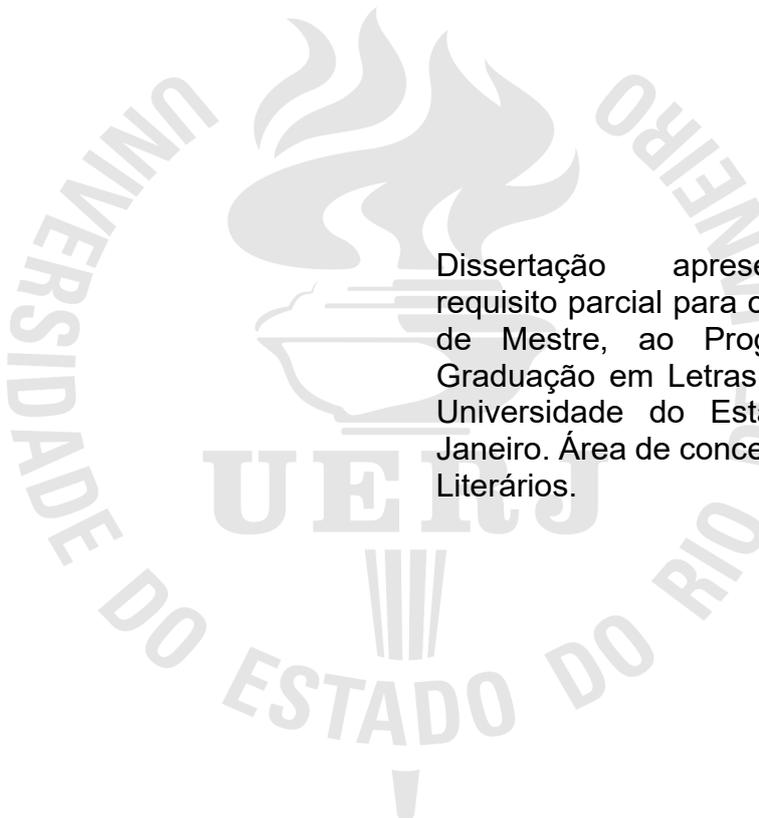
“Alguém joga xadrez com a minha vida”: mulheres e o tabuleiro social nas narrativas de Martha Batalha e Giovana Madalosso

São Gonçalo

2023

Kaio Rodrigues

“Alguém joga xadrez com a minha vida”: mulheres e o tabuleiro social nas narrativas de Martha Batalha e Giovana Madalosso



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R696 TESE	<p>Rodrigues, Kaio. “Alguém joga xadrez com com a minha vida” : mulheres e o tabuleiro social nas narrativas de Martha Batalha e Giovana Madalosso / Kaio Rodrigues. – 2023. 129f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Feminismo na literatura – Teses. 2. Opressão (Psicologia) – Teses. 3. Literatura brasileira – Teses. I. Torres, Maximiliano Gomes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 869.0(81)-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kaio Rodrigues

“Alguém joga xadrez com a minha vida”: mulheres e o tabuleiro social nas narrativas de Martha Batalha e Giovana Madalosso

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

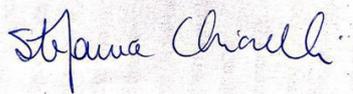


Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres – Orientador
Faculdade de Formação de Professores – UERJ



Documento assinado digitalmente
Tania Regina Oliveira Ramos
Data: 24/02/2023 10:54:09-0300
CPF: ***.265.229-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof^a. Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof^a Dra. Stefania Rota Chiarelli
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo
2023

DEDICATÓRIA

Para o Miguel, que, com o peito cheio de amor, me ensinou que as melhores narrativas só podem ser lidas pelo coração.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da graduação, dediquei-me exclusivamente ao estudo de narrativas. O texto em prosa, sua fruição, seus recursos poéticos, sempre foram elementos que me atraíram. Assim como as histórias contadas.

Na narrativa de minha própria vida, algumas personagens foram protagonistas:

À minha avó, Maria da Conceição, que mesmo sem saber ler e escrever me ensinou a decifrar os signos do mundo. Devo a ela a criticidade, a leveza, o afeto, a mim entregues em todos os dias desde que nasci. Metade do meu amor veio dela.

À minha mãe, Raquel Rodrigues, pelo amor cunhado nas sutilezas dos dias. Pelo trabalho árduo, pela força motora e pelas muitas noites de plantão para que eu pudesse estudar em uma boa escola, a melhor que ela podia me oferecer. Pelos diálogos, pelos abraços e principalmente por ter compreendido que, apesar do que lhe diziam na Igreja, o Lula não destruiria nossa família, mas a reuniria novamente. A outra metade do meu amor veio dela.

Às minhas tias, Rejane e Rosilane, pelas cobranças diárias e pelos esforços para que eu nunca me sentisse sozinho enquanto minha mãe trabalhava. Pelos remédios, pelas orações, pelo amor gratuito e potente.

À minha irmã, Maria Eduarda, pela infância partilhada, pela juventude de aceitação e pela energia criadora. Na ausência de uma figura paterna, encontramos forças um no outro para nos construirmos como sujeitos, partilhando o gosto pela Música Popular Brasileira e o ódio pelo bolsonarismo que dividiu nossa família.

À minha prima-irmã, Fabiana Nascimento, pela iniciação num mundo plural e cheio de significados. Pelas noites de jogatina, pelas tardes intermináveis de filmes e por me ensinar a ir *mostrando como sou, sendo como posso, jogando meu corpo no mundo*.

Ao meu primo-irmão, Thiago Nascimento, primeiro da família a chegar à Universidade Pública; primeiro a concluir um doutorado, e meu introdutor na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Thiago me iniciou cientificamente aos 12 anos, pagando-me com livros – os meus primeiros – o trabalho de revisar seus textos e buscar suas fontes em jornais cheios de pó da época da ditadura militar.

Ao meu marido, Miguel Costa, a quem conheci numa fila de matrícula em nosso primeiro dia na universidade. Sua ternura me conduziu pela lassidão dos dias, pela

cruza do mundo e pelas renúncias externas, as quais só nós compreendemos. Por embarcar também em um mestrado acadêmico, porque alguém certa vez disse que merecíamos isso. Por cada choro e cada riso, cada abraço e cada noite de escrita compartilhada. Por inspirar meus maiores sonhos.

Ao Bento Augusto, nosso cachorro, pela companhia, pelos abraços e pela delicadeza. Todo o processo se tornou mais fácil com ele deitado em sua caminha sob minha mesa ao longo dos meses de escrita.

Ao professor Maximiliano, o Maxi, maior amigo e melhor confidente. Pelas nossas próprias noites de choro *sem* uísque, mas de muita caipirinha e risadas. Por, nas horas mais difíceis, ter me tomado em abraços e dito que tudo ficaria bem. Por embarcar nesta pesquisa ao meu lado, por me devolver o prumo em todas as vezes nas quais fraquejei – e não foram poucas, sabemos. Pela arte do encontro e pelos livros nunca devolvidos. Pelo título primoroso. Pela dureza quando necessário; pela ternura quando imprescindível. Eu sou porque ele é.

Aos professores Vinicius Maciel de Oliveira e Alessandra de Paula Santos, felizes encontros em um ambiente de renúncias muitas. Pelo privilégio do riso e da leveza, e por um sofá emprestado nas noites de vinho. À professora Mariana Custódio, pela firmeza e pelas aulas desafiadoras e instigantes.

Aos queridos do Grupo de Estudos Feministas e Interseccionais, o GEFIS-UERJ, por uma pandemia partilhada e pela organização dos maiores e melhores eventos que poderíamos fazer. Pela troca, pelo diálogo, pelas reflexões teórico-práticas que enriqueceram este trabalho.

Aos colegas de graduação, encontros de almas, pela força, pela vivacidade e por fazerem muito mais que o básico: Ana Carolina Cardoso, Andressa Oliveira, Beatriz Pestana, Douglas Ernesto e Yohana Borges, presentes da UERJ. À Letícia Souza e ao Matheus Cardoso, pela presença constante, as viagens e os caminhos trilhados. E a todos os demais amigos feitos ao longo do processo, mas que não cito aqui sob o peso de acabar esquecendo algum.

À Laryssa Arguelles, pelo amor incondicional desde antes de sermos quem somos; por dizer o que ninguém mais teve coragem; pela cumplicidade de almas; pela arte do reencontro. E por sempre, sempre, sempre me lembrar de voar.

Ao Victor Doblaz Heringer, a quem nunca conheci, mas que me incentivou como escritor e pesquisador, por alertar que “a pátria é a da gentileza desatenta”. À Natalia Timerman, por me curar com sua literatura e com seu *Copo Vazio*. À Juliana

Leite, por me guiar pelos caminhos da prosa literária, pelo abraço afetuoso e por me colocar entre as *suas* mãos. À Eliana Alves Cruz, por escovar a história e me fornecer um projeto de Doutorado significativo e potente; pelo abraço acolhedor; pelas expressivas mensagens de congratulação.

À Martha Batalha, por escrever a *história da invisibilidade* e me presentear com sua Eurídice; por seu castelo mourisco, onde volta e meia me refugio; e por ter me dado um dos melhores aniversários da vida ao ir à Universidade fazer uma fala e autografar seus livros. À Giovana Madalosso, que chegou depois, mas foi fundamental para que esta pesquisa encontrasse prumo. Pela ecologia de saberes, pela matéria criativa e por construir uma Maria Júlia branca, fazendo-me repensar todo um capítulo desta dissertação.

À professora Stefania Rota Chiareli, pela qualificação primorosa, atenta, dedicada. E à professora Tânia Regina Oliveira Ramos, pelo cuidado, pelo texto lido – e comentado – na primeira versão deste trabalho. A ambas, pela contribuição significativa, por me fazerem acreditar na importância de uma entrega total ao texto literário e por me dizerem “Agora curta o seu texto”, quando tudo o que eu tinha eram preocupações. Por construírem espaços pungentes de afeto e cordialidade, tão caros e tão fundamentais para que eu seguisse em frente quando a vontade maior era voltar atrás.

À professora Simone Schmidt, pelo carinho, pelas aulas, pelas trocas e pela atenção plena. À professora Liane Schneider, sempre tão crítica e pontual. Ao professor Fernando Monteiro de Barros, *in memoriam*, pelos constantes e efusivos elogios, bem como pelas necessárias críticas, desde o início da graduação.

Ao Vinicius Lopes, meu professor de Literatura do Ensino Médio e bolsonarista *après coup*. Pela tabela engessada de movimentos literários e por me ensinar o tipo de professor que eu jamais gostaria de ser.

Ao Cristiam Campos, pelo apoio incondicional, pelos jantares e por todo o resto. Ao Weibert Bruno, por sempre atender às minhas ligações desesperadas e por ser o melhor amigo que eu poderia ter. Ao Douglas Rodrigues, pelo cuidado sincero com as palavras e os detalhes. E ao Luis Fhernando Silva, por me empurrar em direção à seleção do doutorado no último minuto da última hora do último dia; por ter acreditado quando nem mesmo eu achava possível.

Aos meus alunos, todos, pela acolhida nos meus melhores e piores dias; por tornarem os piores em melhores apenas com sorrisos e compreensão. Por me

perguntarem *para que serve um Mestrado e um Doutorado*, emudecendo-me por vários minutos e, com isso, rendendo tema uma dúzia de sessões de terapia.

Ao meu terapeuta, Filipe Narciso Pereira, pela escuta atenta e por fazer do verão *o apogeu da primavera*.

Com gratidão e certa incredulidade, chego ao fim deste ciclo com a consciência de que tudo só foi possível graças ao companheirismo de pessoas tão queridas. Por fim, agradeço à Faculdade de Formação de Professores da UERJ pela acolhida harmoniosa e pela minha formação crítica. E ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, seus professores e secretária, pelo abrigo a esta pesquisa.

RESUMO

RODRIGUES, Kaio. “*Alguém joga xadrez com a minha vida*”: mulheres e o tabuleiro social nas narrativas de Martha Batalha e Giovana Madalosso. 2023. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Esta dissertação analisa os romances *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, e *Suíte Tóquio* (2020), de Giovana Madalosso, tendo como base as conquistas femininas e feministas efetivadas longo dos séculos XX e XXI. Sendo a literatura uma poderosa chave de leitura para a compreensão desses movimentos de libertação, as obras, que têm como tempo os anos 1940 até finais dos 2010, demonstram como as ondas feministas foram fundamentais para a transformação dos espaços de gênero no país. A partir do comparatismo entre ambos os textos, busca-se uma investigação crítica a respeito dos caminhos da produção de autoria feminina no Brasil, da formação da classe média e da perpetuação de modelos de família no cerne da sociedade brasileira. Assim, o corpo, os afetos e os espaços políticos se unem à crítica literária para suscitar provocações sobre a construção de um Brasil do futuro ainda bastante ligado ao passado. Esta pesquisa, portanto, é uma dentre muitas possibilidades investigativas da história de um movimento tão importante e tão marcadamente ligado às produções ultracontemporâneas brasileiras, que tratam de temas que, dia após dia, suscitam calorosos debates sociais.

Palavras-chave: Feminismo. Interseccionalidade. Gênero. Opressão. Literatura brasileira contemporânea.

ABSTRACT

RODRIGUES, Kaio. "*Someone plays chess with my life*": women and the social board in the narratives of Martha Batalha and Giovana Madalosso. 2023. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This dissertation analyzes the novels *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), by Martha Batalha, and *Suíte Tóquio* (2020), by Giovana Madalosso, which provide an overview of the feminine and feminist achievements made throughout the 20th century and XXI. Once literature is a powerful reading key for understanding these liberation movements, the works, which date from the 1940s and 2020s, demonstrate how feminist waves were fundamental for the transformation of gender spaces in the country. From the comparison between both texts, a critical investigation is sought regarding the paths of female authorship production in Brazil, the formation of the Middle Class and the perpetuation of family models at the heart of Brazilian society. Thus, the body, affections and political spaces unite with literary criticism to provoke provocations regarding the construction of a Brazil of the future that is still closely linked to the past. This research, therefore, is one among many investigative possibilities of the history of such an important movement and so markedly linked to ultra-contemporary Brazilian productions, which deal with themes that, day after day, raise heated social debates.

Keywords: Feminism. Intersectionality. Genre. Oppression. Contemporary Brazilian Literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Enedina Alves Marques com sua turma	30
Figura 2 –	“Por que mulherio?”	38
Figura 3 –	Demanda por creches	39
Figura 4 –	“A lei ignora a realidade”	43
Figura 5 –	Instituto de Educação do Rio de Janeiro, anos 1950	63
Figura 6 –	Colégio Militar do Rio de Janeiro, primeira metade do século XX	63
Figura 7 –	Igreja dos Capuchinhos, 1931	64
Figura 8 –	O convidado	73
Figura 9 –	Pele Tatuada à Moda de Azulejaria	74
Figura 10 –	Capa brasileira da primeira edição de Suíte Tóquio	120
Figura 11 –	Capa portuguesa de Suíte Tóquio	120

SUMÁRIO

	“A HISTÓRIA DAS MINHAS, DAS SUAS AVÓS”: INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NA LITERATURA BRASILEIRA	12
1	“ALGUÉM PRECISA CONTAR ESSA HISTÓRIA”: NARRATIVAS POSSÍVEIS SOBRE O FEMINISMO BRASILEIRO	24
1.1	Uma história pouco contada: feminismo e busca por direitos	27
1.2	Vozes mulheres: linhas e histórias	45
2	A CLASSE MÉDIA ATRAVÉS DO ESPELHO: IMERSÃO LITERÁRIA EM RAÇA, CLASSE E DESEJO FEMININO	52
2.1	Sobras do passado: mitos fundadores de uma nação	54
2.2	No seio da família, dois séculos em disputa: a vida invisível de Eurídice Gusmão e Suíte Tóquio	58
2.3	“Quase da família”: a interseccionalidade como categoria de análise do trabalho doméstico	75
3	O PONTO ZERO DA INSATISFAÇÃO: CAPITALISMO, PATRIARCADO E MATERNIDADE	88
3.1	“Quem é a mãe dessa criança?”: o útero é do tamanho de um mundo	89
3.2	“Mulher prene de dizeres / fecundados na boca do mundo”: maternidades interseccionais	97
	CONSIDERAÇÕES	113
	REFERÊNCIAS	123

“A HISTÓRIA DAS MINHAS, DAS SUAS AVÓS”: INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS NA LITERATURA BRASILEIRA

Não somos nós que mudamos os dias, são os dias que nos mudam a nós. Tudo se transforma, tudo acaba, tudo recomeça, criado pelo mesmo princípio, destinado para o mesmo fim. Nascermos, morremos e no intervalo de uma outra ação, vivemos a vida que nosso tempo nos impõe.
Julia Lopes de Almeida¹

É necessário que falemos a partir de um lugar. Mais do que isso, é imprescindível que forneçamos endereços, caminhos e refúgios para que novas vozes possam efetivamente dizer aquilo que, por anos, esteve silenciado. Em *avenidas identitárias* (AKOTIRENE, 2018, p. 14), percursos se avizinham a fim de transformar as hierarquias vigentes e, por que não, instituir novos pensares e saberes.

De acordo com Kimberlé Crenshaw, uma das formuladoras da teoria interseccional, da qual fala Akotirene, só se pode garantir que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos se nos atentarmos “às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas interseções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos” (CRENSHAW, 2002, p. 174). Mas como a literatura se relaciona a isso?

Para Antonio Candido, “uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzi-rem a uma interpretação coerente” (CANDIDO, 2006, p. 17). Ciente disso, conservo o direito de, aqui, pensar a literatura a partir das lentes multifacetadas da crítica feminista, que se abre a pensar o mundo de forma plural e desconfiada.

Mesmo por essas vias, é certo que a literatura escrita por mulheres carece, ainda hoje, de novos estudos e aproximações. Por ser vasta e complexa, não pode ser negligenciada ou vista como inferior, mas deve ser compreendida como um território de múltiplas possibilidades discursivas. Este trabalho, então, busca percorrer lugares de falas e de escritas a fim de se juntar ao cabedal de dissertações e teses sobre a autoria feminina no Brasil.

¹ ALMEIDA, Julia Lopes de. **Livro das donas e das donzelas**. Rio de Janeiro. Editora Vermelho Marinho, 1906, p. 24.

Se, no século XIX, nossas escritoras se ocultavam sob “pseudônimos, temerosíssimas da opinião masculina dominante” (MUZART, 2011, p. 17), e assim produziam timidamente seus escritos, no século XX a literatura colheu o fruto das revoluções – dentre elas a feminina –, com a notoriedade de novas vozes de potência singular. Essas mulheres estavam atentas às questões de seu tempo, e viram-se “envolvidas com o desenvolvimento das questões ligadas ao feminino, ao feminismo e às novas possibilidades de comportamentos, de modos de vida e do uso da linguagem...” (WILLMER, 2011, p. 156), como se nota na vastíssima produção que marcou a escrita nas últimas décadas.

Desse modo, projetaram-se como escritoras e assumiram um papel de autoria que as libertou de muitas amarras de dominação, sendo assimiladas pelo cânone – ou mesmo o subvertendo. Esse longo processo se destacou com as letras por elas escritas ainda no século XIX, mas sua busca se expandiu também nas épocas subsequentes, período que viu nascer autoras que fazem de sua literatura uma potente lupa para revisar aquelas dominações do passado que persistem no presente.

Estudá-las é pensar movimentos críticos, repensar espaços políticos e escovar a contrapelo – tal como sugerido por Walter Benjamin (1987) – a história de um país cuja memória sempre se pautou na tríade branca-patriarcal-abastada, como nos mostra a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, que se debruça sobre a genealogia dos problemas sociais no país:

A misoginia se manifesta de muitas formas, que vão desde a exclusão social até a violência de gênero. Ela aparece retratada igualmente na antiga formação patriarcal de nossa sociedade, a qual carrega, até a atualidade, a certeza do privilégio masculino, a banalização da violência contra a mulher e a tentativa de sua objetificação sexual. Essas são raízes compactas de nosso autoritarismo, que sempre trouxe consigo uma notória correlação com a questão de gênero. As mulheres deveriam atuar como “princesas”, obedecendo e se subordinando aos maridos, enquanto os homens são eternos “príncipes”, cientes de seu domínio e autoridade (SCHWARCZ, 2019, p. 154).

Isso demonstra como as questões de gênero não se restringem aos dias atuais, sendo uma parte importante da formação de nossas terras. Tal ocorrência afetou as dinâmicas sociais, as vivências e, claro, a produção artística aqui empreendida, como se nota em cada página escrita ao longo de nossa breve, mas conturbada história.

Ainda sobre a escrita feminina no Brasil, pesquisas recentes, como a empreendida pela professora Regina Dalcastagnè, chamam atenção para o fato de

72,7% dos autores das maiores editoras brasileiras ainda serem homens. Para a pesquisadora, que analisou publicações de mais de uma década – de 1990 a 2004 – , “a condição feminina evoluiu de muitas maneiras, mas a literatura – ou, ao menos, o romance – continua a ser uma atividade predominantemente masculina” (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 31), o que se reflete também em alguns de nossos maiores prêmios literários, que chegam a contar com menos de 25% de participação feminina.

Os dados apresentados por certo não acompanham as últimas duas décadas de exponencial progresso, mas evidenciam uma histórica dificuldade de contato da mulher com o mercado editorial. Sobretudo, levam-nos a refletir sobre os diferentes escopos da dominação masculina que atuam como promotores desse processo. Afinal, se não há, na Constituição ou em qualquer outro código, uma lei que proíba mulheres de escrever, publicar ou divulgar seus livros, que mecanismos, então, as impede de ser conhecidas – e reconhecidas – pelo público, pela crítica e pelas próprias editoras e prêmios?

Em seu romance de estreia, a pernambucana Martha Batalha nos oferece uma possibilidade de resposta a esse questionamento ao ficcionalizar um tema universal, mas que ganha cores tupiniquins: o silenciamento de mulheres marcadas pelo tempo e pela sociedade masculinista em que nasceram. Mulheres que poderiam ter sido grandes engenheiras, médicas, professoras, até mesmo escritoras, mas que, em uma rotina de inadequações, acabam por se casar com “excelentes maridos” para se tornarem “excelentes esposas”. Ou, quando não o fazem, recebem todas as sanções socialmente previstas para aquelas que desafiam o que Simone de Beauvoir definiu como “destino tradicional da mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 7)

Por ocasião do lançamento do romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*², Batalha participou de uma série de palestras e entrevistas nas quais detalhava seu processo criativo e os caminhos que a levaram a uma das maiores casas editoriais do país. Jornalista de formação, trabalhou como repórter de importantes veículos de mídia, tendo ainda criado a editora Desiderata, a qual manteve até sua mudança para os Estados Unidos, em 2008. Em Nova York, Batalha se tornou mestre em Publishing, atuando no mercado editorial enquanto escrevia a obra que a tornaria finalista do São Paulo de Literatura e semifinalista do Oceanos, dois de nossos maiores prêmios literários.

² Doravante, EG.

Para além da história em si, o que chama atenção nos materiais de divulgação do romance é o seu caminho atípico rumo à publicação: recusado por todas as mais importantes editoras brasileiras, *A vida invisível* precisou ser cobiçado por seis casas internacionais na prestigiada Feira de Frankfurt antes de chamar a atenção os profissionais brasileiros. Nesse sentido, o questionamento imediato não pode ser outro, senão sobre os motivos que levaram à demora pela aceitação da obra no país de origem de sua autora.

A resposta pode estar em nosso próprio mercado editorial e na sua dificuldade de absorver tramas que fujam do padrão comercial estabelecido ano após ano. Ou pode, ainda, relacionar-se àquilo que a própria história da literatura brasileira deixa evidente: que grandes mulheres – e, mais especificamente, *histórias* sobre grandes mulheres – precisam cursar uma trajetória ainda mais conturbada antes de passar pelo crivo da crítica e do público.

Devemos, então, problematizar a invisibilização da autoria feminina na tradição cultural brasileira, fenômeno que persistiu por séculos, processo que eliminou a memória de luta contra um regime patriarcal e “impôs o silêncio e a invisibilidade às pioneiras produções culturais das mulheres, bem como sua participação nas lutas sociais” (DUARTE, 2022, p. 16), como denuncia Constância Limar Duarte no necessário “Memorial do Memoricídio”.

Por certo, muito se avançou nos últimos anos. A vitória de mulheres em importantes prêmios literários, bem como seu protagonismo em listas de divulgação ou no hall de mais vendidas, demonstram uma forte demanda do mercado por vozes femininas. Desse modo, é importante questionarmos como é a própria busca pelo lucro o que – também – passa a validar a autoria feminina. Isso deve ser questionado, repensado, não como uma crítica, mas como uma compreensão do processo – o qual, por certo, não é motivado de maneira exclusiva por um súbito desejo por textos escritos por mulheres. A isso voltaremos mais abaixo.

Ainda em relação a essa canonização/exclusão, ao tratar da formação do imaginário da literatura brasileira, João Alexandre Barbosa salienta que:

[...] a escolha dos autores e das obras, e a conseqüente formação do cânone, se, por um lado, não podia fugir ao que, no plano dos conceitos, era tido por literatura segundo os teóricos metropolitanos, por outro lado, todavia, procurava ajustar aqueles conceitos a uma representação que desse conta dos anseios nacionalistas e, portanto, autônômicos (BARBOSA, 2012, p. 19).

Desses anseios, excluídas foram as autoras mulheres, os autores negros e toda a sorte de diversidade possível, forjando-se uma cena literária na qual se destacavam figuras masculinas, brancas. O próprio mercado editorial, em sua maior parte, esteve sob a régua de editores e críticos excludentes, que não acrescentavam, aos seus bancos de autores, compêndios literários e historiografias possíveis, as figuras femininas.

Por outro lado, a quebra desse bloqueio faz com que se estabeleçam caminhos possíveis. Exemplo disso foram os resultados da 64ª edição do Prêmio Jabuti, encerrada em 2022, que teve seu corpo de finalistas encabeçado por mulheres. A premiação laureou autoras como Eliana Alves Cruz (categoria *Conto*), Luiza Romão (categoria *Poesia*) e Micheliny Verunschck (categoria *Romance Literário*), apenas para citar algumas. Ou mesmo o Prêmio Oceanos, que consagrou a escritora portuguesa Alexandra Lucas Coelho em primeiro lugar, e a própria Verunschck em terceiro³.

Isso só foi possível porque, além de escreverem – algo que sempre fizeram – as mulheres também encontraram pares em outros espaços, como entre leitoras e leitoras, juradas e jurados e, claro, na própria crítica especializada, que compreendeu suas lutas e agora vê com bons olhos as suas produções. “Mulher”, aliás, foi eleita a palavra do ano pelo Dictionary.com, que levou em consideração o aumento de mais de 1.400% nas buscas pelo termo em inglês. Isso talvez se explique pelo estímulo à compreensão do conceito de mulher na atualidade⁴.

Em carta que abre seu romance, Martha Batalha afirma serem suas protagonistas inspiradas “nas vidas das minhas, e das suas avós” (BATALHA, 2016, p. 7). Neste caminho, qualquer leitura desatenta pode esconder uma chave de interpretação pouco eficaz para a obra, reduzindo ao início do século XX as discussões de seu romance. A autora ainda afirma que “o mais real deste livro está na vida das duas protagonistas, Eurídice e Guida. Elas ainda podem ser vistas por aí” (BATALHA, 2016, p. 8), para, logo em seguida, dar descrições de senhoras idosas, deixando de lado que mesmo entre as mulheres mais jovens a problemática persiste.

É certo que, ao mimetizar *A vida invisível* em um determinado tempo e espaço, a autora angaria um pano de fundo mais que potente, visto que, nessa época, as

³ A segunda colocação foi entregue a um homem, o escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho.

⁴ Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/12/mulher-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dictionary-com/>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

perspectivas para as mulheres eram ainda menores que as dos dias atuais. Nosso objetivo, apesar disso, é compreender o impacto desse passado no Brasil de hoje; um Brasil cada vez mais conservador e aliado a um modelo de vivência que intenta devolver as mulheres aos seus lugares tão comuns nos séculos anteriores.

Mas se houve opressão, houve também resistência. Nesse caso, coube ao feminismo o papel desbravador de realizações; os ventos de mudança que fizeram do século XX um território de disputa política; de conquistas nunca antes vistas; de um mundo que, se não se dobrou às mulheres, ao menos tem aprendido a respeitá-las também como artistas.

Nesse sentido, a obra de Martha Batalha é eficiente ao mostrar as conquistas a partir do ponto de vista de mulheres que não encabeçavam as lutas, mas que delas se beneficiavam, ainda que desconhecessem propostas do movimento. Elas conheciam as dores, sentiam as ausências, mas não eram capazes de nomeá-las, posto que haviam sido condicionadas àquela realidade.

Ao percorrermos as breves 188 páginas do livro, nos deparamos com um narrador em terceira pessoa que se mostra compreensivo com as dinâmicas de submissão que guiam a trama, não se opondo a elas diretamente, mas descrevendo-as com características peculiares e irônicas, que colocam o leitor, logo no início, diante da primeira grande aflição da protagonista:

Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório, ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas ela escreveria clássicos. Mas o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar (BATALHA, 2016, p. 12).

Essa realidade se firma em protagonistas marcadas pela dominação para construir seu enredo. Eurídice Gusmão, filha de imigrantes portugueses e pertencente à classe média do tradicional bairro da Tijuca, teria uma vida de possibilidades, não fossem as restrições de gênero da época em que viveu.

A realidade não se reduz, entretanto, às primeiras décadas do último século: é comum que ainda hoje as mulheres sejam subalternizadas por discursos misóginos e patriarcais que objetificam seus corpos e atitudes. Segundo Guacira Lopes Louro, a construção do masculino e do feminino parte da representação e da valorização desses aspectos. Desse modo, de acordo com a autora, “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não

exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (1997, p. 21), fazendo com que a existência do gênero feminino seja marcada pelas imposições de um regime produtivo de heterossexualidade pautado em construções sociais e na reprodução. Nesse sentido, a diferenciação sexual não está no terreno do biológico, mas no do sócio-histórico, visto que – e a isso já nos alertava Simone de Beauvoir (1980) – é a opressão que cria o sexo, e não o oposto.

Afinal, o gênero é um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais. Valendo-se disso, a dominação masculina encontra mecanismos que a perpetuem na sociedade. Um desses é aquilo que teórica italiana Teresa de Lauretis (2019), baseando-se na perspectiva foucaultiana de poder, definiu como *tecnologias do gênero*. Para ela, essas tecnologias operam, discursivamente, como procedimentos e técnicas que constroem conceitos antagônicos de "homem" e "mulher", bem como os comportamentos condicionados a cada um desses extremos.

No romance de Batalha, isso se evidencia nos espaços gendrados, nas configurações familiares, nos jornais e revistas que contribuem com a continuação de padrões. Acontecia “quando Eurídice e Cecília começavam a colocar o jantar na mesa” (BATALHA, 2016, p. 34), mãe e filha trabalhando juntas enquanto o marido e o filho homem ficavam no sofá. Ou nos modelos de corte e costura que a primeira seguia à risca, primeiro porque uma mulher deveria saber costurar, mas depois porque aquilo lhe era uma novidade, e ela adorava novidades:

Sentada embaixo do cogumelo de plástico que emitia calores e abrigava as cabeças da elite tijuicana feminina, folheando distraída as páginas do Jornal das Moças, Eurídice demorou-se por mais tempo que o de costume na seção de corte e costura. O artigo continha o passo a passo para a confecção de um vestido, com explicações detalhadas em vinte e três etapas. Era preciso tirar as medidas, cortar o molde, costurar à mão, costurar à máquina, experimentar a prova, fazer outra prova, finalizar com os babados, prender os botões, costurar as casas, fazer a bainha, e olha só que coisa incrível, um vestido como aquele era exatamente o que Eurídice queria, não porque era bonito ou nem mesmo porque era vestido, mas porque eram nove moldes e vinte e três etapas, de coisas que não sabia (BATALHA, 2016, p. 40).

Nessas horas, Eurídice assumia a função que lhe era destinada, a qual seguia desde a infância, quando o pai lhe pagava aulas de flauta, e à irmã, aulas de francês, porque esses pequenos detalhes as fariam se destacar diante de pretendentes bem-sucedidos e lhes garantiria bons casamentos. Exemplo disso é que, mesmo quando presenteia as filhas, ainda muito meninas, seu Manuel as lembra de seu fim último: “É

uma joia para acompanhar o enxoval de vocês”, diz, um colar de ouro, com uma medalhinha de Nossa Senhora de Fátima (BATALHA, 2016, p. 58).

Com isso, se o gênero é significado no corpo, é nesse invólucro, e também nos usos feitos dele, que Eurídice se torna mulher e Antenor, homem, seguindo à risca o padrão comportamental dos anos 1940 e construindo uma tradicional família em um tradicional bairro da época. A voz narrativa chega a deixar isso bastante evidente ao mostrar como se davam as relações matrimoniais naquela época:

Ora, Antenor sabia o que era. Ele era um rapaz de vinte e três anos, formado pelo colégio Pedro II, detentor de um diploma de técnico em contabilidade, recém-contratado pelo Banco do Brasil, com pinta de galã de cinema (isso quem dizia era a tia Dalva) e sem nenhum anel no dedo. Não podia tomar um café, entrar numa loja ou comprar um jornal sem ter suas mãos analisadas por todas as moças e mães das moças que estivessem por perto. Elas não estavam interessadas em Antenor, mas na ideia de Antenor. Arrumavam-se e pintavam-se não para fazer Antenor se interessar por elas, mas pela ideia que teria delas (BATALHA, 2016, p. 81).

A mulher que escolhe, portanto, é uma que vá se adequar a esse modelo tradicional. Que não olhe para seu dinheiro, apenas, mas que deseje manter com ele uma família nos moldes que tanto desejava – sem rompantes artísticos, sem desejos próprios. Uma moça bem-comportada, domesticada. Afinal, o que ele desejava era: “o livre-arbítrio de lambar o chão para provar que estava limpo, a cesta com frutas frescas depois da feira de terça e a segurança que vem com alguém ressonando na mesma cama, todas as noites” (Batalha, 2016, p. 81).

Como nosso objetivo, aqui, é a construção de uma leitura comparatista, em *Suíte Tóquio*⁵ somos novamente confrontados com as assimetrias de gênero e classe. Em seu terceiro livro publicado, Giovana Madalosso traça a perspectiva de uma mãe que vê a filha ser sequestrada pela babá em um momento que lhe é completamente inoportuno, dadas as suas questões conjugais, extraconjugais e profissionais.

Assim, mãe e babá passam a ocupar lugares espelhados na vida da criança, que se torna um objeto de disputa de dois desejos distintos. Ao longo do romance, questionam-se padrões etários e físicos, bem como as inúmeras disparidades notadas entre a contemporaneidade e o tempo passado.

Moradora de um elegante bairro da capital paulista, Fernanda se dedica a um novo cargo, a novos projetos e à realização do sonho de ser bem-sucedida em uma grande empresa de televisão. Fugindo do relacionamento morno com Cacá, seu

⁵ Doravante, ST.

companheiro de anos, descobre o erotismo e a satisfação pessoal em Yara, sua colega de trabalho que atua, ao longo das velozes 208 páginas do livro, como um bastião de liberdade – do corpo, da alma, das vontades.

Para que tudo isso seja possível, conta com os braços fortes e dedicados de Maria Julia, mulher cujos desejos inquietos foram silenciados por 30 anos de trabalho como babá. Contratada por Fernanda para cuidar de uma parte da vida com a qual a patroa não consegue lidar, Maju vê na pequena Cora a realização de um antigo sonho: dar e receber amor, algo que lhe faltava, mas que, ao que tudo indicava, também faltava na menina, filha de pais que só a tinham por um capricho ou para preencher um ideal de família:

E o que é uma visita quando a gente quer estar com alguém o tempo todo? Eu tinha me afeiçoado à Cora de um jeito que nunca tinha me afeiçoado a outra criança. Naquele dia, fui até à janela do casulo, olhei pra fora. Pensei que aquele amor proibido de bebê e babá também era culpa da Dona Fernanda. Ela tinha deixado a filha no cantinho da vida, e lá no cantinho da vida tinha eu (MADALOSSO, 2020, p. 141).

Como se nota, a trama, que já se inicia pelo sequestro, mostra a facilidade com que Maju passa com a criança pelo chamado exército branco, do qual ela mesma faz parte: uma legião de mulheres devidamente robotizadas e uniformizadas que lotam os espaços públicos de São Paulo com crianças e animais de estimação de pais tão ocupados quanto relapsos, de modo que Cacá quanto Fernanda levam bastante tempo para notar a ausência de sua filha, que, com um novo nome, atravessa o estado em um ônibus ao lado de sua babá.

Atento a tais questões, esta pesquisa se debruçará, também, sobre o trabalho doméstico, traçando um paralelo entre as representações de três personagens:

1) Maria das Dores, empregada de Eurídice Gusmão que “só aparece por aqui de vez em quando, na hora de lavar uma louça ou fazer uma cama” (BATALHA, 2016, p. 38);

2) Neide, empregada negra de Fernanda cuja vida é marcada pela necessidade de abrir mão da maternidade para não perder o emprego e

3) Maria Julia, que também deixa de lado a própria vida para se dedicar à casa da patroa, enquanto se esconde na pequena suíte Tóquio, nome dado por Fernanda à pequena dependência de serviço após uma reforma – que serve mais para minimizar sua própria culpa do que para dar conforto àquela que assume o papel de responsável por Cora.

Juntas, essas três personagens nos oferecem uma leitura do trabalho doméstico no Brasil. Para Juliana Teixeira, este se encontra “numa posição de ainda mais subalternidade, pois não é diretamente considerado produtivo e orientado à valorização do capital” (TEIXEIRA, 2021, p. 144), endossando os discursos excludentes prontamente reproduzidos por aqueles que se encontram no topo da pirâmide. Assim, apesar de material e basilar para a classe média brasileira, esse tipo de relação trabalhista encontra-se à margem de tantas outras profissões mais bem remuneradas.

Desde nossa primeira experiência de leitura, os romances escolhidos suscitaram inúmeras reflexões acerca de questões feministas largamente sublinhadas pelos veículos de imprensa responsáveis por divulgá-los, ridicularizando o machismo e explorando o tema por meio de múltiplas perspectivas. Assim, atrelados à ideia de explorar os aspectos feministas nos romances, acabamos descobrimos novas possibilidades de pesquisa ao analisar as diferentes configurações femininas em cada obra, que reforçam não só as diferenças históricas, mas também de gênero, raça e classe dentro das próprias narrativas, e até entre elas, quando justapostas.

As páginas da ficção revelam aspectos do interior dessa temática. Observa-se, com isso, que as explorações não surgem de maneira repentina, mas a partir de um intrincado tabuleiro no qual diferentes peças atuam em vista do domínio sobre o corpo e as vontades femininas. Seguindo movimentos dos quais muito pouco tinham controle, as mulheres desempenhavam papel central, ainda que lhes fizessem parecer apenas peças secundárias sob o julgo dos homens.

Nesse imenso campo de possibilidades, outro aspecto notório das narrativas é a descrição dos espaços de gênero em seus anos de análise. É um jogo político que privilegia determinadas figuras enquanto exclui outras, evidenciando relações de poder e se inserem em aspectos econômicos e sociais, justificando-se a partir de pseudo-crenças biológicas que ficaram no passado. Nessa dinâmica de perdas, o que se nota é o feminino à mercê das vontades dos homens, que se colocam socialmente ao centro. Nas obras aqui trabalhadas não é diferente, ainda que suas protagonistas lidem com problemas distintos e bebam das conquistas daquelas que vieram anteriormente, suas predecessoras de vida e de luta.

Este trabalho de pesquisa, então, propõe a leitura de tais romances à luz da teoria interseccional, que aqui aparece como ferramenta metodológica para compreensão e busca de uma sociedade pós-violenta (VERGÉS, 2021), mais

igualitária e atenta a novas narrativas. E, como seria impossível superar anos e anos de dívidas com sujeitos cujos corpos, vivências e pensares foram por anos suprimidos por discursos hegemônicos, ao menos nos colocamos a serviço de uma diminuição dessas assimetrias.

Isto posto, é importante mantermos em vista recortes bem-definidos para que possamos nos aprofundar em leituras mais direcionadas às obras, que tratam de temas vários. Em mesmo grau, visamos estabelecer níveis comparatistas para que as análises encontrem sustentáculo.

Dessa maneira, e a fins de organização, esta pesquisa se encontra dividida em três capítulos, seguidos de algumas reflexões que, aqui, farão vezes de considerações não tanto finais, mas motivadoras de novas pesquisas. E dizemos isso porque compreendemos que a crítica literária – e mais ainda a crítica literária *de cunho feminista* – não deveria se prender a discursos definitivos, totalizantes, mas também, e principalmente, porque as obras em análise possuem pouquíssima fortuna crítica documentada, configurando-se como um território novíssimo a ser explorado. Vem daí, então, algumas menções que faremos ao termo “ultracontemporâneo”, que aqui é meramente situador dos livros no tempo em que este texto dissertativo é escrito.

No primeiro capítulo, intitulado “Alguém precisa contar essa história”: narrativas possíveis sobre o feminismo brasileiro, empreendemos uma busca pelo reencontro com a trajetória das lutas feministas no Brasil, atentos à afirmação de Constância Lima Duarte de que, se a história do feminismo no país enfrentou, durante tanto tempo fortes tabus e dificuldade de aceitação popular, deve-se ao fato de, por bastante tempo, ter sido pouco contada. Compreendendo as significativas mudanças de pensamento dos últimos anos, faremos uma incursão às letras iniciais, à busca por direitos e às conquistas, avanços e retrocessos alcançados pelo movimento ao longo de nossa breve história. É uma primeira seção mais teórica que puramente literária, porém imprescindível para todas as discussões que a sucederão.

No segundo capítulo, *A classe média através do espelho: imersão literária em raça, classe e desejo feminino*, nos destinaremos à classe média e à formação das dinâmicas interseccionais. Assim, e compreendendo a teoria interseccional como uma ferramenta metodológica utilizada para se pensar o racismo e o patriarcado, tentaremos compreender as relações entre as protagonistas do romance, ambas mulheres brancas, e, por conseguinte, suas relações com as figuras que as orbitam.

Já em O ponto zero da insatisfação: capitalismo, patriarcado e maternidade, nosso terceiro capítulo, tentaremos compreender as artimanhas do capitalismo no processo de sujeição dos corpos. Para isso, partiremos das insatisfações pessoais das personagens, e das diferenças destas através do espaço de mais de meio século (anos 1940 – anos 2020), para discutir dinâmicas de maternidade, salário, legislações e garantia de direitos. Para isso, as casas de Eurídice e Fernanda funcionam como *locus* dessas relações, e as disparidades entre elas nos mostrarão que muito foi conquistado, ainda que um longo caminho ainda precise ser percorrido na busca por um mundo pluriforme. Nesse sentido, é importante sublinhar que a contemporaneidade das obras permite uma pertinente crítica à sua própria estruturação e às escolhas discursivas de cada autora – ambas mulheres brancas e de classe média.

Assim, a divisão dos capítulos deste trabalho dissertativo visa propiciar a interação entre texto e contexto, promovendo questionamentos sobre a importância dessa nova literatura brasileira escrita por mulheres, e, ainda, a relevância da busca por novos lugares de fala e de escuta em nossas produções artísticas, as quais serão comparadas, ainda, com outras propostas literárias, como poesias que perpassam os temas discutidos.

1 “ALGUÉM PRECISA CONTAR ESSA HISTÓRIA⁶”: NARRATIVAS POSSÍVEIS SOBRE O FEMINISMO BRASILEIRO

Arte Poética

Escrever um poema
 é como apanhar um peixe
 com as mãos
 nunca pesquei assim um peixe
 mas posso falar assim
 sei que nem tudo o que vem às mãos
 é peixe
 o peixe debate-se
 tenta escapar-se
 escapa-se
 eu persisto
 luto corpo a corpo
 com o peixe
 ou morremos os dois
 ou nos salvamos os dois
 tenho de estar atenta
 tenho medo de não chegar ao fim
 é uma questão de vida ou de morte
 quando chego ao fim
 descubro que precisei de apanhar o peixe
 para me livrar do peixe
 livro-me do peixe com o alívio
 que não sei dizer
 Adília Lopes⁷

Em seu reconhecido *Como ler literatura* (2013), Terry Eagleton considera extinta a arte de analisar obras literárias. Uma provocativa brincadeira, por certo, pois ao longo das 224 páginas seguintes, é justamente a análises que o teórico britânico se dedica. Para ele, é necessário reunir, à fruição, a técnica do documento, posto que “é impossível levantar questões políticas ou teóricas sobre textos literários sem ter alguma sensibilidade à linguagem deles” (EAGLETON, 2017, p. 7). E se é com essas palavras que o autor nos faz seu convite a adentrar no mundo da análise literária, é também com elas que inicio este capítulo inicial.

Afinal, a maior das minhas inquietações sempre se relacionou às veredas das pesquisas teórico-críticas. Por que caminhos seguir? Munido de que ferramentas? Instado por quais objetivos? Perguntas que por meses me afligiram, mas cujas

⁶ Frase atribuída a Bertha Lutz, ativista, bióloga, educadora, diplomata e política brasileira, pioneira na luta pelo sufrágio universal no país (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 73).

⁷ LOPES, Adília. **Um Jogo Bastante Perigoso**. Belo Horizonte. Moinhos: 2019. p. 14.

respostas pareceram emanar dos próprios textos a serem analisados, à medida que a eles recorria durante a labuta.

Na ausência de uma mística fonte de onde beber, como contam os antigos poetas e suas musas, foi em livros que mergulhei em busca de possíveis caminhos. E se, como nos versos de Adília Lopes que abrem este capítulo, “Escrever um poema / é como apanhar um peixe” (LOPES, 1985, p. 14), também o é o labor dissertativo: as palavras *escapam-me*, *debatem-se* – exatamente como peixes, numa luta em que “ou morremos os dois / ou nos salvamos os dois”, uma vez que literatura e vida não tardam a se articular, a se entrelaçar, até que alcancem um só tom.

Antes da lapidação, porém, o recorte: se “nem tudo o que vem às mãos / é peixe”, esta dissertação ganharia dimensões impossíveis, não fosse o foco delimitado nos escopos que aliam literatura, cultura e sociedade. Como o eu-lírico do poema acima, também tenho de estar atento para “chegar ao fim”, para “apanhar o peixe”, que aqui se trata do cumprimento do objetivo proposto.

Isso digo, pois os dois romances estudados se mostraram ferramentas para imersão na história pouco contada de um Brasil plural, vibrante, necessário – mas invisível, assim como algumas das personagens a serem trabalhadas mais à frente, a partir do próximo capítulo. Do texto literário retiramos retratos: construções imagéticas das raízes que fundam nosso país, porém que também o limitam e o marcam, numa dinâmica de desajustes que permite a existência de nossas protagonistas.

Roland Barthes, ao alertar para as diferenças entre o prazer do texto e o prazer do leitor, elucidou possibilidades, desejos e funções de uma narrativa. Vem dele, por exemplo, a resposta para alguns dos anseios deste pesquisador, à medida que é o próprio autor francês a traçar uma diferença básica entre textos, sendo eles:

Texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem (BARTHES, 2015, p. 20-21).

Assim, e em consonância com Barthes, esta dissertação surgiu em busca de contentamento e euforia, mas aqui chegou abarcada por uma ruptura promovida pela linguagem; por uma vacilação histórica; por bases culturais que, se não sustentam o texto literário, ao menos o alimentam. No entanto, se, para Barthes, “o texto é um

objeto fetiche” dotado de telas invisíveis – “o vocabulário, as referências, a legibilidade etc.” (BARTHES, 2015, p. 35), é necessário notar que os próprios sistemas ideológicos espelham ficções humanas sustentadas por um fazer social, por uma atuação dos homens e por sua linguagem. Linguagem essa que representa, que simboliza, que transgride fronteiras e passa a referenciar a realidade no próprio texto literário, no qual habitam as sombras do passado, as marcas do presente e as prospecções do futuro. Um futuro escrito diariamente nas linhas da ficção.

Afinal, na literatura, todos os momentos confluem às vistas do autor, que parte do mundo concreto para alcançar seu fazer literário. E nossos romances são isso: literários, apesar da forte proximidade com o real. Em busca de cenários possíveis para pensá-los, bem como as dinâmicas por eles estabelecidas, iniciamos nossa análise tendo como recurso as lentes dos feminismos e da noção de que esta corrente “se trata de uma teoria em construção, e que temos, forçosamente, de criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades” (HOOKS, 2019, p.8).

Com isso, almejamos esmiuçar os avanços e retrocessos feministas no Brasil, compreendendo que as principais demandas continuam bastante semelhantes às dos séculos XIX e XX. A literatura deu conta de fotografar esse processo, funcionando como uma espécie de representação de seus enredos, e de como vidas comuns – de mulheres e homens absolutamente comuns – foram transformadas por movimentos das ruas, das salas de debates, das letras; dos quais eles raramente tinham ideia.

Para além do realismo afetivo mimetizado pelo tempo, é certo que muito se avançou ao longo dos últimos anos, com a inserção de significativas políticas públicas para que mulheres alcançassem novos patamares na sociedade. No entanto, há, ainda, um longo caminho a ser traçado. Isso se dá em ações práticas, mas também em produção teórica, uma vez que “os estudos de gênero nas universidades e centros de pesquisa brasileiros são marcados fortemente por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêntricas” (HOLLANDA, 2019, p. 09). A fim de mudar esse estigma, é necessário reencontrar as pensadoras e os pensadores feministas na história do Brasil, descrevendo conquistas do movimento ao longo de nossa trajetória e só então explorando as situações nas quais nossos romances tomam corpo.

Desse modo, e contrariando a proposta de Terry Eagleton, opto por iniciar este trabalho menos pela crítica literária e mais pela trajetória que motivou as obras que à frente analisaremos, pois não somos capazes de ignorar que vem da literatura uma das principais representações das transformações feministas em terras brasileiras. Só

assim, atentos às referências que permeiam as obras literárias, será possível um aprofundamento na compreensão de que a história do feminismo no Brasil passa, também, pelas letras iniciais da produção literária de autoria feminina em nosso território.

1.1 Uma história pouco contada: feminismo e busca por direitos

Ao longo das páginas de *Breve história do feminismo no Brasil* (2017), Maria Amélia de Almeida Teles manifesta que as lutas de gênero – e contra as barbaridades motivadas por ele – existem há mais tempo do que se pensa, denunciando que romper com a cultura patriarcal, branca e – por isso mesmo – hegemônica é a única possibilidade discursiva para que novas vozes possam ser ouvidas. Segundo a autora, “conquistas jurídico-político-legais obtidas se devem, principalmente, à atuação política das mulheres, em defesa de seus direitos, seja no Brasil, na região latino-americana e no mundo inteiro” (TELES, 2017, p. 287).

Isso avigora anos esforços feministas para que silenciamentos pudessem não mais existir, mas esbarra no fato de que a maior parte da história das mulheres em nosso país foi contada, não curiosamente, por homens. Desde o Brasil-Colônia, as diferenças entre mulheres brancas, negras e indígenas eram marcadas por um caráter elitista, que apagou ainda mais a existência daquelas vistas como inferiores, menos mulheres. O período colonial brasileiro foi regido pelas chamadas Ordenações Filipinas, código de leis trazido de Portugal e aqui aplicado em substituição dos códigos Afonsino e Manuelino, respectivamente. Dentre as determinações desse documento, permitia-se ao marido o castigo físico de esposa, funcionários, discípulos, filhos ou escravizados.

Tal código seria mantido até 1830, mas, mesmo depois disso, as mulheres ainda eram vistas como irracionais pelo pensamento católico então vigente. À Igreja se aliou a ciência aristotélica da época, munida de crenças infundadas para justificar a ineficiência e a incapacidade femininas⁸, com pensadores chegando a afirmar que

⁸ É importante lembrar que, no período renascentista, com a valorização do cientificismo em lugar da crença cega, mulheres passaram a ser perseguidas por práticas ligadas à área da saúde, como

“com a valorização da experimentação e da ciência, argumentava-se que o cérebro da mulher era menor e pesava menos que o do homem e, portanto, ela seria dotada de menos inteligência” (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 50).

Na Idade Moderna, outros foram os subterfúgios encontrados para justificar a dita inferioridade, tais como a histeria, o ciclo menstrual ou as diferenças corporais, sendo o próprio Charles Darwin um dos defensores da existência de um *imbecillitus sexus*, ou sexo imbecil, como demonstrado por Simone de Beauvoir (1970, p. 43). A própria autora francesa dedica todo o primeiro capítulo do segundo volume de seu *O segundo sexo* (1980) a desfazer os mitos biológicos, fisiológicos e datados de uma suposta inferioridade feminina:

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Éle só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? (BEAUVOIR, 1980, 57).

E se a resposta a essa pergunta, hoje, nos parece óbvia, por séculos a outridade feminina as relegou a condições inferiores na sociedade. No Brasil em formação, por justificativas várias, e impedidas de ocupar determinados espaços, as mulheres – em especial as brancas – aprendiam a coser, lavar, passar e cozinhar, para que se tornassem esposas no mínimo exemplares, compensando o fato de não assumirem profissões vistas como masculinas. Nessa época, a educação no país estava, de maneira exclusiva, nas mãos da Igreja Católica, que acompanhava os ideais capitalistas de exploração das terras e, por isso mesmo, dos corpos femininos.

No período colonial, apenas as jovens da elite eram educadas, fosse em casa, por um preceptor, fosse nos conventos. Isso fica evidente em 1827, na primeira lei educacional pós-emancipação brasileira que, sob a justificativa de dar aos meninos os recursos para gerir o país recém-independente, determina – no artigo 6º – que eles deveriam aprender, além de leitura e escrita, “as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião Católica Apostólica Romana” (ALVES; PITANGUY, 2022, p.60).

tratamentos ligados à botânica, ao parto e à medicina alternativa, ficando a ciência concreta a cargo das figuras masculinas. No Brasil, fundado à imagem portuguesa, não seria diferente.

Às jovens do sexo feminino, por sua vez, restava um currículo bem mais enxuto, baseado em noções de matemática para a prática da economia doméstica. Anos mais tarde, em 1835, as meninas são excluídas também da primeira escola normal do Brasil, fundada na cidade de Niterói. A equivalência curricular só viria em 1854, sendo mantida, ainda, a separação por sexo e a necessidade, para elas, de disciplinas ligadas aos cuidados domésticos. A primeira mulher só chegaria à universidade em 1881, com o ingresso de Ambrozina de Magalhães na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, revelando o desnível de gênero latente na história do país.

E se para as mulheres brancas a situação já era de segregação, para negras e indígenas pouco havia de perspectiva, sendo seus corpos objetificados a ponto de se tornarem meros recursos a serviço do capital:

A mulher negra, em sua condição de escrava, transferiu diferentes valores: por um lado, reproduzindo a força de trabalho e, por outro, trabalhando nas tarefas domésticas a serviço dos colonizadores, na casa dos senhores na cidade e no campo (TELES, 2017, p. 31).

Esse processo foi tão calamitoso, que ainda hoje lutas precisam ser empreendidas por defensores da igualdade e por pensadores de projetos democráticos, de pautas interseccionais que aliem gênero, raça e classe, haja vista que esses três fatores atuaram paulatinamente na construção de desigualdades que atravessam cada uma das dinâmicas existentes em nosso território. Esse desnível se evidencia também na temporalidade. Afinal:

Mais de meio século transcorreu para que uma mulher negra, Enedina Alves Marques, filha de uma empregada doméstica, se formasse, em 1945, aos 32 anos, na faculdade de Engenharia Civil da atual Universidade federal do Paraná (UFPR). Enedina enfrentou duplo preconceito, pois foi a única negra e única mulher de sua turma (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 63).

Abaixo, fotografia de Enedina Marques durante o período como professora no Paraná. Última dos sete filhos de um casal de ex-escravizados, ela precisou lidar com uma turma de homens brancos de uma elite, acostumados a ocuparem o espaço universitário. Além disso, esteve presente em um lugar que não estava preparado para receber mulheres, o que tornou ainda mais custosa sua inserção.

Figura 1 - Enedina Alves Marques com sua turma



Fonte: Acervo/Arquivo Público Municipal Maria da Glória Foohs, 1935.

A presença de mulheres como Enedina Marques em uma universidade leva à reflexão a respeito das demandas feministas da época. Além disso, e ainda em relação ao ensino, é possível pensar nas perspectivas analíticas da educação e do próprio cientificismo no país. Lembro de Rita Segato, autora de “Crítica da colonialidade em oito ensaios”, que, ao denunciar uma *antropologia por demanda*, evidencia como alguns fazeres científicos se colocam a serviço das necessidades de comunidades e povos, seus objetos de estudo, ficando à mercê da ausência de neutralidade de cada pesquisa. Para a autora, essa dita neutralidade:

[...] é um grande equívoco que ignora que o trabalho de uma ciência social consiste em dois momentos que não podem ser fundidos: um primeiro momento de eleição da perspectiva teórica que orientará a busca de quem pesquisa, momento necessariamente arbitrário, orientado pelas metas, valores e ideias do que se acredita e do que não se acredita ser relevante iluminar, no qual também se delimita o contexto para a indagação de uma decisão interessada no que deve ou não ser incluído nesse contexto e se formulam as perguntas sobre os fatos e as relações dentro desse contexto. Apenas em um segundo momento, e uma vez delimitados o campo e as perguntas, proceder-se-á à observação objetiva dos eventos e relações que ocorrem nesse “campo” (SEGATO, 2021, p. 23).

Obviamente, caso seja possível haver uma *tentativa* de neutralidade no segundo momento, a partir de uma certa objetividade mais ou menos eficiente, é impossível afirmar que as decisões do primeiro momento não sejam motivadas por outro fator que não o dos questionamentos feitos no início de uma pesquisa.

E se esta dissertação se iniciou com perguntas, serão também elas a guiarem o turbilhão de possibilidades teóricas que se colocam à frente. O que se apresenta, aqui, é um recorte, um pequeno prisma através do qual observaremos nossos romances: as lentes do feminismo interseccional, que muito tem a dizer ao nosso arcabouço teórico. Vem daí, pois, a necessidade de recorrer a recortes metodológicos para avaliar fontes críticas e literárias. Sendo a teoria feminista interseccional a lente proposta, almejo me lançar na rica possibilidade de análise dos romances, sendo suas escolhas, como já mostrado por Rita Segato, também uma decisão política.

Em um país marcado, ainda nos anos 20 do século XXI, por tantas desigualdades de gênero, faz-se imprescindível uma pesquisa “interpelada, solicitada, demandada pelos povos que durante um século lhe serviram de objeto” (SEGATO, 2021, p. 22), e que por isso mesmo consiga contemplar múltiplas visões e lugares de sensibilidade. Com isso, objetivamos fugir da

[...] abstração de ‘homem’ como posição universal, em que a brancura de sua representação se confunde com a alegada ausência de predicados específicos; e a particularidade do segundo, o outro, transforma-se na abstração do elemento racial, que subtrairá o branco do não branco, ‘negro’, como signo e estigma por afrodescendente ou indígena (SEGATO, 2021, p. 30).

Trata-se de uma orientação que convida a pensar nas alteridades em disputa em suas linhas, numa inescapabilidade reflexiva a respeito das trajetórias de mulheres ao longo dos anos de formação das lutas feministas brasileiras, que culminam na dinâmica do contemporâneo. É importante ressaltar, ainda, que aqui será seguida a visão de contemporâneo tal como proposta por Giorgio Agamben, que o define como “[...] uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias” (AGAMBEN, 2009, p. 59). Assim, compreender o passado é necessário para que se possa definir as linhas do presente, bem como a sua representação na literatura. No agora, o futuro já está sendo escrito.

Durante o Império brasileiro, a fundação de sociedades abolicionistas organizadas por mulheres brancas mostrou que essas “procuravam assegurar para si a direção do movimento, no qual os negros já vinham lutando havia pelo menos três séculos” (TELES, 2017, p. 37). Isso evidencia a tentativa de impedir que o inevitável declínio do regime escravocrata tirasse direitos das classes dominantes. Apesar disso, o movimento foi válido e culminou em significativas conquistas femininas.

Nesse período, destacam-se nomes como o da educadora Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada uma das primeiras feministas do país, e de Maria Firmina dos Reis, que criou uma das primeiras escolas mistas do país e escreveu *Úrsula*, tido como marco inicial dos romances abolicionistas que aqui seriam escritos – ainda que tal reconhecimento tenha se dado apenas anos mais tarde.

Como evidencia Eduardo de Assis Duarte, o grande feito de Firmina dos Reis foi colocar um escravizado como referência moral do texto, e não apenas como um figurante ou um ser desvalido de humanidade. Segundo o autor:

[...] numa época em que muitos sequer concediam aos negros a condição de seres humanos, o romance e a perspectiva afro-identificada da escritora soam como gestos revolucionários que a distinguem do restante da literatura brasileira da época (DUARTE, 2011, p. 9).

A imprensa feminista no século XIX – com jornais que abordavam a busca por direitos e melhores condições para as mulheres – é outra marca desse período, pois ajudou a cunhar novos panoramas para a escrita feminina nas décadas posteriores e no século seguintes. Em decorrência disso, proporcionou que as mulheres alcançassem um papel de formação cultural na construção do Brasil dessa época, não mais como figurante, mas como sujeito, como indicado por Constância Lima Duarte:

Assim, o protagonismo feminino adentra as redações e toma para si a direção política e ideológica de muitas das folhas destinadas às mulheres. De leitoras a redatoras, abrem espaço às vozes femininas antes reclusas às alcovas, e empreendem a transformação hoje perceptível no perfil dessa imprensa: de “revistas de moda” a órgãos de reflexão (DUARTE, 2016, p. 26).

Com isso, é possível compreender como o período foi responsável pela articulação de uma imprensa feminina e feminista, sendo ambas dedicadas a mulheres, mas a segunda dotada de objetivos contestadores voltados para a busca por direitos, numa época em que livros e escritos de maior calibre ainda tinham menos força no país: “mais do que os livros foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência” (DUARTE, 2016, p. 14).

A primeira República, por sua vez, marcou a vitória política da burguesia, que teve seus anseios atendidos pela chegada dos imigrantes vindos da Europa e pela marginalização dos antigos escravizados, que em muito pouco viram suas vidas mudarem após o controverso maio de 1888. É válido salientar que a questão da mão de obra já figurava no centro das discussões da segunda metade do século XIX, época

de leis como a do Ventre Livre, que prenunciavam que o regime escravocrata logo chegaria ao fim:

Datam dessa época os primeiros debates e experiências com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos nesse momento como os grandes substitutos diante do iminente final da escravidão. Na verdade, os diferentes impasses encobriam, em seu conjunto, tentativas de esboço de uma nova nação que buscava se libertar de algumas amarras do Império sem ter claro um novo projeto político (SCHWARCZ, 2018, p. 23).

A partir desse período, as mulheres – em especial as negras – passaram a ser duplamente exploradas, fosse nas fábricas, fosse nas casas da classe média, que emergia, e nas quais assumiriam papéis de empregadas domésticas, faxineiras, babás, dentre outros. Às mulheres brancas, a atuação como esposa e mãe marcou boa parte do início das décadas seguintes. Em 1919, Bertha Lutz, motivada pelas transformações promovidas na Europa após a Primeira Guerra Mundial – com um ingresso no mercado de trabalho e as conquistas sufragistas – cria a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e, três anos mais tarde, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 69).

A entidade atual em significativas conquistas legislativas, como a eleição da primeira prefeita mulher de toda a América do Sul⁹, bem como a estratégia de Lobby, que viria a ser fundamental para a conquista do voto feminino na Constituição de 1934, sob o regime varguista. Ironicamente, as conquistas desse período seriam interrompidas pelo golpe do próprio Getúlio Vargas em 1937, que instaurou o Estado Novo (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 69).

Apesar do *backlash*, não se pode ignorar as significativas repercussões das lutas feministas na primeira metade do século XX no Brasil. A já mencionada onda imigratória pós-1988 trouxe da Europa não apenas uma inovação na força de trabalho, como também novas demandas: as do operariado. Essa época viu nascer “o fortalecimento da consciência de classe e do sindicalismo, inclusive com uma importante influência do movimento anarquista e com a entrada significativa das mulheres na produção fabril” (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 77).

No espaço fabril, homens e mulheres lutavam lado a lado, ainda que não tivessem os mesmos direitos. Em maior ou menor grau, atuaram na formação do Partido Comunista e na luta contra os movimentos fascistas que ganhavam força. Em

⁹ Na figura de Alzira Soriano, jovem viúva que assumiu o município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 73).

meio a tantas constituições elaboradas no período, viram-se sem conquistas fundamentais, como o direito ao divórcio, a salários igualitários ou ao fim da discriminação das mulheres não-casadas.

Não obstante, é importante mencionar certa dissociação entre as mulheres do movimento operário e aquelas que efetivamente se declaravam feministas e/ou sufragistas – ainda que, em vias de resultados, todas tenham sido fundamentais. A partir da renúncia de Vargas, em 1945, e pelas duas décadas seguintes, as buscas femininas falavam em direitos como creche, educação, dentre outros. E, apesar das sucessivas lutas, algumas dessas mulheres se juntaram às forças conservadoras que trabalhavam na construção do golpe de 1964, que tiraria do poder o então presidente João Goulart, instaurando o que viriam a ser 21 anos de uma ditadura civil-militar.

Estavam unidas, ali, donas de casa, empregadas domésticas, faveladas, operárias: diferentes classes e raças, diferentes motivações, mas muitas movidas por princípios religiosos e por uma idealizada tentativa de salvar o Brasil da suposta ameaça comunista que pregavam os mais conservadores.

É necessário, então, compreender as peculiaridades da atuação feminina nesse período, haja vista que, ainda hoje, como tratado ao longo deste capítulo, pautas políticas foram perdidas pelos discursos totalizantes e masculinistas, tendo esses sido parciais e silenciado sujeitos e vivências – em especial as femininas. A isso nos alerta a historiadora Ana Maria Colling, ao denunciar que:

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, assim como toda a história política, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país.

Ousar adentrar o espaço público, político, masculino, por excelência foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar (COLLING, 2004, p. 6).

Dessa dita ousadia, fica evidente que a militância não era apenas uma demarcação de oposição ao regime, mas sim uma subversão dos valores patriarcais instaurados, que impediam que mulheres alcançassem representatividade nos espaços públicos, não apenas no contexto brasileiro, mas em todo o continente. Afinal:

Também na América Latina, mulheres se organizavam em lutas sociais e no questionamento das estruturas patriarcais. [...] lutavam contra as ditaduras que assolavam o Cone Sul e, ao mesmo tempo, entendiam que era

necessário qualificar a democracia pela qual lutavam (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 91).

Assim, as mulheres compreenderam que a luta política deveria ser feita em espaços públicos e privados, e que a batalha deveria se dar a partir do fim de uma ignorância sistemática, provendo as mulheres de conhecimentos e mecanismos jurídicos para fomentar suas conquistas. Atuais, esses números demonstram que ainda há um importante caminho a ser trilhado, mesmo nos anos 2020. Isso confirma que “as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais” (COLLING, 2004, p. 9), mas vai além, ao confirmar que de toda história não se pode retirar as nuances promovidas pelas relações de poder.

A despeito do conservadorismo desvelado pelos anos de chumbo, a partir da década de 1960 as mulheres tiveram mais acesso às universidades, principalmente motivadas pela onda europeia e estadunidense. Datam dessa época as lutas pela liberdade sexual e política, além da igualdade civil e das conquistas intelectuais, como demonstra Constância Lima Duarte:

“Nosso corpo nos pertence” era o grande mote que recuperava, após mais de sessenta anos, as inflamadas discussões promovidas pelas socialistas e anarquistas do início do século XX. O planejamento familiar e o controle da natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. Aliás, o “ficar” das atuais gerações parece ser o grande efeito comportamental desse quarto momento (DUARTE, 2019, p. 44).

Na ausência de políticas promotoras de equidade, continuaram a figurar nos maiores índices de fome e analfabetismo e passaram a se submeter a situações cada vez mais degradantes no mercado de trabalho. E se a história de resistência ao regime é potencialmente contada por sujeitos homens, não se pode ignorar a ativa participação feminina em diversas frentes, fosse em movimentos estudantis e sindicais, organizações clandestinas ou nas guerrilhas armadas.

Em números catalogados por Maria Amélia de Almeida Teles (2017), dos 70 guerrilheiros que desapareceram no Araguaia, 12 eram mulheres. Outras juntaram braços à luta armada nas cidades, sobrevivendo às atrocidades perpetradas pela repressão. Foram torturadas, muitas vezes violentadas e até assassinadas pelos oficiais do regime:

As militantes foram mulheres diferentes, despojadas. Muitas tiveram suas crianças na clandestinidade. Crianças que, em muitos casos, não puderam ter seus nomes verdadeiros e não sabiam os nomes de seus pais devido à perseguição sem trégua. [...] Muitas mães conceberam e pariram seus filhos em situações de extremo risco. Foram mães inéditas. Houve mães cujas crianças nasceram sob a ameaça de tortura nas prisões (TELES, 2017, p. 233).

Tais casos demonstram que, ao ocuparem postos de luta, essas mulheres colocaram em risco suas próprias vidas e as de sua prole, dando conta de tarefas ditas “masculinas” nos postos de defesa da democracia. Existem relatos, ainda, daquelas que atuaram na própria repressão. É o caso da tenente Neuza, atuante no DOI-Codi de São Paulo, que atuou no sequestro dos filhos e da irmã de Amélia Teles, além da própria, que já se encontrava sob o domínio do então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁰.

Anos mais tarde, após a Lei de Anistia¹¹ e articuladas às organizações de esquerda, também foi crucial a participação de mulheres na luta pela redemocratização. Elas “saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados” (TELES, 2017, p. 63). Outras se agruparam a organizações clandestinas ou se articularam à luta armada dos anos seguintes, ainda que a maior parte delas, devido à conjuntura, continuasse submissa, obediente, dócil.

Não é objetivo deste capítulo – pois seria impossível – dar conta de todas as conquistas femininas do período, nem de todas as lutas empreendidas em busca de melhores condições. Ainda assim, é relevante mencionar o ano de 1975, nomeado pela ONU como Ano Internacional da Mulher, tendo como pauta as conquistas sociais do público feminino, além da eliminação da discriminação ao gênero, como demonstra Constância Lima Duarte ao traçar os momentos do feminismo no Brasil:

Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. O 8 de Março é finalmente declarado Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da ONU, e

¹⁰ Reconhecido torturador do regime ditatorial, cujo nome voltou às notícias após consecutivas menções elogiosas do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro durante o julgamento do Impeachment da primeira presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff – outra das vítimas de Neuza e Ustra.

¹¹ Outorgada em 1979. Como demonstram os pesquisadores do período, a anistia não foi uma decisão espontânea ou uma benesse do regime ditatorial, mas o resultado de movimentos de forte pressão da sociedade civil, dentre os quais se destaca, em 1975, a articulação do Movimento Feminino pela Anistia, que reunia mães, mulheres e filhas de presos e desaparecidos políticos (Agência Senado).

passa a ser comemorado em todo o país de forma cada vez mais organizada (DUARTE, 2019, p. 43).

Assim, o decênio seguinte passou a englobar um plano de ação pela busca de direitos plenos, encabeçados por melhores condições de trabalho e o fim da violência – metas que ainda hoje se encontram longe de serem alcançadas:

No campo político, as mulheres começaram a ocupar espaço nos partidos e a disputar as eleições, nas diversas instâncias do poder, mas não ainda na amplitude desejada. Mesmo nas últimas décadas do século XX, foi possível assistir a todo instante o registro de “pioneiras”, pois a mídia não se cansava de noticiar as conquistas femininas que ocorriam a todo instante: a primeira prefeita de uma grande capital, a primeira governadora, ou senadora, ministra, e por aí vai (DUARTE, 2019, p. 46).

Muitos grupos de mulheres dessa época lutavam por creche, melhores condições de trabalho e de salário, descriminalização do aborto, aposentadoria e uma série de outras políticas públicas das quais eram excluídas, mas já apontavam para reivindicações futuras: as delegacias de atendimento a mulheres, a equidade nas dinâmicas sociais, a assistência integral em saúde, o combate ao feminicídio, dentre outras.

Nesse ínterim, em 1981, pesquisadoras, professoras e jornalistas se organizaram no *Mulherio*, iniciativa que visava responder a indagações feministas de sua época. A proposta inicial era a elaboração de notícias e textos intercambiáveis entre os estudiosos da área, com dados sistematicamente catalogados a respeito da situação das mulheres no país; era compor um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e estudiosos do tema. Forneceriam dados de forma sistemática e abrangente sobre os problemas que envolviam a mulher brasileira.

O *Mulherio* era organizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, da qual foi desvinculado em 1984. Nesse período, e mesmo após, contou com o financiamento da Fundação Ford, o que lhe possibilitou a execução de 42 números até 1988. Tais números tratavam do direito das mulheres no Brasil e no mundo, englobando temas como saúde, trabalho, cultura e política. Ao longo dos 8 anos de atuação, contou com um vasto corpo de autoras, dentre as quais se destacam Carmen da Silva, Carmen Barroso, Maria Carneiro da Cunha, Maria Rita Kehl, Heleieth Saffioti e Heloisa Buarque de Hollanda.

Abaixo, a capa do volume 0 da revista, lançado em 1981:

Figura 2 - “Por que mulherio?”

MARÇO-ABRIL 81 ANO I NÚMERO 0

MULHERIO

Por que Mulherio?

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histérico, gíria, chance, fofoca, ou, então, “gostosa”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. esposa”. Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rúcula”, “do lado”, “errada”, “perdida”, etc. — todas sinônimos de meretriz. As três exceções: “mulher de César” (de re-

putação inatacável, “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”.

Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”, “de aço”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sardada ou dogmática.

Os objetivos do jornal

A idéia de criação de um jornal sobre mulher surgiu já há alguns anos entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que se dedicam ao estudo da condição feminina no Brasil. Inicialmente, imaginava-se apenas um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema, visando à suprir uma deficiência básica: por falta de informações, quem trabalhava em São Paulo não sabia o que se fazia no Rio, por exemplo.

Aos poucos, percebeu-se que um boletim deste tipo seria útil também em outros diversos núcleos organizados de mulheres, que em pouco tempo multiplicaram-se em todo o País. E que sentiam falta não só de um canal onde possam trocar suas experiências, mas também onde encontrem resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atividades práticas. Mais: constatou-se que também os meios de comunicação veriam com interesse um boletim deste tipo. Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto “mulher”, antes relegado às páginas de culinária e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação.

Já mais amadurecida e debatida, a idéia de criação de um jornal dirigido a esses três públicos — os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas — torna-se agora realidade, ao ser integrada ao conjunto de projetos sobre a condição feminina que a Fundação Carlos Chagas realiza com o apoio da Fundação Ford. Isso garante a saída regular de Mulherio por um período inicial de um ano e meio.

Nossa pauta

O que você está recebendo hoje é o número zero do jornal — mais uma carta intenção, um lay-out do que pretendemos fazer. Mulherio, com 16 páginas, terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico, como o que Maria Carneiro da Cunha escreveu na página 3, sobre o significado do 8 de março. Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço aos diversos grupos feministas e femininos para que divulguem suas atividades. Na área de cultura, acompanharemos com resenhas e críticas o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças de teatro. E sempre traremos charges — como esta que Ciza enviou para o número zero — e muitas fotos.

A pauta do jornal e seus rumos são definidos pelo nosso Conselho Editorial, composto por 16 mulheres que têm batallado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes (ver a relação no *espaldante*).

Em sua primeira reunião, realizada aqui na Fundação Carlos Chagas no dia 4 de fevereiro, o Conselho deci-

Fonte: Fundação Carlos Chagas¹²

Logo na abertura do número, explica-se o uso do termo que designa a produção, ressaltando-se a subversão do termo “mulherio”, ora tido como pejorativo. Questiona-se ainda a própria definição de “mulher” no dicionário, evidenciando a relação entre língua e cultura para mostrar a construção machista da sociedade em que esses termos são utilizados. Em seguida, é apresentado o termo tal como previsto pelas pesquisadoras envolvidas na construção da revista:

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para

¹² Mulherio: Ano 1, n. 0. – Março-Abril/1981. p. 3. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizada ou dogmática (Fundação Carlos Chagas).

Atenta a isso, Constância Lima Duarte, anos mais tarde, explicará que uma das especificidades do feminismo brasileiro é ter se distanciado do gosto popular, permitindo que o isolamento do termo criasse uma série de preconceitos ao seu redor, “que não apenas promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do ‘feminino’” (DUARTE, 2019, p. 25-26), por receio de serem malvistas.

Esse distanciamento também afetará a literatura – como veremos mais à frente –, pois “muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a recusar esse título” (DUARTE, 2019, p. 26). Como consequência, as conquistas do feminismo acabaram sendo atribuídas a fatores outros que não a luta de mulheres, tendo o conhecimento público ignorado as frentes por elas empreendidas ao longo dos anos, como demonstra o número 4 de *Mulherio*:

Figura 3 - Demanda por creches



Fonte: Fundação Carlos Chagas¹³

¹³ Figura 3: Mulherio, ano 1, n.4, novembro-dezembro/1981, p. 2. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Na imagem, é possível notar que a reivindicação por creches era uma das mais importantes para as mulheres da época, posto que os cuidados com um filho sempre recaem sobre elas, impedindo-as de alcançar melhores condições no mercado de trabalho. Com isso, a associação entre liberdade e independência financeira não pode ser negligenciada, pois faz parte do processo de emancipação da mulher. O próprio trabalho doméstico, aliás, pode ser incluso na perspectiva marxista de mais-valia, e não como um processo natural a que devem se sujeitar as mulheres. A esse respeito, Silvia Federici justifica que “são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida” (FEDERICI, 2019, p. 42).

Esse “trabalho de amor”, como definido pela filósofa italiana, cria a figura burguesa da dona de casa. Sua atuação, invisível, não é remunerada, apesar de fundamental para a manutenção das bases do capitalismo e dos papéis de gênero bem-definidos nesse processo. Isso afeta, sobremaneira, mulheres casadas, porém não só elas – visto que aquelas que optam por uma vida outra, não atrelada a um matrimônio, são julgadas com nomes vários, como *machona*, *solteirona*, *titia*, dentre outros:

Essa fraude que se esconde sob o nome de “amor” e “casamento” afeta a todas nós, até mesmo se não somos casadas, porque, uma vez que o trabalho doméstico é totalmente naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, todas nós, como mulheres, somos caracterizadas por ele. Se realizar certas tarefas é considerado natural, então se espera que todas as mulheres as realizem e que, inclusive, gostem de fazê-lo (FEDERICI, 2019, p. 46).

Desse modo, direcionadas ao casamento e condicionadas a um papel doméstico, as mulheres por muito tempo foram impedidas de se especializar e, mesmo quando o faziam, não alcançavam voz no interior de suas práticas. Na própria revista, aliás, pode ser lida a crítica de Elza dos Santos, do município de Lavras, em Minas Gerais, que assim indaga as demais leitoras do periódico:

Tenho observado desde algum tempo que em revistas femininas os artigos de importância e responsabilidade, tais como medicina, direito e economia, são homens que os fazem. Eu gostaria de saber a opinião das senhoras e das leitoras do Mulherio a este respeito. Porque tenho a impressão de que isto prejudica o movimento de emancipação da mulher, dando a falsa idéia de que não existem mulheres capacitadas nestas matérias. E isso não é

verdade, pois até em cidades pequenas existem médicas, advogadas etc., atuantes (Fundação Carlos Chagas).¹⁴

Ao criticar a presença amplamente masculina no mercado, a leitora chama atenção para a desigualdade de gênero nesses locais, de modo que dois grandes fatores podem ser citados: 1) a baixa escolarização feminina na época, que impedia as mulheres de atingirem profissões que exigissem maior especialização, como as citadas no trecho; e 2) a falta de atenção dessas mídias – mesmo as femininas – de colocar, em seus corpos de trabalho, aquelas que melhor poderiam falar sobre suas experiências: as próprias mulheres.

A esse respeito, lembro de Gayatri Spivak, que ressalta a violência epistêmica que categoriza os sujeitos subalternos como *Outro*, numa obliteração de suas práticas e performances que os impede de contar seus impulsos e motivações. Assim, à mulher resta a categoria de outridade, enquanto o homem assume o papel de régua pela qual se mede a normalidade das práticas de trabalho – ou, nas palavras de Teresa de Lauretis, “a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados, ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada” (LAURETIS, 2019, p. 122).

É importante lembrar que as tentativas de academização das mulheres data de quase um século antes, no final dos anos 1890, quando inúmeros periódicos femininos já defendiam a educação superior para esse grupo, haja vista que:

São dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. A cada nova médica ou nova advogada formada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória “sobre os conceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente em vigor” (DUARTE, 2019, p. 34).

A citação acima sugere um grande progresso nas lutas pelo acesso igualitário à educação, mas não se pode esquecer que a literatura, o teatro e a imprensa masculinos constantemente se colocavam contrários às buscas por igualdade. Além disso, é fulcral perceber que, ao tratar da educação para mulheres, nessa época, refiro-me exclusivamente a um recorte próprio de raça e classe que privilegiava as mulheres brancas e com boas condições financeiras, sendo excluídas das engrenagens as negras e pobres, que tomariam lugar nas fábricas no Brasil que tardiamente abraçaria a industrialização.

¹⁴ Mulherio, ano 1, n.4, novembro-dezembro/1981, p. 2. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Essa distinção entre as mulheres que lutavam por postos no mercado de trabalho e aquelas que efetivamente já atuavam nas atividades de cunho braçal são reforçados pela Mulherio, que trata, também, de outros temas que ainda hoje fazem parte das pautas feministas no Brasil, como a democracia racial. Isso se evidencia em um pequeno artigo escrito por Lélia Gonzáles para o período, no qual ela ajuíza acerca de um tópico crucial para esta pesquisa: a atividade de empregadas domésticas. González denuncia que:

Enquanto a escrava de *elto* foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama-de-leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da "democracia racial" brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é "mulher fácil" de que é "boa de cama" (mito da mulata), etc. e tal (Fundação Carlos Chagas).¹⁵

Como se nota, a figura da mulher negra também ganha tons críticos de objetificação na revista de 1981. Essas mulheres foram violentamente segregadas da possibilidade de narrar suas próprias histórias e de se articular em vivências distantes do lugar comum da casa grande, agora renovada: não eram mais bás ou mucamas, mas babás, empregadas domésticas, cuidadoras, enfim: toda sorte de profissões diretamente ligadas à força braçal. Sobre esse tema, no entanto, trataremos mais à frente, no capítulo dedicado ao trabalho doméstico.

Outra pauta relevante, e que aparece na revista, é a do direito ao aborto. Criminalizada no país desde 1940, pelos artigos 124 a 126 do Código Penal, a interrupção voluntária da gravidez pode gerar um a três anos de prisão para mulheres que praticarem ou concordarem com a prática. Abaixo, a representação das páginas dedicadas a tratar o assunto, as quais deixam em evidência sua relevância também em 1981:

¹⁵ Mulherio, ano 1, n.4, novembro-dezembro/1981, p. 9. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Figura 4 - "A lei ignora a realidade"

A LEI IGNORA A

Aborto

Apesar de suas ambigüidades, não a principal interessada mostrou-se contrariada em suas atitudes e depoimentos, o recente caso de Edna Pereira dos Santos, moça mineira que procurou aplicar judicialmente o preceito legal de que um aborto em consequência de estupro não é punível por lei, teve pelo menos algumas consequências importantes. A primeira delas foi chamar a atenção para as falhas da nossa lei penal no tocante a dois assuntos que dizem respeito especificamente à mulher: o aborto e o estupro.

No caso do aborto, revelou não só a insuficiência, como a hipocrisia da lei e do artigo judicial que sanciona, já que o pedido foi negado pelo juiz, sob alegação de que o estupro não fora provado, e que as condições sociais, a publicidade impressiva na situação atual.

A publicidade em torno do caso de Edna fez com que surgissem as primeiras denúncias sobre a existência de situações semelhantes, mostrando que elas não são de exceção, mas algo bastante comum nas periferias de nossas grandes cidades (e não só nelas), onde dificilmente as mulheres têm condições de escapar de um círculo vicioso de violência que a própria lei sanciona.

Mais de três milhões por ano

Um pedido à OAB

Mais a consequência mais importante disso não se limita à mais concreta sanção de uma iniciativa de várias entidades feministas de Rio de Janeiro, que enviaram a Bernardo Cabral, presidente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher (CNDM), uma carta em que exigiam a criação na entidade de um grupo de mulheres em torno da questão do aborto, com vistas a uma possível identificação de casos lei, no sentido de uma atuação nos departamentos jurídicos da entidade, bem como a criação de um grupo para estudar e fazer intervenções junto à imprensa e aos meios jurídicos brasileiros relacionados ao assunto, com o objetivo de chamar a atenção para os graves problemas do aborto, apontando a

Ricarda de uma lei que impede, mais facilmente a prática do aborto clandestino, mas que não impede, em vez disso, de ser praticado em condições precárias e sem assistência médica adequada. Uma mulher de classe alta da cidade, que tentou abortar em uma clínica clandestina, morreu em consequência de uma infecção em seus rins. Ela não pôde pagar a cirurgia necessária para salvar sua vida.

Embora o aborto clandestino seja uma ocorrência, tem-se observado que pode ocorrer para qualquer mulher, qualquer que seja a condição social e econômica. Uma mulher de classe alta da cidade, que tentou abortar em uma clínica clandestina, morreu em consequência de uma infecção em seus rins. Ela não pôde pagar a cirurgia necessária para salvar sua vida.

Um debate aparentemente moral

O debate sobre o atual legislação, que há muitos anos se discute, não é apenas uma questão moral, mas também uma questão social. A realidade é que a lei ignora a realidade.

REALIDADE

Marta Carneiro de Cunha

Apesar da proibição legal — ou por causa dela — a realidade no Brasil mais de três milhões de abortos.

Uma questão de moral indignifica, de um lado, os que pretendem lutar pela moral da família de qualquer maneira, e de outro, os que se preocupam com a vida de uma mulher que não tem condições de sustentar a família. A realidade é que a lei ignora a realidade.

Uma questão de moral indignifica, de um lado, os que pretendem lutar pela moral da família de qualquer maneira, e de outro, os que se preocupam com a vida de uma mulher que não tem condições de sustentar a família. A realidade é que a lei ignora a realidade.

Fonte: Fundação Carlos Chagas

De toda a imagem, destacamos o trecho inicial, que já modula o tom adotado pela revista ao declarar que:

Apesar de suas ambigüidades, pois a principal interessada mostrou-se contraditória em suas atitudes e depoimentos, o recente caso de Edna Pereira dos Santos, moça mineira que procurou aplicar judicialmente o preceito legal de que um aborto em consequência de estupro não é punível por lei, teve pelo menos algumas consequências importantes. A primeira delas foi chamar a atenção para as falhas de nossa lei penal no tocante a dois assuntos que dizem respeito especificamente à mulher: o aborto e o estupro.

No caso do aborto, revelou não só a insuficiência, como a hipocrisia da lei e do artigo judicial que aplica, já que o pedido foi negado pelo juiz, sob alegação de que o estupro não fora provado, o que, na maioria dos casos, é praticamente impossível na situação atual. A publicidade em torno do caso de Edna fez com que surgissem na imprensa numerosas outras denúncias de situações semelhantes, mostrando que elas nada têm de excepcional, mas são lugar-comum nas periferias de nossas grandes cidades (e não só nelas), onde dificilmente as mulheres têm condições de escapar de um círculo vicioso de violência que a própria lei sanciona (Fundação Carlos Chagas).

Do trecho acima, destaco a impossibilidade da mulher de decidir sobre seu próprio corpo, ainda que em caso de um grave crime, como o de estupro. Além disso, outro ponto relevante é a publicidade em torno do caso, acompanhada da série de

denúncias que a ela se seguiram. Choca, também, a atualidade do texto, ainda que escrito no início da década de 1980. Mais de 40 anos depois, este parágrafo é escrito em junho de 2022, na mesma semana em que ganham a mídia o caso de uma menina de 11 anos¹⁶ que, após ser estuprada, foi impedida de realizar o procedimento de aborto e teve seus dados expostos por ditos *defensores da vida*: em sua maioria, grupos religiosos e de extrema direita, munidos das mesmas ferramentas dos personagens da década de 1980. Nada mudou.

Como se vê, os últimos anos foram marcados por avanços e retrocessos na busca pela igualdade de gênero. Em 2010, a chegada da primeira mulher à Presidência da República apontou para novos caminhos nas demandas acima expostas. Apesar de pouco tocar nas questões reprodutivas ou de diversidade e liberdade sexual, as atuações de Dilma Rousseff demonstravam a busca por progressos no combate à violência contra a mulher, nas conquistas financeiras e trabalhistas e, conseqüentemente, na busca por independência. Ela, cuja vida ficou marcada pela atuação nas guerrilhas pelo fim do governo ditatorial, representou um progresso não apenas pelo seu gênero, mas pela consciência das condições de outras mulheres no país que presidiu.

Rousseff sabia, como poucos, que a presença das mulheres em secretarias e ministérios era imprescindível para garantir não só a representatividade delas, como também para que as questões de gênero fossem discutidas, posto que não há – nem pode haver – democracia sem uma participação real e igualitária de todas e todos.

Por certo, a deposição da presidência, somada à fatídica eleição de 2018, deixou marcas profundas na história das lutas feministas do país. Isso já vinha sendo demonstrado ao longo dos anos anteriores, antes mesmo do conflituoso *impeachment* da presidenta, bem como com as sucessivas tentativas de descredibilizá-la por seu gênero, com os aviltantes adesivos de carro, os gritos machistas em estádio de futebol e o ódio nas ruas e nas redes sociais.

Assim, o Brasil, tido como nação do futuro, viu surgir linhas tortuosas que persistem ainda hoje, e que demorarão a ser reescritas, ainda que muitos sejam os

¹⁶ Abaixo, a fim de atualizações sobre o tema, alguns links úteis, fornecidos pelo Portal Catarinas, que cobriu o caso: <<https://catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/>>; <<https://catarinas.info/manifestantes-exigem-aborto-legal-a-menina-de-onze-anos-em-florianopolis/>>. Chocam, nesses links, os comentários realizados por leitores que ora culpabilizam a vítima, ora defendem a manutenção da gravidez como uma imposição de valores cristãos que mencionam uma *terceira vida* e criminalizam a prática.

esforços. Para repensar esse país, é necessário retornar ao passado, às nossas primeiras letras. E não há como se fazer isso sem que retornemos à escrita de mulheres.

1.2 Vozes mulheres: linhas e histórias

porque uma mulher boa
é uma mulher limpa
e se ela é uma mulher limpa
ela é uma mulher boa
há milhões, milhões de anos
pôs-se sobre duas patas
a mulher era braba e suja
braba e suja e ladrava
porque uma mulher braba
não é uma mulher boa

e uma mulher boa
é uma mulher limpa
há milhões, milhões de anos
pôs-se sobre duas patas
não ladra mais, é mansa
é mansa e boa e limpa
*Angélica Freitas.*¹⁷

Pegando emprestado o título de um conhecido poema de Conceição Evaristo, indago: que palavras gritam as *vozes-mulheres*¹⁸? Que linhas escrevem suas potentes penas? Neste capítulo abordarei a escrita feminina ao longo dos últimos séculos do Brasil, na tentativa de mostrar como a produção literária dessas figuras ajuda a explicar um pouco de nossa história e, mais ainda, dos movimentos feministas aqui empreendidos. Mulher e escrita estiveram por muito tempo sujeitas ao controle de uma sociedade masculinista que não poupou esforços para silenciá-las, e não há como tratar delas separadamente. Para além disso, acredito na impossibilidade de se tratar da história do país sem pensar nas páginas escritas por mulheres e na dinâmica dominatória a que estas estiveram sujeitas

Ciente disso, compreendo que pensar a dominação masculina constitui, antes de tudo, uma tarefa desafiadora, pois somos parte da realidade e nos encontramos

¹⁷ FREITAS, Angélica. **O útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Cosac Naify. 2012. p. 7.

¹⁸ EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. In: **Poemas de recordação e outros movimentos**, 3.ed., p. 24-25.

no centro de suas influências, que vitimizam não apenas as mulheres, como os homens. Afinal, se para Teresa de Lauretis (2019) “precisamos nos afastar do referencial androcêntrico, em que o gênero e a sexualidade são (re)produzidos pelo discurso da sexualidade masculina” (p. 140), esse afastamento tem como objetivo compreender que ambos os gêneros são afetados pela instituição do sexismo estabelecido culturalmente através de inúmeras tecnologias, como as artes, por exemplo – e, dentro dela, a literatura.

Tal dominação se articula, também, de forma simbólica e pouco perceptível, e assim se legitima em sociedade. Para Pierre Bourdieu, a dominação toma forma a partir de uma naturalização que se estabelece histórica e socialmente. Nesse sentido, masculino e feminino fazem parte de um sistema de oposições homólogas, como “alto/baixo, em cima /embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc.” (BOURDIEU, 2012, p. 16).

Estabelecida como ideologia, a dominação se naturaliza e se sustenta em instituições como a família, a igreja ou a escola, influenciando-as e sendo por elas reproduzida de maneira sistêmica. Esses espaços são construídos e geridos por um pensamento dominante, e também por isso perpetuam a dominação. Desse modo, cunham pensamentos, comportamentos e sentidos, inscrevendo-se “também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” (BOURDIEU, 2012, p. 34).

A partir disso, ainda segundo o teórico francês, as instituições e grupos atuam “como imensa máquina simbólica, que ratifica a dominação masculina na divisão social do trabalho e na divisão do trabalho sexual, na estruturação do espaço, do tempo e do corpo” (BOURDIEU, 2012, p. 18), pois – e aqui torno a lembrar Teresa de Lauretis – fazem parte de um aparelho que atribuiu significados mais ou menos relevantes dentro da sociedade, visto que “é tanto construção sociocultural quanto aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.)” (LAURETIS, 2019, p. 126).

Selecionada do poema “porque uma mulher boa” (FREITAS, 2011, p.11), a epígrafe de abertura deste subcapítulo demonstra o quanto a docilização dos corpos está presente em todas as esferas da sociedade, e atinge, sobremaneira, as figuras femininas. Para o filósofo Michel Foucault, é dócil “um corpo que pode ser submetido,

que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 163). O autor constrói sua afirmação a partir de uma ampla pesquisa histórica e sociológica, com a qual a poeta Angélica Freitas, autora dos versos, indiretamente, também dialoga.

Mais do que isso, o que ela faz é ratificar que a dominação do masculino sobre o feminino é milenar, pré-histórica. Afinal, “há milhões, milhões de anos / pôs-se sobre duas patas / a mulher era braba e suja/braba e suja e ladrava”. No entanto, conduzida a se tornar uma *mulher boa* – como nos adianta o título do poema – ela se torna, também, uma *mulher limpa*: “não ladra mais, é mansa / é mansa e boa e limpa” (FREITAS, 2017, p. 11).

Por meio desses dualismos – mansa/braba, suja/limpa –, a poeta delimita as oposições das quais fala Bourdieu, que contribuem para a sustentação de um poder que se infiltra nas relações, afetando pensamentos, leituras e formas de estar no mundo. Com isso, demonstra como a dominação se articula e se perpetua de maneira que, apesar de sutil, vai cercear comportamentos, formas de se vestir ou mesmo escolhas acadêmicas e profissionais – apenas para citar alguns exemplos.

Sobre este último aspecto, o profissional, a própria literatura fez parte do escopo de profissões creditadas inicialmente aos homens. Não que as mulheres não escrevessem. Estas por vezes se fizeram presentes nas literaturas – e particularmente na literatura brasileira, nossa área de interesse, alcançando considerável visibilidade, mas sendo relegadas a um segundo plano pela crítica e pelo estabelecimento do cânone branco e masculino, o que constituiu um memoricídio (DUARTE, 2022, p. 16) de suas produções.

De acordo com a crítica literária Zahidé Lupinacci Muzart, para essas mulheres a literatura sempre representou, no Brasil, um desejo pela subversão das normas e valores impostos. Foram as mulheres das letras, então, as primeiras feministas do país (2003). Constância Lima Duarte, no artigo Feminismo: uma história a ser contada, endossa a afirmação de Muzart e cita nomes como os de Nísia Floresta e Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, pioneiras na inserção feminina no mercado editorial brasileiro. Ainda que outras mulheres já há muito escrevessem:

Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e [por ter] feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileiras (DUARTE, 2019, p. 30).

Na década de 1870, a ampliação do acesso à educação levou muitas mulheres à escola, fator que contribuiria para o surgimento de periódicos destinados a essa nova classe leitora:

Novos jornais surgiam, como O Domingo, e o Jornal das Damas, ambos em 1873, para atender às solicitações das brasileiras. Além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, essas publicações traziam artigos clamando pelo ensino superior e o trabalho remunerado (DUARTE, 2019, p. 34).

Ainda segundo a ensaísta, periódicos mais efusivos surgiram nos anos seguintes, não se voltando apenas às atividades e atitudes femininas, mas à busca por direitos como o voto, o acesso ao ensino superior e a luta contra opressões. Destaca-se, dentre eles, o jornal A família, publicado entre 1888 e 1894 e conhecido “pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, questionando a tutela masculina e testemunhando momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos” (DUARTE, 2019, p. 34).

É notório, ainda, que o direito ao voto e à educação, somados a outras conquistas do movimento feminista, foram fatores fundamentais para os avanços construídos pouco a pouco, e para que o século XX visse surgir um sem-número de novas autoras. Dessas, muitas sequer se consideravam feministas, mas carregavam, em suas produções, uma preocupação com a quebra dos padrões de gênero e com o reconhecimento das marcas de dominação masculina.

Carla Silva Machado e Sandra Cristina de Medeiros, no artigo As mulheres de papel em *O quinze*, de Rachel de Queiroz, reforçam essa ideia e demonstram a importância da escrita feminina enquanto forma de representação ao mostrarem que, enquanto autores homens muitas vezes compõem personagens femininas idealizadas, a autoria feminina consegue traçar “o retrato da mulher, inclusive com seus atributos nada desejáveis” (MACHADO; MEDEIROS, p. 180). Para as pesquisadoras, Queiroz configura um exemplo perfeito da:

[...] necessidade de se discutir o papel da mulher na literatura produzida pela mulher. Sem tratar centralmente desta questão em sua obra, Rachel de Queiroz consegue, numa linguagem introspectiva, retratar o cotidiano feminino e talvez até introduzir no Brasil um jeito feminino de produção literária” (MACHADO; MEDEIROS, p. 184).

Apesar de não corroborarmos com a crença em um típico e limitante *jeito feminino de produção literária* – nem mesmo com um *jeito masculino*, ou quaisquer outros *jeitos* –, concordamos com as autoras quanto à relevância de discutirmos as

personagens femininas escritas por mulheres. E, representativamente falando, se Rachel de Queiroz repudiava qualquer ligação com o movimento feminista, “ironicamente, caberá a ela, em 1977, inaugurar a presença feminina na Academia Brasileira de Letras” (DUARTE, 2019, p. 43), naquilo que Heloísa Buarque de Hollanda classificou como “um caso notável de ‘exceção’ no quadro quase exclusivamente masculino da história da literatura” (HOLLANDA, 1992, p. 93) – visto que, depois dela, apenas outras 7 mulheres foram laureadas com o título de imortalidade¹⁹ pela ABL²⁰.

A própria escolha de Rachel de Queiroz como membro da casa de Machado de Assis esteve envolta em polêmicas, questionamentos que demonstram a sutil influência da dominação masculina também na literatura. Assim, a ideia de que uma mulher pudesse ocupar um dos maiores postos literários do país era visto com maus olhos entre os próprios escritores. Para justificar as críticas, valiam-se do regulamento da instituição – que definia que qualquer *brasileiro* poderia se candidatar a uma vaga, substantivo que por muitos foi lido como referente apenas de cidadãos do sexo masculino – e até da falta de uma roupa que as futuras acadêmicas usariam, em substituição ao clássico fardão masculino. Em seu reconhecido ensaio “A roupa de Raquel”, de 1992, ao refletir a respeito do acontecimento dos anos 1930, época das primeiras tentativas femininas de chegar à ABL, Heloísa Buarque de Hollanda considerou:

A ideia de um fardão feminino preocupava sobremodo o Presidente Aloysio de Castro e os poetas Alberto de Oliveira e Olegário Mariano. No Diário de Notícias, perguntava este último, assombrado com uma possível vitória de D. Amélia, suas fantasias divididas entre monjas e gueixas: “Que vestimenta arranjaremos para ella? O hábito de freira, o kimono japonéz?” (HOLLANDA, 1992, p. 80).

A fala de Olegário Mariano refere-se à candidatura de Amélia de Freitas Beviláqua, notória jornalista, ensaísta e prosadora, à vaga deixada por Alfredo Pujol em 1930. Apesar da insistência de seu esposo, o também imortal Clóvis Beviláqua, Amélia jamais ocuparia uma cadeira na ABL. A decisão foi reportada no Jornal do Comércio, e julgava que “na expressão *os brasileiros* do Art. 2º dos Estatutos só se

¹⁹ A saber: Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Zélia Gattai, Ana Maria Machado, Cleonice Bernardinelli e Rosiska Darcy de Oliveira.

²⁰ Os próprios critérios utilizados pela Academia – essencialmente branca, heterossexual e masculino – para a escolha de seus novos membros precisa ser problematizada, bem como a instituição desta como um bastião do valor, reguladora profícua de uma assim chamada *qualidade literária*.

incluíam indivíduos do sexo masculino”. O imortal e sua esposa insistiam que “se os estatutos não proibem, permitem” (GODOY, 2020, n.p), mas a primeira mulher – como já dito anteriormente – só ocuparia uma cadeira na ABL 47 anos depois.

No campo político, muitas autoras se posicionaram, nos anos seguintes, contra o governo ditatorial instaurado. É o caso de Nélida Piñon, que participou da escrita do Manifesto dos 1000 contra a censura, e de Lygia Fagundes Telles, que produziu, dentre outras obras, o provocativo *As meninas* (1973), publicado no auge do regime, apesar dos esforços silenciadores deste.

Hoje, enfim, vivemos um novo tempo. Os efeitos do golpe de 2015 e da eleição, em 2018, de um candidato aguerrido a ideias fascistas, foram apenas o começo de tantas mudanças pelas quais passaria o país. Isso lançou luz sobre desafios políticos movidos pelo conservadorismo e pela violência contra corpos tidos como menos importantes: o de homens e mulheres negros, de pessoas LGBTQIAP+, das comunidades quilombolas e indígenas. Todas essas pautas têm mobilizado a atenção dos cientistas políticos, dos sociólogos e dos pesquisadores de gênero e cultura. E, dessa maneira, tudo isso afeta a literatura que produzimos e consumimos.

De norte a sul do país há autoras e autores que dedicam suas linhas a retratar esse país pós-destruição, reunindo reflexões e discutindo criticamente – e ficcionalmente – as questões que nos ocupam. Autores como Conceição Evaristo, Jarid Arraes, Elisa Lucinda, Ana Maria Gonçalves, Eliana Alves Cruz, Itamar Vieira Junior²¹ e Cidinha da Silva – para citar apenas meia dúzia de nomes – fazem de sua escrita uma lembrança de que, como aponta Beatriz Azevedo em declarada alusão a Millôr Fernandes, “o país do futuro tem um imenso passado pela frente” (AZEVEDO, 2018, p. 32).

Nessa celeuma de discussões, tratam de questões de gênero, raça, classe. E de direitos reprodutivos, pautas indígenas, reforma agrária e combate ao totalitarismo. Nessa diversidade de visões, é possível indagar o papel da literatura nesse embate entre conservadorismo e progresso, haja vista que as lutas das minorias – e seu retrato no texto ficcional – demonstram ganhar cada vez mais força, mesmo diante de tanto controle.

E é falando de texto ficcional, aliás, que seguiremos nos próximos capítulos desta pesquisa. Para isso, foram selecionados dois romances publicados pós-2015, e

²¹ Aqui relacionado devido às suas protagonistas femininas, que notoriamente lidam com potentes questões de gênero, raça, memória e classe.

que contam com pouca ou nenhuma fortuna crítica. São eles *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, e *Suíte Tóquio* (2020), de Giovana Madalosso, que fornecem importantes pontos de vista para pensarmos as questões interseccionais de gênero, raça e classe em nosso país, mostrando como os diferentes aspectos se complementam para colonizar corpos, fazeres e pensares. As obras servem, então, como um microcosmo de uma realidade do passado que ainda hoje persiste.

2 A CLASSE MÉDIA ATRAVÉS DO ESPELHO: IMERSÃO LITERÁRIA EM RAÇA, CLASSE E DESEJO FEMININO

Tenho dito e gosto de afirmar que a minha história é uma história perigosa, como é a história de quem sai das classes populares, de uma subalternidade, e consegue galgar outros espaços.
*Conceição Evaristo*²²

Pensar o próprio tempo é desafiador, dados os desdobramentos e as historiografias possíveis a um mesmo evento. Para Eric Hobsbawm, que mergulhou a fundo no que chama de *breve século XX*, é impossível refletir a respeito de seu contemporâneo com a mesma intensidade com que pode “em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio das fontes da época ou obras de historiadores posteriores” (HOBBSAWM, 1995, p. 7), o que escancara os desafios dos estudos sincrônicos e ratifica a dificuldade em lidar com o contemporâneo.

No entanto, retomo Giorgio Agamben e seu emblemático *O que é o Contemporâneo e outros ensaios*, quando demonstra que é justamente a inadequação ao seu tempo o que permite a um pensador melhor o compreender. E, considerando *pensador* como uma classe genérica que pode ser aplicada a artistas e literatos, é possível assinalar os limites da literatura e considerar que:

O poeta, que devia pagar a sua contemporaneidade com a vida, é aquele que deve manter fixo o olhar nos olhos do seu século-fera, soldar com o seu sangue o dorso quebrado do tempo. Os dois séculos, os dois tempos não são apenas, como foi sugerido [...], mas também, e antes de tudo, o tempo da vida do indivíduo e o tempo histórico coletivo. [...] O poeta, enquanto contemporâneo, é essa fratura, é aquilo que impede o tempo de compor-se e, ao mesmo tempo, o sangue que deve suturar a quebra. O paralelismo entre o tempo - e as vértebras - da criatura e o tempo - e as vértebras - do século constitui um dos temas essenciais da poesia (AGAMBEN, 2009, p. 60-61).

Nesse sentido, a *ficção* vai na contramão daquela visão histórica de Hobsbawm, mas está em consonância com a visão criativa de Agamben, porque trata, em tempo real, das maiores aflições e dúvidas da época em que é escrita. Isso fica evidente, por exemplo, nas produções brasileiras do século XXI, que se dedicam a retratar questões sociais deste país em ebulição em nosso recém-nascido século, motivadas por uma força que, ainda na linha de Agamben, demonstram que:

²² EVARISTO, 2018, n.p.

[...] ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós” (AGAMBEN, 2009, p.65).

A respeito desse tema, o escritor Victor Heringer é categórico ao definir como *ecléticos* os novos anos. Segundo ele, “o artista total parece renascer, após sua morte prematura no Renascimento e breve despertar na mítica era das vanguardas” (HERINGER, 2021, p. 23), o que pode se refletir em uma relação direta naquilo que consideramos como uma inseparabilidade do literário-social. Isso põe em questão, ainda, a pluralidade de vozes, demandas e espaços dessa nova literatura brasileira, que se abre – talvez como nunca antes – a novas experiências e pensares, alcançando vasto destaque.

Mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAP+: um grupo tão vasto que causa estranheza categorizá-lo como a menor parte de um todo, algo que não se enquadra nas categorias de fato. E se essas ditas *minorias* sempre escreveram, é apenas no século XXI que parecem finalmente conquistar, em decorrência de muita luta, o merecido espaço que lhes cabe entre a crítica e o público. Dito isso, retomo Conceição Evaristo, que considerou *perigosa* a história de “quem sai das classes populares, de uma subalternidade, e consegue galgar outros espaços” (EVARISTO, 2018, n.p.).

Tal perigo se atrela ao cada vez mais disseminado conceito de meritocracia, segundo o qual as mudanças sociais só podem ser alcançadas a partir do mérito pessoal, do esforço, dos estudos. Com isso, cunha-se uma noção de que apenas os que mais trabalham, os que mais se dedicam, os mais dotados de intelectualidade conquistam espaço – enquanto os demais teriam supostamente falhado por não se esforçarem o bastante. Assim, o reconhecimento de sujeitos como Conceição são exceções que confirmam a regra excludente da sociedade brasileira. Um cenário que, a partir de muito esforço coletivo para transformar as hierarquias de poder, começa a se transformar.

O *slam* nas periferias e as batalhas de rima nas regiões metropolitanas; a repercussão dos teóricos de cor e das mulheres vencedoras de prêmios literários; as poesias escritas por pessoas trans nas capitais: nunca antes consumimos com tanta pluralidade; nunca antes *buscamos* tanto por isso. Uma grande vitória, se considerarmos, como em Barthes (2017, p. 15), exímio leitor de Jakobson, que língua e linguagem estão sempre a serviço de um poder – e assim também está a literatura, construída a partir desse poder como um “tecido de significantes” que assumem

muitos poderes (BARTHES, p. 17). Teria, então, chegado a hora e a vez de poderes fora do eixo branco-masculino-eurocentrado?

Por um lado, é inegável que há, ainda, um longo caminho a ser percorrido. Apesar disso, permito-me comemorar as novas possibilidades discursivas oferecidas por produções recentes, que dialogam com o mundo social e encontram nele a centelha motivadora que promove discussões e reflexões a respeito desse mesmo mundo, indicando, como em Agamben, que a condição de contemporâneo envolve “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar” (2009, p. 65). Arrisco-me a ir além, pois ser contemporâneo e compreender suas demandas é um imperativo de nossos novos autores. E disso muito temos a nos orgulhar – mas não apenas: devemos divulgar, engajar, pensar o mundo e o tempo.

2.1 Sobras do passado: mitos fundadores de uma nação

No caso brasileiro, o mito nacional é negativo, uma leitura vira-lata da sociedade, onde o brasileiro, em grande medida devido à origem católica e ibérica, é percebido como inferior, dominado pelas emoções e, portanto, animalizado, improdutivo e ignorante, além de moralmente corrupto.
*Jessé Souza.*²³

Em *A classe média no espelho* (2018a), Jessé Souza ilustra as diferenças existentes entre as classes, bem como a construção de mais um dos muitos mitos sobre a identidade do país. É necessário, então, ressignificar crenças e senso-comum a respeito das construções de classe, para que possamos enfim abandonar certos ideais que estruturam nossas narrativas identitárias.

A virada do século XIX para o XX marcou transformações políticas e sociais profundas em nosso país, com o fim do regime monárquico, a emancipação dos escravizados e a construção de uma República essencialmente pautada no militarismo. Para além, é primordial entender, ainda, o significativo papel da nascente classe média em todos os eventos cujos protagonismos têm sido reivindicados por diferentes categorias, e que sem dúvida carecem de novas revisitas.

²³ SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil: 2018a. p. 39

Assim, parto do texto literário para dissecar as estruturas objetivas e subjetivas que se relacionam nas dinâmicas do país, gerando *subcidadãos*²⁴ (SOUZA, 2018b) e sujeitos com pouquíssimo poder na esfera pública. Isso se deve, principalmente, ao fato de o capitalismo, enquanto um “nó bem dado” (MADALOSSO, 2020, p. 103), apropriar-se do capital humano, engolindo barreiras e afetando, em maior ou menor grau, cada indivíduo.

Isto posto, as já referidas transformações sociais do século XIX possibilitaram a emergência de uma classe média que mantinha, como linha principal, a subordinação de homens e mulheres – em especial os negros, mesmo após a lei de 1888. Com a urbanização e a ausência de uma reforma agrária que a todos incluísse, nosso país viu ganhar força os latifúndios, as grandes fortunas, as oligarquias com novos símbolos de poder: padres virando médicos, latifundiários virando juízes, advogados virando doutores. Apesar de tudo isso, a classe média pode ser definida pelas marcas do *quase*. Não têm as posses da classe A ou as mesmas necessidades das classes C e D, e oscilam em demandas e frustrações. Além disso, outro fator definidor é o de não dominarem os meios de produção. Suas conquistas, quando existentes, são efêmeras, confundindo-se, por vezes, com as inquietações do restante do Brasil.

Essa sobreposição de demanas já era denunciada, na literatura, por autores como Lima Barreto. Com precisão de linguagem, ele se impôs como um cronista de seu tempo, ainda que o reconhecimento do feito só tenha se dado décadas mais tarde. A importante revisita ao material do triste visionário²⁵ evidencia sua atenção a temas da cidade em ebulição: o Rio de Janeiro, ainda Capital da República, como um microcosmo do que viria a se tornar todo o país:

Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República. [...] Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade.

²⁴ Para Souza, *subcidadania* é a característica “resultante de um processo histórico que impossibilitou aprendizados sociais e políticos decisivos, sem qualquer relação com a sociologia do vira-lata que uma elite inimiga do povo e uma imprensa de latrina nos transmite” (SOUZA, 2018b, p. 20), gerando indivíduos que vivem em contexto de carência, desestruturação familiar e condenação à marginalidade e à exclusão social.

²⁵ Termo cunhado por Lilia Moritz em referência ao apagamento do escritor, durante muito tempo, do hall e notórios autores brasileiro. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar.

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo (BARRETO, 2004, p. 460)

Filho de um dos primeiros desempregados da República – haja vista que seu pai trabalhava diretamente com a Monarquia –, Afonso Henriques de Lima Barreto passou por diversos empregos antes de se dedicar à escrita. Nesse caminho, foi encaminhado também para instituições manicomiais e lidou com os constantes problemas relacionados ao alcoolismo (SCHWARCZ, 2015). Dotado de um sarcasmo notório em seus textos, testemunhou criticamente a construção republicana de um país incapaz de passar a limpo seu passado: enquanto outros autores se preocupavam apenas com o grande centro que surgia nos moldes europeus, Barreto voltou-se aos subúrbios, aos tipos sociais, aos vadios, às mulheres, aos mestiços – ele próprio um não-branco. Era Decolonial por definição – e muito antes do conceito de decolonialidade.

O autor encontra pares possíveis mesmo um século depois de suas primeiras publicações. É o caso de Luiz Antonio Simas, que também mergulha nos subúrbios para encarar filosofias, pensares e saberes que emergem do povo, porque no povo se construíram. Considerando o Rio de Janeiro como uma cidade formada por cidades, ele se atenta à relação entre as elites, o poder público e os pobres, denunciando que as relações de poder não surgiram à toa:

Em certo momento crucial para o Rio, aquele da transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre e entre a Monarquia e a República, a cidade encarou os pobres como elementos das “classes perigosas” (a expressão foi largamente utilizada em documentos oficiais do período) que maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, o sonho da cidade moderna e cosmopolita.

Ao mesmo tempo, era dessas “classes perigosas” que saíam os trabalhadores urbanos que sustentavam – ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer – a viabilidade desse mesmo sonho: operários, empregadas domésticas, seguranças, porteiros, soldados, policiais, feirantes, jornaleiros, mecânicos, coveiros, floristas, caçadores de ratos. Pouca coisa mudou nesse embate disfarçado de cordialidade desde então (SIMAS, 2019, p. 13. *Grifos meus*).

Em sua escrita, o professor tensiona a Monarquia, a República e as tentativas de transformar o Rio de Janeiro em uma capital à moda europeia – concepção que se valeu, por exemplo, de apoteóticos projetos arquitetônicos, como denunciado por Lima

Barreto, e de constantes tentativas de branquear a população, produzindo certo espetáculo das raças sustentado por um cientificismo que se mostrou à serviço do poder da época.

Sendo o próprio Simas um *flaneur* tupiniquim, ele caminha pelos bairros da cidade e denuncia que, mais de um século após a Lei Áurea e sua política emancipatória incipiente, algumas *classes* ainda são consideradas *perigosas* pela aristocracia. Essa, dotada de poderes financeiro, social, acadêmico ou racial, era sustentada pelo trabalho bruto dos explorados. Enquanto isso, assumiam seu lugar na pirâmide composta também pela elite cada vez mais proeminente, a classe média a emergir e a população carente deslocada dos trabalhos escravizados para os subempregos e favelas.

Assim, as classes brasileiras – e aqui destacamos a média – atuam como componentes de um enorme tabuleiro de xadrez, nas quais oscilam, ora como subordinados peões, ora como poderosas peças que ditam movimentos e jogadas. Nesse caminho, as próprias mulheres estão sujeitas às regras do jogo, posto que suas vidas são guiadas pelas decisões de experiências outras. Na cena cultural, há sempre o espaço ao qual são relegados aqueles que não podem efetivamente agir, mas que são movidos por decisões externas. Os espaços históricos e geográficos são, portanto, territórios em constante contestação de verdades formuladas e reformuladas ao longo dos tempos.

A exposição “Crônicas Cariocas”, que esteve em exibição no Museu de Arte do Rio entre os dias 25 de setembro de 2021 e 31 de julho de 2022, destaca a obra de autores que escreveram sobre esse lugar por onde passeavam figuras históricas tão fundamentais para a compreensão de nosso tempo. Assim como Simas, Conceição Evaristo, outra cronista de nossos tempos, amalgamou a fundação carioca como um destino de *sedução e tormento, religiosidades e sacrilégios*, pois:

[...] aqui o passado costuma se intrometer no presente e os dias são marcados por uma ordem que é o caos.
Mas a alma carioca forja os dias de amanhã. Existe nela uma sorridente esperança que teimosamente segue, apesar de tudo, urdindo o futuro (EVARISTO, MAR, 2022)²⁶.

²⁶ Fonte: Crônicas Cariocas. Museu de Arte do Rio. CURADORIA: MARCELO CAMPOS, AMANDA BONAN, LUIZ ANTÔNIO SIMAS E CONCEIÇÃO EVARISTO. De: 25 de setembro de 2021 e 31 de julho de 2022.

Assim, *teimosamente* seguindo, o Rio se fundou; mas também o Brasil – e o brasileiro. Às custas de uma suposta democracia racial pautada numa também suposta igualdade, numa suposta abolição dotada de múltiplos silenciamentos. E se comecei falando das ruas, mergulho agora no interior do lar. Dois lares, na verdade; separados por tempo e espaço, mas igualmente representativos ao ilustrarem distintos momentos da construção de um país em constante reconstrução... e destruição. E se em lares embarcaremos, nada melhor que comecemos por um quarto em especial, para logo em seguida conhecermos outro.

2.2 No seio da família, dois séculos em disputa: a vida invisível de Eurídice Gusmão e Suíte Tóquio

Ainda assim, gênios desse tipo não de ter existido entre as mulheres, da mesma forma que não de ter existido entre as classes trabalhadoras. Vez ou outra uma Emily Brontë ou um Robert Burns se inflama e comprova essa presença. Mas com certeza nunca foi colocada no papel. Quanto, porém, lemos sobre o afogamento de uma bruxa, sobre uma mulher possuída por demônios, sobre uma feiticeira que vendia ervas ou mesmo sobre um homem muito notável e sua mãe, então acho que estamos diante de uma romancista perdida, uma poeta subjugada, uma Jane Austen muda e inglória, uma Emily Brontë que esmagou o cérebro em um pântano ou que vivia vagando pelas ruas, enlouquecida pela tortura que seu dom lhe impunha. Na verdade, arrisco-me a dizer que *Anônimo*, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher (WOOLF, 1985, p. 62).

Anônima! Assim seria a vida de *uma certa Eurídice*. *Anônima e invisível*, como no título proposto pela pernambucana Martha Batalha ao lançar ao mundo o seu romance de estreia. Publicado em 2016 pela Companhia das Letras, *A vida invisível de Eurídice Gusmão* percorreu uma trajetória pouco comum para romances de temáticas semelhantes: sua autora se dedicou ao jornalismo e ao mundo editorial, áreas que poderiam ter facilitado sua aceitação no mercado literário. Não foi o que ocorreu.

Recusado por inúmeras editoras brasileiras, precisou cair nas graças de profissionais estrangeiros – dentre *publishers* e cineastas – antes de receber a devida atenção em seu país de origem. Foi o caso da editora alemã Sührkamp, que ofereceu uma quantia acima do valor de mercado para evitar que *A vida invisível* fosse a leilão em feiras literárias, prática comum no mercado internacional. Também em feiras,

como na de Frankfurt, a obra foi vendida para mais de 10 países, sendo em seguida cotada para o cinema, no que viria a se tornar um premiado longa-metragem²⁷ encenado por nomes famosos da cinematografia brasileira – e que, apesar de bastante relevante enquanto adaptação, não será o tema desta dissertação²⁸.

No Brasil, o livro foi comprado pela Companhia Editora Nacional, uma pequena casa editorial que enfrentou dificuldades financeiras logo em seguida, fazendo com que Martha e sua agente literária buscassem – agora munidas do crivo internacional – um lugar na reconhecida Companhia das Letras, do grupo Penguin Random House.

Para Virginia Woolf (1985), que discutiu a necessidade de as mulheres escritoras buscarem um lugar específico em meio às imposições masculinistas, tanto no sentido literal quanto no metafórico, as autoras precisariam se atentar ao passado e ao futuro para que, com isso, pudessem enfim favorecer a arte da ficção. No seminal ensaio *Um teto todo seu*, a inglesa critica o anonimato feminino, como no texto que abre este subcapítulo, afirmando que muitas romancistas foram perdidas ou subjugadas pela dominação masculina.

Martha Batalha escapou desse destino: nasceu mulher, mas branca e cisgênero em um Brasil que já tivera Clarice Lispector e Rachel de Queiroz e Lygia Fagundes Telles e Nélide Piñon, apenas para citar algumas de nossas notáveis e reconhecidas romancistas. O mesmo Brasil que apagou, por considerável período, autoras como Carmen da Silva, Carolina Maria de Jesus ou Gilka Machado – ou a própria Elisa Lispector, irmã de Clarice que teve uma trajetória diferente da caçula, e cujo trabalho vem sendo reinterpretado à luz de teorias recentes²⁹.

Martha Batalha quebra essas imposições e nos apresenta sua protagonista, Eurídice Gusmão, nascida em algum momento dos anos 1920 e tendo sua vida

²⁷ Com direção de Karim Aïnouz e lançado em 19 de novembro de 2019, “A vida invisível” foi protagonizado por Carol Duarte, como Eurídice Gusmão e Julia Stockler como sua irmã, Guida. Antenor foi vivido por Gregório Duvivier, e Fernanda Montenegro fez uma participação especial ao final, como Eurídice em seus últimos anos. O longa-metragem conquistou, dentre outros, o prêmio Um Certo Olhar, em Cannes, e diversas categorias no Grande Prêmio do Cinema Brasileiro, no Platino Awards e no Prêmio Ariel de Melhor Filme Ibero-Americano.

²⁸ Por vezes, ao longo desta pesquisa, iremos nos referir ao romance de Batalha apenas como *A vida invisível*, a fim de evitar repetições do nome da protagonista e melhorar a fluidez da leitura. Quando mencionado o longa-metragem, faremos os devidos apontamentos.

²⁹ Dentre esses trabalhos, é válido mencionar a dissertação “Pois uma coisa é ter, outra é lembrar”: a moldura narrativa de Elisa Lispector (No exílio e Retratos Antigos), de autoria de João Claudio Barros (2021), a tese “Exílio e deslocamento feminino: a literatura nômade de Elisa Lispector” e o artigo “Desmitificando os valores da maternidade em Elisa Lispector”, ambos de autoria de Patrícia Lopes da Silva.

transformada duas décadas mais tarde, momento em que a trama toma corpo. Comparativamente falando, a senhora Gusmão teria idade para ser contemporânea das renomadas autoras acima lembradas, e poderia ter seguido caminho semelhante ao delas, não fossem as barreiras impostas, e sobre as quais discutirei à frente.

Afinal, para Eurídice, a maior dificuldade era fazer algo socialmente significativo, e que para os homens jamais foi um problema: trabalhar, ser independente, produzir arte, conseguir um papel que não o de, em primeira instância, menina e filha, e, depois, mulher, mãe e esposa. Por esse motivo, concentrava-se em si mesma nas horas do dia em que suas crianças estavam na escola – e o marido no trabalho, num momento que remete diretamente à personagem Ana, do conto Amor, de Clarice Lispector, para quem:

Certa hora da tarde era mais perigosa. Certa hora da tarde as árvores que plantara riam dela. Quando nada mais precisava de sua força, inquietava-se. No entanto sentia-se mais sólida do que nunca, seu corpo engrossara um pouco e era de se ver o modo como cortava blusas para os meninos, a grande tesoura dando estalidos na fazenda. Todo o seu desejo vagamente artístico encaminhara-se há muito no sentido de tornar os dias realizados e belos; com o tempo, seu gosto pelo decorativo se desenvolvera e suplantara a íntima desordem. Parecia ter descoberto que tudo era passível de aperfeiçoamento, a cada coisa se emprestaria uma aparência harmoniosa; a vida podia ser feita pela mão do homem (LISPECTOR, 2009, p. 19-20).

Percebendo-se fora do lugar e instada, nessas horas perigosas, a se tornar mais que apenas um objeto de cama e mesa – para usar a definição de Heloneida Studart (1974), Ana deixa revelar seus desejos pela criação artística, pela observação do mundo, pelas possibilidades apresentadas de uma reconstrução manual da própria realidade. É atravessada por desejos que a instigam a pensar para além da própria realidade, sendo a força imaginativa o que a permite atravessar o ambiente harmonioso de sua casa e alcançar um mundo caótico do lado de fora: um mundo que para ela não fazia sentido à primeira vista, mas que era “passível de aperfeiçoamento”.

E se, para a personagem do conto clariceano, a solução é se lançar nesse mundo para encontrar a própria identidade, para a protagonista da obra de Martha Batalha o caminho possível é refundar, repetidas vezes, os próprios desejos. No íntimo, diante de si mesma, Eurídice se permitia imaginar. Nasce dessa imaginação, então, as sucessivas tentativas de se entregar ao mundo através da arte; mas nascem, também, suas maiores frustrações. Não para menos. Afinal, fora da própria imaginação masculinista dos anos 1940, aquela ainda era:

[...] uma mulher comportada, do jeito que Antenor queria. Uma mulher dedicada à casa e às crianças, e que agora se deitava na mesma hora que ele, e não se levantava mais cedo para se entreter com a máquina de costura. Uma mulher que permanecia calada ao seu lado enquanto ele assistia à TV, e que lhe oferecia a testa olhando ligeiramente para baixo, quando ele saía ou chegava do trabalho. Era tudo o que Antenor sempre quis. Sim, era tudo o que ele sempre quis. Será? Não, não era. Ele não queria uma Eurídice assim (BATALHA, 2016, p. 76. Grifos meus).

A subjugação de Eurídice, como evidenciada no excerto acima, revela o caráter irônico do narrador ao descrever o bom comportamento da protagonista. Um bom comportamento pautado no silêncio constante, no olhar sempre baixo e abaixo, nunca acima daquele lançado pelo marido, no talento para atender suas demandas sem grandes questionamentos. *Será?*, indaga esse mesmo narrador, para logo em seguida revelar as intenções do marido de Eurídice, que:

Vendo a mulher num contínuo estado de tanto faz, entendeu que aquilo que achava que queria talvez não fosse aquilo que achava que queria. Mas então o que ele queria?

Tentou encontrar a resposta numa noite de insônia. Mas insônias não combinavam com o expediente do banco, por isso deixou de se perguntar. Antenor não sabia o que queria, mas sabia que não queria saber (BATALHA, 2016, p. 76. Grifos meus).

Pois sim, Antenor estava atento às demandas da esposa. Ele, que é descrito como um homem dos melhores, visto que “não sumia na rua em orgias e em casa não levantava a mão”, e que “ganhava bem, reclamava pouco e conversava com as crianças” (BATALHA, 2016, p. 33), por vezes se apiedou dos desejos daquela com quem era casado. Mas não por muito tempo, é claro, posto que “insônias não combinavam com o expediente do banco”, e ele, como provedor da casa, deveria se preocupar exclusivamente com os afazeres masculinos.

Essas construções de gênero passam pelo campo do simbólico e afetam os diferentes papéis desempenhados socialmente pelos sujeitos. Os arquétipos masculinos e femininos são endossados pelas tecnologias de gênero, dentre as quais é possível citar a mídia, as escolas, as famílias, o cinema, as religiões e, claro, a própria literatura, no já mencionado aparato semiótico pensado por Teresa de Lauretis.

Assim, nesse sistema de significações, os atributos de Eurídice não deveriam permitir pensar para além de seus lugares. Quando, contudo, seus desejos confrontam tais papéis, nota-se uma inadequação palpável à época, o que se revela nos silenciosos – mas constantes – embates com seu marido, ele próprio um sujeito que performa a partir das engrenagens sociais estabelecidas. Isso faz com que atue,

tal como descrito por Pedro Paulo de Oliveira, como “um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação [...] que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados” (OLIVEIRA, 2004, p.13), ou como em Foucault (1999), gerando uma intangibilidade que dociliza corpos e desejos.

Profunda conhecedora das engrenagens que regiam – e, de certo modo, ainda regem – as experiências sociais brasileiras, o que Martha Batalha faz é desvelar traços masculinistas a partir do questionamento de sua naturalização. Se o homem é homem, o que o torna assim? Se a mulher é mulher, que hormônio ou órgão a inferioriza? Com isso, evidencia-se que o problema ultrapassa Antenor Campelo e as paredes da casa da família, no tradicional bairro da Tijuca, chegando ao cerne de um espaço intimamente centrado na figura patriarcal que domina os espaços familiares.

Cabe lembrar que a Tijuca, tradicional bairro do Rio de Janeiro, recebeu durante muito tempo a presença de famílias portuguesas³⁰. Muitas delas, como a dos pais de Eurídice, não eram dotadas de grande poder aquisitivo, mas de uma veia europeia que se alimentava de valores católicos, patriarcais. Parte da Zona Norte da cidade, figura-se por esse apelo a um passado em que se destacavam duas grandes escolas: o Instituto de Educação do Rio de Janeiro – hoje Instituto *Superior* de Educação do Rio de Janeiro, gerido pela FAETEC –, que formava professoras, e o Colégio Militar do Rio de Janeiro, que se dedicava à educação de rapazes. Abaixo, fotografias desses espaços durante as décadas em que o romance se passa:

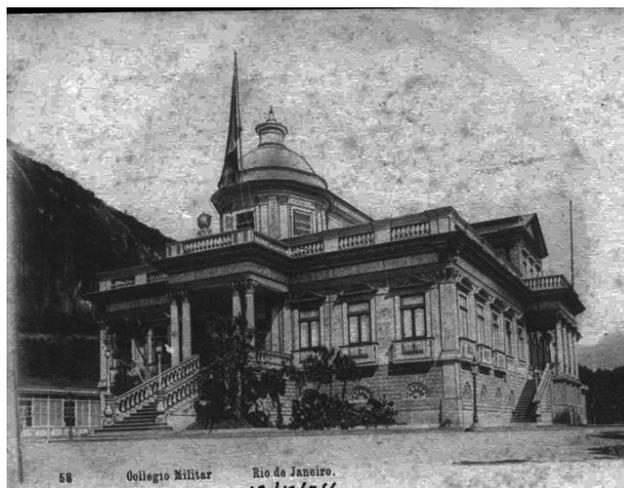
³⁰ Não é nossa intenção, aqui, contribuir para a perpetuação de bairrismos cariocas. Apesar disso, fato é que esses detalhes são importantes para a compreensão das relações estabelecidas ao longo da narrativa de Martha Batalha, que, exímia leitora do cronista carioca Ruy Castro, por certo não guiou suas decisões de escrita por uma mera coincidência geográfica.

Figura 5 - Instituto de Educação do Rio de Janeiro, anos 1950



Fonte: Arquivo Nacional³¹

Figura 6 - Colégio Militar do Rio de Janeiro, primeira metade do século XX



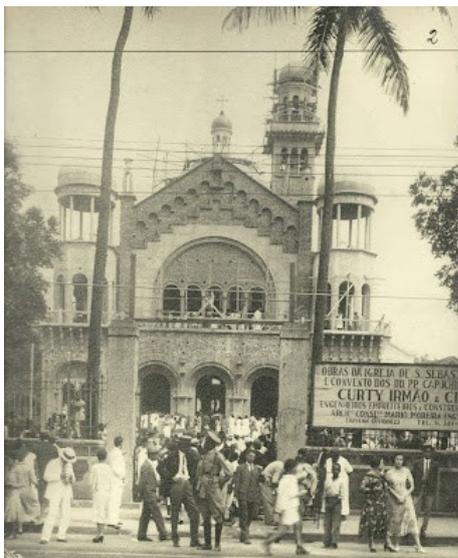
Fonte: Arquivo Nacional³²

Por fim, cabe citar outro dos pilares da tradição tijuca. Na imagem abaixo, nota-se a igreja dos Capuchinhos, fundada primeiramente no Morro do Castelo e reinaugurada na Tijuca em 1931.

³¹ Arquivo Nacional: Disponível em: <arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/245-academia-militar-e-de-marinha>. Acesso em: 02 mar. 2023.

³² Arquivo Nacional: Disponível em: <arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/245-academia-militar-e-de-marinha>. Acesso em: 02 mar. 2023.

Figura 7 - Igreja dos Capuchinhos, 1931



Fonte: Portal Grande Tijuca³³

Crescendo em meio a esses valores tijucanos, as protagonistas do romance ora reafirmam a tradição, ora a questionam. Enquanto Eurídice se casou segundo os moldes católicos, com direito a 200 bolinhos de bacalhau e com igreja lotada e recepção na casa da noiva” (BATALHA, 2016, p. 10), Guida, a filha que se deixou levar pelos desejos, “pintava as unhas de vermelho e tinha um filho adolescente. Usava maquiagem até para ir à feira, e não botava os pés na igreja” (BATALHA, 2016, p. 153). Por sua vez, Filomena, a ex-prostituta que acompanha Guida, dedicava-se a valores católicos; ainda assim, e por seu passado, “só podia chegar na igreja depois que a missa começava e sair pouco antes de terminar” (BATALHA, 2016, p. 117), uma vez que não era uma figura bem quista socialmente. Isso, por si, já denuncia o quanto as imposições sociais submetem mulheres, as coloca à mercê dos desejos dos homens.

Fato é que, contra essa suposta superioridade masculina, Eurídice Gusmão não ousaria se embater. Não em um primeiro momento, quando, mesmo tendo muito a dizer, “concordaria com tudo, desde que não tivesse que dizer mais nada” (BATALHA, 2016, p. 84). A personagem estava acostumada a se emudecer, principalmente diante do homem com quem casara, e que – acreditava ela – tinha

³³ Portal Grande Tijuca. Disponível em: <grandetijuca.com.br/coluna/historiadagrandetijuca/14-igreja-dos-capuchinhos-uma-historia-que-conta-a-cidade.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

muito mais aporte para opinar, agir, colocar-se no mundo, autorizado pela própria condição masculina – e pelas benesses trazidas por essa condição:

Antenor sabia das coisas. Ele estudou contabilidade, era funcionário do Banco do Brasil e discutia política com outros homens. [...] Visão quem tinha era Antenor — uma visão definida por tudo aquilo que ele via pelo bonde no trajeto até o trabalho. Mas mesmo essa visão de Antenor era maior do que qualquer outra que pudesse vir de Eurídice, que só via as paredes da casa, as barracas da feira, os grãos do armazém e o imenso vazio que a incomodava (BATALHA, 2016, p. 32).

Como se nota, o narrador heterodiegético assume uma posição bastante atrelada às crenças da própria Eurídice; crenças essas que expõem uma suposta autoridade cultural de Antenor, enquanto à sua esposa resta o total desconhecimento do mundo externo àquele dos afazeres domésticos, sendo o “imenso vazio que a incomodava” só comparável às “horas perigosas” do já mencionado conto clariceano. Isso corrobora a construção masculina de identidades estimulada pela concepção burguesa da idade moderna: em substituição ao ideal de cavaleiro rude, passional e bravo do cavaleiro medieval, o que se nota, no sujeito da classe média, é o lastro do comedimento, de uma suposta erudição pautada em conhecimentos sobre política, economia, cultura, dentre outros.

A Eurídice, por sua vez, cabe o papel de observadora de tudo isso. Em um de seus muitos momentos de submissão, aceita os comandos, cumpre os objetivos propostos pelo acordo cultural assinado junto à certidão de casamento e estabelece, para si, um lugar nesse mundo que lhe cabe. No fundo, porém, não se esquece do que realmente almeja, e, por esse desejo recalcado, sofre daquilo que Betty Friedan considerou como *problema sem nome*, constituído pelo desajuste alimentado por muitos fatores, como a vida moldada por revistas femininas, padrões sociais e expectativas capitalistas da época. As mulheres sujeitas a esse problema:

[...] faziam pão em casa, costuravam a roupa da família inteira, mantinham a máquina de lavar e secar em constante funcionamento. Mudavam os lençóis duas vezes por semana, em lugar de uma, faziam cursos de tapeçaria e lamentavam suas pobres mães frustradas, que haviam sonhado seguir uma carreira. Seu sonho único era ser esposa e mãe perfeita. Sua mais alta ambição, ter cinco filhos e uma bonita casa. Sua única luta, conquistar e prender o marido. Não pensavam nos problemas do mundo para além das paredes do lar e, felizes em seu papel de mulher, desejavam que os homens tomassem as decisões mais importantes, e escreviam, orgulhosas, na ficha do recenseamento: “Ocupação: dona de casa” (FRIEDAN, 1971, p. 20).

Friedan, aguerrida a um pensamento de origem marxista, constrói sua crítica em plenos anos 1960, ao retratar os subúrbios da classe média estadunidense e as

relações de gênero ali estabelecidas, denunciando uma desconexão entre a realidade das mulheres e a imagem construída sobre elas, a *mística* por trás dos processos de colonização desses corpos. Para ela, o retorno dos homens da Segunda Guerra Mundial, anos antes, promoveu significativas transformações nas relações nos padrões sexistas, de modo que, ainda que não tivessem plenos direitos, as mulheres haviam recebido educação suficiente para questionar as engrenagens do sistema do qual faziam parte – ainda que não o compreendessem totalmente.

E se, como discutido ao longo do primeiro capítulo, a sociedade brasileira acompanhava as pequenas revoluções promovidas em outras partes do mundo, é possível conjecturar que o sentimento de desencaixe afetava também as mulheres de território “tupiniquim”. A protagonista de Martha Batalha, por exemplo, incomoda-se com a qualidade de dona de casa, fato abertamente revelado pelo narrador logo nas primeiras páginas do romance:

Ela sabia desaparecer com os pedaços de cebola, lavava e passava muito bem, falava pouco e tinha um traseiro bonito. Além do mais, o incidente da noite de núpcias serviu para deixá-lo mais alto, fazendo com que precisasse baixar a cabeça ao se dirigir à esposa. Lá de baixo Eurídice aceitava. Ela sempre achou que não valia muito. Ninguém vale muito quando diz ao moço do censo que no campo profissão ele deve escrever as palavras “Do lar” (BATALHA, 2016, p. 11).

“Do lar” é, aliás, uma condição na qual Eurídice nunca coube, como se evidencia nas microbatalhas por ela empreendidas ao longo de todo o romance. Tampouco cedia facilmente aos caprichos do marido, fossem eles afetivos ou sexuais, de modo que, se não o encarava no campo aberto, “fez-se ouvir de outras formas. Ganhou um monte de quilos que falavam por si, e gritavam para Antenor se afastar” (BATALHA, 2016, p. 11-12).

Fugir dos padrões estéticos fazia parte do projeto da protagonista de se entregar a Antenor apenas quando estritamente necessário para cumprir as imposições matrimoniais – como na concepção dos dois filhos, Cecília e Afonso, por exemplo.

Cabe lembrar que esta era uma época anterior à revolução alimentada pela silenciosa pílula anticoncepcional, que só viria duas décadas mais tarde, nos anos 1960, e permitiria às mulheres, muitas vezes sem a anuência de seus parceiros, protegerem-se quando estes insistiam em relações que poderiam gerar filhos. Duas décadas antes, então, restava a Eurídice tornar-se menos desejável; era essa a sua forma de combater a imposição de gênero que garantia ao homem o acesso ao corpo:

Ela emendava o café da manhã no lanche das dez, o almoço no lanche das quatro e o jantar na ceia das nove. Intervalos eram preenchidos com as sobras de papinhas e as provas de comida, para saber se tinha muito ou pouco sal, muito ou pouco açúcar, muito ou pouco gosto. Ganhou três queixos, essa Eurídice. Parece que seus olhos diminuíram, e seus cabelos não eram suficientes para emoldurar tantas feições. Quando viu que estava no ponto, que era o ponto de fazer o marido nunca mais se aproximar, adotou formas saudáveis de alimentação. Fazia dieta nas manhãs de segunda-feira e no intervalo entre as refeições (BATALHA, 2016, p. 12).

Protegida pela própria inventividade, a senhora Gusmão-Campelo tentou se satisfazer de formas outras. Não se entregava sexualmente ao marido, mas servia, dia após dia, rigorosos banquetes dos quais este pouco gostava – mais uma de suas formas de sair de casa, de frequentar o mercado ou a feira, de ver o mundo. No entanto, as travessas e tabuleiros, as panelas e os porta-condimentos eram ineficientes em aplacar a sede de Eurídice, que não estava, afinal, restrita aos limites da cozinha, porque simplesmente era a sede por encontrar tudo aquilo que via durante os passeios pela cidade – e isso, por certo, tempero algum poderia lhe garantir, pois, como denunciado por Friedan ao tratar dos desejos das mulheres:

Uma batata cozida, mesmo ampliada, não tem o tamanho do mundo e tirar o pó da sala — com ou sem pintura — não é trabalho que exija reflexão ou energia bastante para desafiar a capacidade total da mulher. Ela é um ser humano, não uma boneca, não um animal empalhado. O homem sabe através dos tempos que foi colocado em plano aparte dos outros animais pela capacidade de raciocinar, idealizar e criar um futuro de acordo com seu sonho. Partilha com os outros animais da necessidade de alimentar-se e procriar, mas quando ama, ama como homem. Quando descobre, cria e amolda um futuro diferente do passado; é um homem, um ser humano (FRIEDAN, 1971, p. 45-46).

Se amar é uma condição humana, e se, segundo a jornalista estadunidense, é essa a capacidade que nos distingue de outros animais, é com amor e desejo que podemos nos realizar. É a inquietação o que motiva o indivíduo humano, e é também ela a grande fissura naquela casa que divide os desejos de seus moradores. Porque Antenor era incapaz de compreender por completo os desejos da esposa ou o seu lar como um espaço de confluência e de questionamento dos lugares de gênero. Mas, e felizmente para ela, isso jamais impediria Eurídice de sonhar.

A inquietação da personagem carioca parece não ser acompanhada por Fernanda, uma das protagonistas de *Suíte Tóquio*, que vivencia o dilema de incluir sua carreira meteórica aos papéis sociais nos quais precisa se inserir. Tal como Eurídice, o papel de mãe e o de esposa, mas em um século diferente, com demandas e construções completamente distintas daquelas dos anos 1940.

Lançado em 2021 por Giovana Madalosso, na ainda pequena editora Todavia, *Suíte Tóquio* também clama para si um posto nas lutas pelo questionamento das assimetrias de gênero de seu tempo, indo além ao questionar, de maneira bastante direta, problemas de raça e de classe. Diferentemente de Batalha, a autora paranaense já vivenciava uma carreira consolidada quando lançou o que, para os críticos, é sua obra mais engajada.

Em *A teta racional* (2016, contos) ela se norteia no que chama de “feminino contemporâneo” e na vivência da maternidade. Em *Tudo pode ser roubado* (2018, romance), por sua vez, parte do humor mordaz para falar sobre a ambição nas grandes metrópoles, e sobre as consequências do desejo. É em *Suíte Tóquio*, contudo, que Madalosso se entrega a um tema tão ordinário quanto universal: o amor materno e seu caráter falho, porque humano, e humano porque visto como um destino natural, ainda que não o seja. Em meio a isso, recobre, como um tecido, as lutas de gênero e classe que movem a sociedade por encruzilhadas cada vez mais preocupantes – principalmente em se tratando do Brasil pós-golpe de 2015.

Conquistas femininas, avanços e retrocessos em direitos, novas configurações familiares: cada detalhe serve de matéria para que a autora faça de sua obra um retrato das ambiguidades que regem a sociedade atual. Tudo isso movido por um evento atípico: o sequestro de uma criança, Cora, pela sua babá, que faz vezes de figura materna enquanto a genitora se dedica ao trabalho remunerado – algo impensável para Eurídice Gusmão.

Ágil e atenta ao seu tempo, a trama construída por Madalosso coloca de lados opostos as figuras de Maju e Fernanda, respectivamente a cuidadora e a genitora da pequena Cora. Em primeira pessoa, essas mulheres tão díspares revelam-se mais do que vítimas e algozes dos próprios destinos, vestindo, elas mesmas, seus desejos, anseios e frustrações causadas pelo ser mulher nos anos 2010. Por meio de suas vozes, conflitos de gênero e classe ganham ritmo ora bem-humorado, ora angustiante, como exemplifica a primeira antevisão de Fernanda do desaparecimento da filha. Ela estranha que filha e babá não estejam em casa àquele horário, e fará algo a respeito:

Mas, antes de mais nada, preciso relaxar um pouco. Dos problemas de casa, dos problemas do meu trabalho, da paixão que me corrói a pele. Preparo um drinque. Com o copo na mão esquerda e o celular na direita, procuro pelo telefone das mães da escola, mas logo lembro que saí do grupo, quem tem os números atualizados é o Cacá, deixo que faça as ligações. Já levemente bêbada, deitada no tapete da sala, ouço meu marido conversando com mulheres de quem nunca ouvi falar, sobre crianças de

quem nunca ouvi falar e sobre episódios que eu não faço ideia que tenham acontecido, como um surto de piolhos. Enquanto ele fala com a mãe de uma tal de Bebel, fico pensando o que aconteceu comigo para eu me tornar uma turista na minha própria casa, boiando num tapete com um coquetel em punho e retribuindo emojis de dedo com emojis de língua (MADALOSSO, 2020, p. 16).

Moradora de um elegante bairro da capital paulista, Fernanda se dedica a um novo cargo, a novos projetos e à realização do sonho de ser bem-sucedida em uma grande empresa de televisão. Fugindo do relacionamento morno com Cacá, seu companheiro de anos, descobre o erotismo e a satisfação pessoal em Yara, colega de trabalho que funciona, ao longo das velozes 208 páginas do livro, como um bastião de liberdade – do corpo, da alma, das vontades.

É importante ressaltar que, ainda que mulheres de classe média, entre Eurídice e Fernanda há fatores como o tempo e as camadas da classe média de que fazem parte. O cargo de Antenor Campelo no Banco do Brasil garante à sua família um conforto que os distancia bastante de outras famílias dos arredores. Fernanda, por sua vez, vive nos desajustes da economia. Não é rica, uma vez que trabalha para manter seu padrão econômico e social, bem como o status de poder do qual demonstra gostar. Apesar disso, está longe de ser uma proletária, possuindo conforto o bastante para ter gastos impensáveis, como obras de arte renomadas, joias de alto valor e um veículo que ela compra à vista, e sem pensar duas vezes, por puro impulso.

Em verdade, a segunda delas se sente uma turista no local em que reside, tamanho o seu distanciamento do marido, do lar e até mesmo da filha, cujos cuidados foram entregues potencialmente a Cacá e Maju. Esta última, mesmo antes do rapto que deflagra a trama, sempre demonstrou “uma consideração exaustiva” por Cora, mandando fotos e vídeos aos pais “o dia todo, inclusive em momentos banais como comendo uma maçã ou cheirando uma flor” (MADALOSSO, 2021, p. 18), o que pressiona Fernanda, bem mais racional e objetiva em seus relacionamentos.

Isso posto, é importante que não sejam tecidos julgamentos a respeito da apartação de Fernanda em relação à sua família. Afinal, para um homem, atitudes como as dela fariam parte da ordem do trivial, como mostra a já explorada capacidade masculina de terceirizar às mulheres a responsabilidade doméstica. Se aqui se comentam as atitudes da protagonista, é muito menos para tecer uma crítica do que para explorar os fatores responsáveis por promover, em um período de algumas

décadas, tantas mudanças de cunho social. Mudanças essas que não subverteram os padrões de gênero – pois há ainda um longo caminho em busca da equidade.

Mulheres pobres sempre foram chefes de família, atuando no cuidado com os filhos e na manutenção de sua integridade alimentar, afetiva, emocional. No entanto, a concepção burguesa estabelece que uma família “tradicional”, de “cidadãos de bem” necessita ser composta, também, por uma figura masculina e patriarcal, ao redor da qual orbitarão a esposa, silente, e uma boa quantidade de crianças, para que se garanta a perpetuação da espécie, do sobrenome e do legado familiar.

Nessas condições, é relevante definir que foram as lutas das contemporâneas de Eurídice que permitiram a existência de mulheres como Fernanda, autorizadas a votar, a ir à escola e à universidade, a ocupar postos que antes eram dominados exclusivamente por figuras masculinas, em especial na classe média conservadora.

Por certo, há ainda um tortuoso caminho a ser percorrido na busca por políticas públicas para todas e todos, por salários igualitários e pela promoção de direitos universais. No entanto, interessa a este trabalho, também, refletir acerca da coleta dos frutos plantados tão arduamente ao longo da história, posto que – e retomo Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy – as conquistas do século XX:

[...] puseram em xeque e ameaçaram estruturas patriarcais seculares de poder, porque denunciavam o racismo, quando se celebrava o mito da democracia racial, denunciavam a violência no campo e a violência no lar e demandavam autonomia sexual e reprodutiva para as mulheres (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 50).

São essas conquistas, em especial aquelas ocorridas no campo do lar, que permitem a Fernanda uma vida toda sua: delimitada por imposições de gênero, mas guiada por novos valores, novas virtudes, novas possibilidades, pois a construção poética, a construção humana, depende também da liberdade econômica – e isso a personagem de Suíte Tóquio tinha de sobra:

Por volta daqueles dias, eu havia recebido, do canal de tevê em que trabalhava, uma proposta para deixar de ser diretora de conteúdo e me tornar produtora executiva, o cargo mais alto do escritório no Brasil. A princípio eu disse não, porque sabia que, se aceitasse, passaria a me reportar para Los Angeles, trabalhando no fuso daqui e de lá, e teria muito pouco tempo para a minha filha. Mas claro que não fiquei em paz com a decisão. Aquele era um cargo que eu queria e percebi que ser uma mãe frustrada era um péssimo negócio, porque eu acabaria transferindo todo o meu amargor para a minha filha. Era melhor passarmos menos horas juntas mas, como diriam os gurus pedagógicos, horas de qualidade. Ainda não era meia-noite, resolvi ligar para o meu marido para contar que havia mudado de ideia e aceitaria a proposta. Ele não questionou, era eu

quem sustentava a casa, era eu quem decidia essas coisas (MADALOSSO, 2020, p. 26).

Assim, ao focar na força centrípeta exercida por Fernanda em sua casa, o romance a estabelece como uma exploradora do mundo, sempre em longas viagens, exaustivas reuniões, constante insubmissão, a ponto de permitir ela própria que o marido, Cacá, um arquiteto frustrado, pudesse ficar em casa ciceroneando a filha e eventualmente se dedicando a algum trabalho artístico como as miniaturas que ele fazia:

Até o que seria um defeito do Cacá para os outros, para mim não era. Ele não dava muito certo em nenhum emprego. Se formou em arquitetura, mas não quis trabalhar com isso. Virou maquetista, mas também não vingou. Depois seguiu arrumando uns outros negócios, como os terrários, uns minijardins que estavam na moda e ele achou promissores. Passava o dia debruçado sobre os globos de vidro com uma pinça na mão colando casas, cogumelos e homenzinhos junto a cactos e suculentas que, naqueles universos, pareciam sequoias (MADALOSSO, 2020, p. 41).

É notório o desejo de Fernanda por esse espaço tão laboriosamente conquistado, a ponto de ser ela, sempre, o núcleo ao redor do qual giram as relações que estabelece – familiares, afetivas, profissionais. É ela a bem-sucedida, a realizada. E, mais ainda é ela a que tem sonhos externos, enquanto a Cacá cabe o dom do cuidado, um *destino de mulher* às avessas, posto que ele:

[...] tinha jeito para a vida doméstica, havia nascido para cuidar. Cuidar do que fosse, dos cactos, das nossas floreiras, da Cora, da minha mãe, dos nossos amigos, da reforma do apartamento, das nossas festas, da receita do jantar. Nem que eu quisesse conseguiria fazer tudo que ele fazia, ao menos não com a mesma leveza, e eu admirava isso nele. E entendia que da mesma forma como eu precisava ir longe para vicejar, ele precisava se debruçar sobre as pequenas coisas (MADALOSSO, 2020, p. 41-42).

Trabalhada de maneira comparativa, a literatura nos permite analisar criticamente mais do que apenas Fernanda e Cacá ou Eurídice e Antenor, e sim os lugares por eles desempenhados em uma sociedade masculinista separada apenas por um recorte geracional bastante evidente. É nas areias do tempo, também, que pautamos nossa crítica. Como apontado pela professora Tânia Ramos, quando da qualificação deste trabalho, Fernanda poderia facilmente ser neta ou bisneta de Eurídice. Ela própria, Eurídice, se tiver vivido tanto tempo – o livro de Martha Batalha não nos elucida esse dado – terá visto um Brasil completamente diferente daquele em que nascera.

Outro aspecto caro a Fernanda, além da conquista do poder, é a manutenção daquele cargo, sempre ameaçado por figuras masculinas, de modo que ela até aceita perder uma posição, mas não para um homem. Homens, aliás, que sempre se mostram “claramente intimidados” com seu cargo, “comportamento com o qual eu já estava acostumada” (MADALOSSO, 2020, p. 54).

Nesse âmbito, o sequestro da pequena Cora nada tem de dramático, como pode sugerir um primeiro contato com a trama do romance. Maria Julia, a sequestradora, sequer pensa em fazer mal a menina, e está decidida a protegê-la de uma família fria e de pais ausentes. O grande dilema, aqui, ultrapassa a moralidade de Maju, e chega a uma espécie de acerto de contas, já que Fernanda tem tudo o que alguém pode querer, e sugere não valorizar. Será isso mesmo?

Em suma, Fernanda e Maria Julia ocupam lados antagônicos, nos quais uma tem privilégios e uma vida vazia baseada apenas em conquistas, e a outra tem vontades, mantendo sua vida exclusivamente centrada na criança de que cuida, na religião e no porvir. A isso se atenta a patroa, ao comparar sua realidade à da outra e descrever suas próprias ambições ao conseguir um cargo tão sonhado na empresa em que trabalha:

Um mês depois, pingava um salário novo na conta dela e um novo na minha. Fiquei olhando para aquela cifra sem saber o que fazer. Pensei em sair de viagem, mas aquela não era a hora de tirar férias. Pensei em comprar uma joia, mas já tinha algumas e eu não era nem um quilate mais feliz por isso. Conversando com uma amiga, tive a ideia de comprar arte. Fui a uma galeria onde havia uma tela da Adriana Varejão. Pequena, mas impactante: uma sauna de azulejos brancos manchados de sangue. Adquiro o mimo e pendurei na sala, argumentando para Cacá que a tela custara uma fortuna, mas longe de ser uma extravagância era um investimento, um patrimônio que deixaríamos para a nossa filha (MADALOSSO, 2020, p. 27-28).

A partir disso, evidencia-se que Fernanda se mostra alheia inclusive à proposta temática da obra comprada – a qual, pensamos, faz parte das produções de Varejão voltadas à crítica ao colonialismo. Com isso, e a partir das características descritas pela narradora, o leitor é remetido à série “Saunas e Banhos”, que retrata ambientes monocromáticos cobertos por azulejos marcados pelo signo da violência:

Figura 8 - O convidado



Fonte: VAREJÃO, Adriana. O convidado. Óleo sobre tela, 45 x 70 cm, 2004³⁴.

Na figura acima, intitulada “O convidado”, a brancura do ambiente é quebrada pela lânguida mancha de sangue e pela ausência de um corpo, o que suscita a dúvida: de onde vem o líquido vermelho? Por que vias foi expelido? Onde foi parar o seu antigo receptáculo, não mais sacro, mas violado, assim como os azulejos? A resposta pode vir da própria obra, na qual:

[...] o sangue enuncia debate sofisticado: diz respeito à morte, ainda mais em espaço tão limpo e esterilizado que é o do ambiente azulejado. Mas o sangue não é apenas a ausência, mas também a vida, como a pulsação de um corpo em plena atividade fisiológica, o sangue do trabalho de parto, da placenta e da menstruação. O sangue de um corpo feminino (ZORTEÁ; CAMPOS, 2021, p. 278).

Indo além, é possível encontrar outras obras de Varejão a respeito do mesmo tema. Abaixo, “Pele Tatuada à Moda de Azulejaria”, de 1995, que ganhou destaque a partir da mostra *Por uma Retórica Canibal*, a qual rodou o Brasil em 2019. Ao manchar de sangue detalhes antes sagrados, Varejão pincela, em nosso imaginário, a lembrança de sua tarefa artística de questionar de onde vem esse sangue, e por que veias ele um dia correu:

³⁴ Disponível em: <<http://www.adrianavarejao.net/br/home>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Figura 9 - Pele Tatuada à Moda de Azulejaria



Fonte: VAREJÃO, Adriana. Pele Tatuada à Moda de Azulejaria. Óleo sobre tela 140 x 160 cm³⁵.

Cada azulejo dessa composição alerta que aquilo que a protagonista de *Suíte Tóquio* conserva em casa faz parte de novos questionamentos a respeito da mesma colonialidade que permitiu a existência de seu “exército branco”. É também uma lembrança de um passado sanguinolento o qual ela, nascida em final do século XX, notoriamente ignora.

O mesmo não pode ser dito de sua autora: atenta a esse passado, e o questionando linha a linha através de suas personagens, Giovana Madalosso constrói um arcabouço para criticar as submissões femininas e dos padrões gendrificadas, o colonialismo e a própria função da arte – e, claro, de sua literatura em meio a tudo isso. Em uma metalinguagem carregada de ironia, ela situa a tela de Varejão no centro da sala estéril de Fernanda para que nós, seus leitores, nos lembremos de que suas próprias tintas são tintas de sangue. E que a perpetuação das violências por vezes acontece assim, às vistas de todos, como a tela.

Sem qualquer tom moralista, a narradora revela mais do que supõe: o excesso de ambições esconde, na verdade, o medo de não ser suficiente na vida familiar ou no trabalho, além da importância que dá ao status e à supressão dos padrões de

³⁵ Disponível em: <<http://www.adrianavarejao.net/br/home>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

gênero nos quais é coagida a estar. Isso se evidencia, também, na tensão entre o próprio casal Fernanda-Cacá, como explicitado nas disparidades de gênero ora apontadas.

Assim, é necessário detalhar as relações entre as protagonistas dos romances a partir dos papéis sociais desempenhados em cada século, bem como das semelhanças e diferenças, conquistas e perdas, avanços e retrocessos das épocas.

2.3 “Quase da família”: a interseccionalidade como categoria de análise do trabalho doméstico

Todo quarto de empregada é próximo à grande lixeira da casa, porque está sempre no fundo do profundo do imóvel. Nós, os "quartinhos", estamos sempre perto dos odores da vida das pessoas que não nos habitam. Perfume francês, patê de fígado de pato, vinho caro, trufas, papel higiênico, absorventes, suor. Quase tudo era deles.
*Eliana Alves Cruz*³⁶

A interseccionalidade nos encaminha a relevantes questões que perpassam ambos os romances sob análise, demonstrando a importância da descolonização dos espaços e da compreensão de novas propostas críticas na busca por igualdade. A isso já nos conclama a produção de Walter Benjamin, que, ao refletir a respeito das demandas das classes relegadas a uma posição subalterna, evidencia que a dominação não se restringe aos aspectos econômicos, mas envolve toda uma produção de cultura e contracultura (BENJAMIN, 1996, p. 224).

Ao sugerir que escovemos a história *a contrapelo*, Benjamin (1996, p. 225) reconhece que os bens culturais fazem parte de um cortejo no qual os vencedores matam os vencidos até mesmo de maneira simbólica; afinal, para o autor, “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1996, p. 225).

De acordo com Homi Bhaba, crítico cultural que investiga os sujeitos subalternos, o fim de século viu nascer a consciência da necessidade de “passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos

³⁶ Fonte: CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2022. p. 139.

ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 1998, p. 20). Isso demonstra a pluralidade de sujeitos que clamam por locais de escuta em nosso tempo, bem como a emergência de “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 1998, p. 19). Ainda de acordo com Bhabha:

O "direito" de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contradição que presidem sobre as vidas dos que estão "na minoria" (BHABHA, 1998, p. 20).

Ao colocar em palavras as supressões de Maria Julia, a babá de seu romance, Giovana Madalosso evidencia a relação entre patrões e empregados, descrevendo humilhações e renúncias. É no antagonismo com sua patroa que Maju se realiza, sendo ao mesmo tempo a contraparte e a antagonista, mas, acima de tudo, tendo abdicado de sua própria vida para cuidar da pequena Cora. O trecho abaixo é eficiente ao retratar como Maju perdeu seu grande amor graças às escolhas realizadas:

Até a hora que o amor também deu de faltar, por que quando eu chegava em casa no domingo era tarde, já não tinha mais feira nem peixe pra descamar juntos, já não tinha mais um dia todo para o Lauro se alegrar com cerveja e me tirar pra dançar, e as sim devagar fomos ficando cada vez mais longe, como se a mesa da cozinha em que a gente jantava fosse crescendo no meio de nós, metros e metros de tempo no meio de nós, até que a gente não se ouvia mais direito, não se entendia mais como antes. Isso tudo eu sei agora, na época eu não sabia o que estava acontecendo, nosso amor era aquela fruta que começa a apodrecer por baixo sem ninguém ver (MADALOSSO, 2020, p. 37).

A questão se torna marcante se pensarmos no trabalho doméstico na realidade brasileira. Pesquisas como a “O Emprego doméstico no Brasil” (Dieese/2013) e “Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua” (Ipea, 2019) demonstram a dificuldade brasileira em lidar com o seu passado recente. De acordo com esse último:

Mais de 6 milhões de brasileiros dedicam-se a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda (Ipea 2019).

Os dados, apesar de preocupantes, não surpreendem: as raízes da trajetória do Brasil republicano entranham-se no autoritarismo oligárquico-patriarcal-escravocrata que caracteriza nossa formação histórica. Sob a falsa ideia de uma

missão civilizatória, corpos negros – em especial o de mulheres – foram objetificados e traficados ao longo de mais de três séculos, como afirma María Lugones ao relatar “a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle da reprodução e um horror sistemático” (LUGONES, 2019).

E se nossos problemas podem ser descritos a partir de imagens do passado, é no presente que suas marcas continuam a fazer vítimas. Exemplo disso é o caso de Miguel Otávio Santana da Silva, filho da empregada doméstica Mirtes Renata Santana de Souza. Aos cinco anos de idade, a criança despencou do nono andar de um prédio no Recife minutos antes de sua mãe retornar à casa da patroa, de onde saíra para cumprir obrigações do serviço.³⁷

O episódio, ocorrido em 2020, desvelou as precárias condições de serviço das empregadas domésticas, fenômeno que se agravou com a pandemia do Novo Coronavírus, demonstrando que ainda há um longo caminho para que sejam amplamente colocadas em prática as resoluções da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 (BRASIL, 2015) – que garante os direitos trabalhistas da empregada doméstica.

Isso reitera uma dificuldade apontada pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, que afirma que “as leis podem prometer direitos que dão forma às políticas públicas, mas é preciso ação para dar vida a essas políticas” (COLLINS; BILGE, 2021, p.125). No Brasil, país em que as leis se demonstram a serviço exclusivo das classes mais abastadas, e onde, no jargão popular, *doutor é quem tem dinheiro*, realidades como a do menino Miguel sempre se repetir sem qualquer resolução jurídica ou punição.

Em relação a isso, os romances acenam para a importância de dar espaço a novos protagonismos, reforçando, ainda, que as lutas de mulheres negras e de classe baixa merecem mais atenção nas produções de ficção brasileiras como forma de denúncia.

Nossos romances se destacam, então, por construírem sujeitos potentes a partir de diferentes mecanismos: ora o silêncio, ora a descrição. É importante destacar, ainda, que ambas as tramas foram produzidas por mulheres brancas e de classe média, e que a escolha se deu de maneira proposital, num exercício de

³⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/03/condenacao-pela-morte-do-menino-miguel-no-recife-e-vitoria-do-movimento-negro>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

contramemória que nos permite “conhecer o presente e inventar o futuro” (HOOKS, 2017, n. p.).

A primeira das obras, *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), deixa de lado a sua protagonista para tratar de outras. Longe das lutas do feminismo branco e das reivindicações por igualdade no mercado de trabalho, uma personagem passa quase despercebida no romance. Sua ocultação se trata, na verdade, de uma invisibilidade proposital: um recurso denunciado pelo narrador e que acena de maneira clara para a invisibilização das mulheres negras no Brasil dos anos 1940. É esta Maria das Dores, que realiza os serviços domésticos da protagonista. Assim lhe somos apresentados:

Maria das Dores era mãe de três filhos que se criavam sozinhos, que se alimentavam dos pratos que ela guardava no forno e se vestiam das roupas que ela deixava na cômoda, e que agora já tinham idade para andar soltos na casa, não sendo mais necessário acorrentá-los no quarto para se manterem longe das facas e fogos da cozinha.

Mas esta não é a história de Maria das Dores. Maria das Dores inclusive só aparece por aqui de vez em quando, na hora de lavar uma louça ou fazer uma cama (BATALHA, 2016, p. 38).

Para a empregada da família Gusmão, as complicações são de nível não apenas de gênero, mas também de raça e de classe. Sobre esses níveis se debruça a teoria interseccional, que a ativista Carla Akotirene credits a uma “sensibilidade analítica” pensada pelas feministas negras norte-americanas. Essas mulheres não se sentiam atendidas pelo movimento feminista branco – que se focava, afinal, nas especificidades do que necessitavam as mulheres brancas. Tampouco viam suas causas defendidas pelo movimento antirracista, que tradicionalmente se ocupava das reivindicações dos homens negros. Desse modo:

[...] a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Esse pensamento, apesar de descrito e adaptado à realidade brasileira por Akotirene, tem origem muito anterior, e já aparecia nos questionamentos das mulheres afro-americanas, negras e trabalhadoras, que não se viam contempladas pelas lentes que estudavam suas dificuldades:

As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As

mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios (COLLINS; BILGE. 2021, p.18).

A empregada doméstica era mulher como a patroa, mas via-se subjugada por questões que a colocavam em uma posição ainda mais inferior. Assim, “Maria das Dores chegava a tempo de servir o café dos patrões e ia embora depois do último prato do jantar lavado, deixando um rastro de camas feitas, pisos encerados e banheiros limpos” (BATALHA, 2016, p. 37).

Essa invisibilidade seletiva, pungente no romance, tem explicação. Para a socióloga Heleieth Saffioti, “as classes sociais são agrupamentos humanos antagônicos, cujas lutas expressam a contradição fundamental do sistema produtivo, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção” (SAFFIOTI, 1978, p. 191). Nesse sentido, Eurídice assume o papel de detentora da relação de poder, enquanto Maria das Dores, sua empregada, tem o trabalho apropriado por ela, de modo que as relações de dominante-dominado não se estabelecem unicamente pelo sistema sexo-gênero.

É importante lembrarmos que, apesar de não haver no romance a verbalização da cor da pele da empregada, era comum que as casas mais abastadas do Rio de Janeiro explorassem a mão de obra barata das mulheres negras. Isso faz com que discursos brancos ocupem lugares hegemônicos, centrais, e faz com que vivências adversas ocupem posições excêntricas, marginais, a ponto de – e a isso nos alerta o narrador – os eventos de sua vida pouco importarem para um romance que tem como foco a classe média. Se ainda hoje a sociedade brasileira sofre com as consequências da escravidão, na década de 1940 – poucos anos depois da abolição – suas influências eram ainda mais potentes na sociedade brasileira.

Para Angela Davis (2016), que pensava a situação negra no cenário norte-americano, as variadas pesquisas a respeito da escravização jamais visibilizavam as mulheres, camuflando suas realidades e ignorando suas submissões. Desse modo, compreendemos que a falta de pesquisas que relacionassem gênero e raça contribuiu para que, por muitas décadas, as mulheres negras ocupassem espaços de silenciamento – com Maria das Dores não foi diferente.

A personagem faz parte de um legado triste, potente, cujas marcas podem ser notadas mesmo na atualidade, haja vista que assassinam negros diariamente, em casos de violência que chocam pela brutalidade, mas que são rapidamente esquecidos pelo público e substituídos pela mídia. Isso revela a incapacidade

brasileira de lidar com seu passado colonial e de galgar a um futuro de mais tolerância e harmonia.

De volta ao romance, enquanto seus filhos estão em casa, responsabilizando-se por si mesmos, a empregada cuida dos herdeiros, da casa e do casamento de Eurídice. Além disso, o livro denuncia uma prática bastante conhecida nas casas mais humildes: a de acorrentar crianças às próprias camas para que não corram riscos enquanto seus pais e mães trabalham. Seus filhos se *criavam sozinhos* e eram *acorrentados no quarto* para não irem para a rua enquanto a mãe estava fora de casa.

Isso coloca Eurídice e Maria das Dores em posições antagônicas, ainda que fossem ambas mulheres e ambas vítimas de abusos. No entanto, e como não existe hierarquia da opressão, é necessário lembrar da *desvalorização contínua da mulheridade negra*, para a qual já nos alerta bell hooks:

De todos os estereótipos negativos e mitos que foram usados para caracterizar a natureza feminina negra, o rótulo de matriarca foi o de maior impacto na consciência de muitas pessoas negras. O papel independente que as mulheres negras foram obrigadas a desempenhar no trabalho e na família, foi automaticamente percebido como desadequado para uma *lady* (HOOKS, 2018, p. 132).

Herança escravocrata, no Brasil contemporâneo, os corpos negros deixaram de assumir o papel de amas de leite, bás e mucamas e deram lugar a empregadas domésticas, cozinheiras e babás. Isso demonstra as imposições ao feminino e provoca novas discussões a respeito de pautas que já ocorriam na gênese do movimento de mulheres negras: a importância da luta de classes dentro do feminismo, haja vista que, se antes as buscas do das mulheres brancas visavam “direitos iguais para mulheres dentro da estrutura de classes existente” (HOOKS, 2018, p. 65), os movimentos negros almejavam a substituição de antigos paradigmas e a reforma no interior das dinâmicas trabalhadoras.

Para as mulheres negras, a colocação no mercado de trabalho nunca foi uma questão: elas já se amontoavam em postos pouco valorizados em plantações, fábricas e casas de família, de modo que as primeiras lutas do feminismo branco visavam mais a igualdade e as novas possibilidades no mercado do que a possibilidade de trabalho em si, o que, para elas, já era uma realidade.

Afinal, se Eurídice reinava soberana em seu lar, e dessa tarefa pouco gostava, Maria das Dores não tinha opção senão servir aos seus caprichos em troca de

sustento. Com isso, ressalta-se que mulheres como ela sempre trabalharam, de modo que:

Quando a questão foi apresentada como uma crise das mulheres, era de fato uma crise somente para um grupo pequeno de mulheres brancas com alto nível de educação. Enquanto elas reclamavam dos perigos do confinamento no lar, a maioria das mulheres da nação era da classe trabalhadora. E muitas dessas trabalhadoras, que se dedicavam a longas horas de trabalho, com baixos salários, e ainda faziam todo o trabalho doméstico, teriam enxergado o direito de ficar em casa como “liberdade” (HOOKS, 2018, p. 66).

Longe dos filhos, mas dentro da cozinha, de onde raramente saía, a empregada via o que ninguém mais era capaz. Assistiu, por exemplo, às constantes submissões do casamento de seus patrões, tendo reparado nas vezes em que, sem violência física, Antenor subjugou a esposa aos seus mandos.

E viu Afonso, filho de Eurídice – e de quem cuidava desde a infância, atingir a puberdade com os mesmos pensamentos dos homens daquela época. Sobre as liberações de hormônio do adolescente, a voz narrativa comenta:

Para Das Dores, uma saia levantada a mais ou a menos não fazia muita diferença. Que mal havia em aliviar as angústias do menino? Ruim mesmo foi sua primeira vez, porque aos treze anos não sabia muito e tentou resistir, voltando para casa com manchas de sangue que não eram apenas pelo fim da virgindade (BATALHA, 2016, p. 134, *grifos meus*).

Na citação acima, é possível notar que a rotina de violência faz parte da trajetória de vida da personagem. Os grifos revelam que os abusos ocorrem desde o início de sua adolescência, em cenário não muito diferente daquele enfrentado por meninos e meninas brasileiras ainda hoje, período em que cerca de 32 mil denúncias são feitas anualmente para casos desse tipo, conforme apontam dados do *Disque 100* para o ano de 2019 (EXTRA CLASSE, 2020, n. p.).

A passividade com que Maria das Dores, já adulta, sujeita-se à exploração perpetrada por Afonso encontra explicação na necessidade de manter o emprego, mas também no processo de colonização que oprime a empregada de Eurídice e a impede de reagir. Para bell hooks:

A institucionalizada desvalorização da mulheridade negra incentivou todos os homens brancos a considerar mulheres negras vagabundas ou prostitutas. Homens brancos da classe mais baixa, que tiveram pouco contato sexual com mulheres negras durante o período da escravidão, eram motivados a acreditar que tinham direito ao corpo das mulheres negras (HOOKS, 2020, p. 109).

Cheia de dores – como, aliás, prenuncia-nos o nome –, sequer consegue atuar como sujeito das próprias escolhas. Sua, apenas a submissão, e essa é tratada apenas eventualmente pela voz narrativa. Não é passível de uma história própria, narrada por outras ou por si mesma. A comparação entre patroa e empregada revela, pois, que opressões de raça, classe e sexo são, portanto, inseparáveis, e demonstram que “iniquidades de gênero nunca atingem mulheres de maneiras análogas” (AKOTIRENE, 2017, p. 21).

Outra vítima dessas disparidades é Maju, de *Suíte Tóquio* (MADALOSSO, 2020). Ela faz parte do *exército branco*, nome dado por sua chefe às dezenas de profissionais que lotam as praças do bairro nobre de São Paulo em que a história se passa, carregando crianças, idosos ou cachorros em troca de um salário-mínimo.

A respeito desse uniforme, a pesquisadora Juliana Teixeira pontua a estratégia colonizatória envolvida em, também através de algumas peças de roupa, demarcar espaços de poder e relações de hierarquia dentro das quais alguns indivíduos valem mais que outros. Isso posto, compreende-se que:

[...] nada é mais colonizador do que a roupa branca como estratégia de controle da limpeza de uma trabalhadora que tem como antecessora histórica a escravizada doméstica. Nada mais colonizador do que remeter à ideia de limpeza daquela que é considerada suja, menor, e demarcá-la como a que ocupa esse lugar quando a família frequenta espaços públicos, conhecidos por distinção de classe (TEIXEIRA, 2021, p. 208).

Curiosamente, a cor não é um dos pontos de silenciamento de Maria Júlia, ainda que, com a pequena Cora, ela seja obrigada a renegar o “vínculo materno da babá, substituindo a chave do afeto pela chave do contrato” (SEGATO, 2021, p. 35), tornando-se, também ela, um item de compra e venda.

Descrita como inocente e religiosa, a mulher é – sem ter consciência disso – a figura central da vida de sua chefe, que assim a define logo no início:

E talvez fosse melhor ainda se a Maju fosse esperta e tivesse me pedido mais grana, por que ela nem imaginava, mas naquele momento eu daria tudo: quanto custa pra você dormir direto aqui, seis salários mínimos mais esse anel de ouro no meu dedo? Está aqui, já estou assinando a sua carteira de trabalho com um salário de editor de vídeo, porque você é muito mais valiosa pra mim do que um editor de vídeo (MADALOSSO, 2020, p. 27).

Desse modo, a falta de consciência da personagem faz com que esta seja facilmente explorada pela protagonista, algo de que a própria Fernanda, a chefe, tem

consciência, haja vista que está constantemente tentando se sentir *menos escravocrata* (MADALOSSO, 2020, p. 27).

Na tentativa de escapar da culpa por dar a ela a responsabilidade de cuidar da própria filha, Fernanda transforma o quarto de serviço em “um lugar claro, descolado e dotado de amenidades como tevê e frigobar, um quarto que poderia muito bem ser a suíte de um hotel japonês” (MADALOSSO, 2020, p. 27).

De infância pobre e vida destinada a prestar cuidados, Maju também segue as definições de seu gênero e sua classe. Ela passa a morar na dependência de serviço, a pequena suíte Tóquio que dá nome ao livro, e nem assim recebe a atenção da patroa, atuando como mero objeto para suprir as faltas de Fernanda – e ganhando muito bem para não questionar isso:

De qualquer forma, damos as informações sobre a Cora, nome e data de nascimento, aparência física. Mas na hora de falar da Maju, não sabemos tudo. Nem eu que a registrei lembro o seu nome completo, só sei que é Maria Júlia, cabelos castanhos, olhos castanhos, pele branca, estatura mediana, quarenta e quatro anos, a mesma idade que eu (MADALOSSO, 2020, p. 152).

Vinda de Mandaguçu, uma cidadezinha do interior do Paraná, Maju tenta a sorte na maior capital da América Latina. Ela não se arruma, não tem grandes sonhos nem tampouco se acha digna de ocupar aquele espaço, dada sua inadequação aos padrões paulistas. Sente-se em um *casulo*, como afirma recorrentemente ao longo do romance.

Fernanda e Maju representam contrapontos da luta feminista: a primeira é independente, bem-sucedida e bem-remunerada. A segunda, em contrapartida, assume o papel de gestora das crises da chefe, tendo que, muitas vezes, abrir mão da própria vida para não perder o emprego.

Para Juliana Teixeira eventos como esse demonstram que “nem mesmo os altos salários que são mais facilmente acessados pelas mulheres brancas implicam em fuga do sexismo” (TEIXEIRA, 2021, p. 197). Essa exclusão, que constitui um projeto da classe média articulado ao longo de anos de dominação, visa naturalizar o trabalho doméstico como uma continuação do processo escravocrata, haja vista que, como o capitalismo privilegia o que é produtivo e – acima de tudo – lucrativo, estão as trabalhadoras do lar nas bases da cadeia de produção.

Nosso ponto aqui, entretanto, é explorar o quanto a diferença cultural evidencia que é impossível inserir a mulher em um grupo único e maciço de análise. Dito isso,

importante mencionar Joan Scott, que, ao analisar a generificação dos sujeitos em lentes do historicismo, demonstrou que:

[...] a imposição das regras da interação social é inerente e especificamente de gênero, já que a relação feminina com o falo é obrigatoriamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo quando parece coerente e fixa, é de fato extremamente instável. Da mesma forma que os sistemas de significações, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos, a fim de assegurar (de criar a ilusão de) coerência e compreensão comuns (SCOTT, 2019, p. 62).

Ao pontuar a instabilidade mesmo dentro do gênero feminino, Scott retoma um tema que já era discutido por autoras como Catharine MacKinnon, Sally Alexander e Denise Riley, que sempre questionaram uma dicotomia estamental entre o masculino e o feminino – sendo o primeiro, em geral, o dominante, enquanto ao segundo restaria um papel marcado pela categoria do *outro*.

Assim, pondo de lado julgamentos, e agora cientes da noção de gênero enquanto uma categoria de análise, podemos mergulhar no imaginário de Fernanda a fim de compreender as possibilidades representativas da personagem, a começar pelo seu apartamento em São Paulo, maior metrópole do país, mas passando pelas suas viagens de trabalho, seu affair amoroso e, claro, a relação com a pequena filha, sequestrada por Maria Julia no gesto que serve de estopim para a trama.

A isso bell hooks (2019) já nos alertava ao tratar da *questão da responsabilidade* nas relações feministas e antirracistas. Segundo ela, a pouca atenção das primeiras correntes emancipatórias às demandas das mulheres negras foi um dos problemas das primeiras lutas feministas, que não se focaram nas mulheres que já trabalhavam e que eram exploradas como excedentes de trabalho barato na sociedade americana, o que “teria retirado o romantismo da busca da classe média de mulheres brancas pelo trabalho como “realização” (HOOKS, 2019, p. 2019), em consonância com o que afirma Sueli Carneiro:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2011, p. 2).

É também a sua autopercepção enquanto apenas mais um braço na força de trabalho o que motiva a fuga de Maju com a pequena Cora, criança a quem se afeiçãoou. A babá descreve o quanto Cora a prefere em lugar de sua mãe, com quem pouco convive, o que reforça uma problemática existente desde o processo escravizatório: a de crianças brancas que só conseguem desenvolver relações afetivas com suas cuidadoras. Lá atrás, as báb e cuidadoras negras. Hoje, toda sorte de mulheres que se dedicam integralmente a cumprir um papel que vai além da manutenção de sua integridade.

Isso fica evidente no carinho de Cora e Maju:

Em seguida, ajeito a Cora no assento, coloco um travesseiro atrás da sua cabeça, o cobertor bem esticado sobre as pernas. Ela olha pra fora. Pra onde a gente está indo, Maju? Não posso dizer o nome da cidade, não perto dos outros passageiros, e pra ela tampouco importa, então digo o que sei que ela quer ouvir: Pra um lugar bonito. Um lugar cheio de bichinhos que trabalham à noite (MADALOSSO, 2020, p. 16).

A interação entre Maju e Cora é um dos grandes pontos do livro, e rende cenas que captam o leitor pela emoção e pelas possibilidades de questionamentos. Em meio à fuga pelo país, com a criança ao seu lado, a mais velha é compelida a se lembrar de seu passado, de seus sonhos, de seus amores; todos abandonados para que o emprego pudesse ser mantido.

As cenas que envolvem Lauro, personagem com quem a protagonista se envolve e constrói um relacionamento, muito têm a dizer sobre casamento e companheirismo libertadores para mulheres. Eles, que se conheceram nas vezes em que Maju voltava para casa de táxi a pedido de um de seus antigos patrões, tiveram uma vida sólida até que Lauro percebesse que não poderia disputar com o quarto de serviço. Sozinha, abandonada, Maju se sente incapaz de voltar a amar, o que também afeta o seu sonho de ser mãe – e culmina, é lógico, no sequestro da pequena Cora: a Suíte Tóquio, criada para suplantar nela qualquer desejo de insubmissão, já não lhe comporta mais.

Outro fator importante é a descrição, feita por ela, de um estupro sofrido anos antes. Nessa época, trabalhava na casa de um casal, e recebia ajuda constante de um zelador, que se aproveitou de sua ingenuidade para estuprá-la:

Até o dia que ele me chamou para o quartinho lá no último andar e eu entendi o que ele queria. Tampou minha boca com uma flanela cheirando a limpador de metal e me colocou de quatro na cama de solteiro, o sangue manchando o lençol de flores e ele repetindo: a putinha é virgem, a putinha é virgem, o cheiro de Brasso queimando as minhas narinas. Depois daquele dia, nunca

mais consegui limpar uma prataria sem chorar, fiquei conhecida por polir com Brasso e lágrimas as baixelas da minha patroa. É claro que nunca mais quis saber de homem nenhum (MADALOSSO, 2020, p. 30).

Aos 17 anos e recém-chegada à capital paulista, Maju foi incapaz de denunciar a violência sofrida, o que marcou seus anos seguintes e a impediu de construir relacionamentos sólidos. Afinal, violentada, ela não se sentia mais capaz de confiar em parceiros, impedindo-se de manter uma relação saudável com o mundo.

Em *A vida Invisível*, Maria das Dores, que quase não é mencionada, enfrenta um fim trágico: acometida por uma doença, ela deixa de ter serventia na residência dos Gusmão Campelo, e é automaticamente descartada pelos membros da classe média:

Parece que Das Dores teria que operar, e mais não se soube. Antenor e Eurídice não podiam ter em casa uma empregada que não conseguisse limpar em cima da geladeira. Pagaram-lhe os benefícios, deram por fora uns tantos cruzeiros e Das Dores sumiu no mundo, tão quietinha como sempre viveu na casa de seus patrões (BATALHA, 2016, p. 185).

Esse descarte; a facilidade de se conseguir, dentre as ofertas de mão de obra, outra que cumpra o mesmo papel, é fruto de uma rotina centrada mais na exploração de um serviço do que na construção de afetos. Isso gera frases como a clássica “*quase da família*”, que ressalta que, apesar da proximidade com o núcleo familiar e do profundo conhecimento das engrenagens do lar dos patrões, há, nas relações de trabalho, uma profunda apartação entre quem manda e quem obedece.

Como Maria das Dores, Maria Júlia também enfrenta a solidão. Antes de devolver a pequena Cora à família e desaparecer no mundo, ela ainda tem tempo de observar a criança uma vez mais, pelas grades do condomínio, as quais simbolicamente as separam. É uma lembrança, por parte da voz potente de Giovana Madalosso, de que ainda hoje há os que estão do lado de dentro e os que estão do lado de fora. E não é mais de apartamentos que estamos falando.

Protegida pelos anos de invisibilidade como babá da menina, Maju resolve soltar o cabelo, sua *piçava*, como chama, e assim passar despercebida. Ela chama atenção para o fato de ser não mais que uma função sem rosto, que uma dentre muitas outras:

O pessoal do bairro sempre me vê de cabelo preso, de uniforme branco, nas poucas vezes que andei sem uniforme, algumas pessoas nem me reconheceram. Não conseguem ligar a babá com a pessoa. Devem pensar que depois do expediente a patroa esvazia a gente que nem boia e guarda

dentro do armário. Mas eu não quero nem ser vista. (MADALOSSO, 2020, p. 203).

Maju e Maria das Dores; Eurídice e Fernanda. Todas mulheres, mas tão díspares em suas vivências e necessidades. Suas existências na literatura reforçam a importância de tratarmos as subjetividades femininas nas produções artísticas, e é sintomático que nas obras – uma vez que a ficção é um espaço metafórico – sejam as negras a encontrarem destino tão trágico e solitário.

Assim, reiteramos a importância de lutas conjuntas contra o sexismo, a exploração, o racismo e outras diferentes formas de opressão. Além disso, defendemos os livros como um importante campo de exposição de tensionamentos excludentes, e conclamamos, tal como bell hooks, a existência de políticas arrebatadoras que promovam a justiça social – esta, sim, não apenas nos livros, mas na sociedade em geral.

Desse modo, finalizo com as palavras de Conceição Evaristo, ela própria uma ex-empregada doméstica e hoje doutora em Literatura Comparada, além de uma das escritoras mais profícuas da atualidade. O objetivo não é contrapor essas profissões, mas destacar que são igualmente importantes para as dinâmicas sociais. Evaristo nos lembra disso ao destacar a importância de que homens e mulheres de cor ocupem espaços vários, com múltiplas vozes e ações no mundo. Para ela:

É preciso que nós, mulheres negras, é preciso que a gente force passagens, empurre as portas. Nossas conquistas são oriundas de lutas, à medida que impomos nossas vozes e reivindicamos esses espaços. Aí, realmente, eles vão se alargando... (EVARISTO, 2021, n. p.).

3 O PONTO ZERO DA INSATISFAÇÃO: CAPITALISMO, PATRIARCADO E MATERNIDADE

Uma égua leva doze meses para gestar um filhote. Ao fim desse tempo, o filhote está pronto. Consegue andar, ir atrás da teta, se virar sozinho. A mulher não consegue levar a gestação até esse ponto porque, se levasse, o bebê cresceria demais e não conseguiria passar pelas ancas. Então, por uma questão física, a mulher precisa parir o filhote antes que ele esteja maduro. Resultado: nos primeiros meses de vida, o bebê depende da mãe para tudo. Não consegue buscar o próprio alimento. Não consegue se virar de barriga para baixo, fica que nem uma barata deitada sobre o próprio casco, sacudindo pernas e braços num esforço débil. Não consegue se desvencilhar da morte, da ameaça constante de engasgar no próprio vômito. A mãe tem que pôr o bebê para arrotar depois de cada mamada. E era isso que eu estava fazendo quando me deu uma baita vontade de ir ao banheiro (MADALOSSO, 2017, p. 11).

Tomo de empréstimo o trecho acima, que pertence ao conto *XX + XY* e abre a coletânea *A teta racional* (2017) – primeiro livro publicado por Giovana Madalosso, bem antes de seu meteórico³⁸ *Suíte Tóquio*. Nele, a protagonista descreve as dores da maternidade, tema que, aliás, norteará nossa próxima discussão. Lembremos que, se a Bíblia diz, à mulher, "conceberás na dor", é da dor que partiremos para compreender as imposições que cerceiam o feminino antes, durante e após a concepção.

Ciente disso, a obra ficcional estabelece, logo no título, a união dos cromossomos sexuais masculinos e femininos, que definem se o indivíduo se enquadrará na categoria "macho" ou na categoria "fêmea", recuperando um ciclo no qual o pecado original é punido com sangue – em geral, o feminino. A autora se coloca a esmiuçar, dessa maneira, as divergências entre a geração de diferentes espécies da natureza em paralelo à humana: enquanto, nessas outras espécies, a maternidade é marcada pela independência do filhote logo após o trabalho de parto, nos *Homo sapiens* é estabelecido um forte vínculo de necessidade entre criador-criatura, sendo essa primeira figura, quase sempre, a materna.

³⁸ O uso do termo se deve ao fato de o livro ter alcançado sucesso de crítica e de público. Foi finalista do Prêmio Jabuti 2021, além de ter sido publicado em Portugal, Estados Unidos, Reino Unido, Colômbia e Itália. Além disso, teve os direitos de adaptação vendidos para o cinema. Disponível em: <<https://100fronteiras.com/opiniao/noticia/escritora-paranaense-sucesso-nacional/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

3.1 “Quem é a mãe dessa criança?” O útero é do tamanho de um mundo

Se o potro, filhote dos equinos, consegue se virar sozinho com pouco tempo de vida, e se o filhote dos felinos já é independente semanas após ser colocado no mundo, a criança humana levará pelo menos uma década para ser considerado apto a realizar atividades mínimas de sobrevivência, se considerarmos com que idade ela já tem controle da própria alimentação ou de outras necessidades básicas. E ainda mais se forem levados em conta hábitos outros, frutos da relação com a sociedade.

Como já dito, não é raro que a responsabilidade por esse novo indivíduo recaia sobre a mulher, a qual precisa, desde antes do parto, submeter-se a sucessivos exames e procedimentos invasivos para garantir sua própria saúde e a da criança. Após parir, a fêmea humana precisa alimentar e cuidar da manutenção da vida, processo que só se concretizará definitivamente quando a cria deixar a casa.

Indo além, e estendendo a temática de seus contos em *Suíte Tóquio*, Giovana Madalosso coloca na voz de Fernanda as frustrações de uma mãe, a qual afirma que: “todo mundo ferra com todo mundo, os peixes mudam de sexo, as bonobos jogam pro alto a ideia de que o sexo só existe para reprodução, mas o papel de mãe nunca é subvertido” (MADALOSSO, 2020, p. 85). Essa necessidade de subversão; essa impossibilidade de transpor imposições sociais por séculos, faz da protagonista de *ST* uma mulher frustrada, dividida entre suas responsabilidades.

Mais adiante, ainda na voz de Fernanda, uma série de outros efeitos da maternidade é questionada, revelando procedimentos sociais naturalizados por muitos, mas que, para ela, eram motivo de insatisfação:

Ter um filho era uma porrada tão forte que atirava cada uma num canto do ringue, com estrelas rodando em torno da cabeça. Sem saber mais quem eram, resvalavam em extremos. Ou se anulavam sexualmente ou seu desejo recrudescia. Ou mergulhavam no trabalho ou não sabiam mais o que fazer da vida, largando a carreira para tentar outros negócios ou viver crises existenciais que podiam durar anos. E tão inseguras na sua tarefa materna que precisavam implodir as semelhantes. Era a isso que eu assistia naquele momento, todas fazendo um exercício tão comum entre nós, comentar procedimentos duvidosos ou lamentáveis de outras mães. Fulana botou o filho para dormir com eles na cama de casal. Beltrana dá tudo que a menina pede. Sicrana deixou o bebê vinte dias com a avó (MADALOSSO, 2020, p. 130).

Com fervor e sem meias palavras, a escrita de Giovana Madalosso se vale de adjetivos para revelar as nuances de uma rotina de inadequações que por vezes ainda

é vista como um destino inevitável da mulher: momentos *extremos*, crises *existenciais*, existências *inseguras*; procedimentos *lamentáveis* e *duvidosos*. Nesse *ringue*, a figura feminina tenta se adequar às transformações do próprio corpo e da vida pessoal, posto que ter um filho afeta, por longos anos, as possibilidades de trabalho, de harmonia, de planos e objetivos que passam a ser atravessados pela vida gerada.

Não busco, aqui, demonizar a maternidade enquanto prática ou como desejo feminino, nem tampouco desmerecer sua importância para uma espécie que dela depende para sua perpetuação. É a *perpetração* de iniquidades, porém, o maior dos problemas, produzindo discursos que tolgem a mulher e livram o homem de responsabilidades. Em artigo a respeito de *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, Maximiliano Torres ressalta a naturalização do processo reprodutivo a partir da construção de um ideal a ser seguido por cada mulher, observando os mecanismos simbólicos envolvidos no processo:

Às fêmeas humanas, pela interpelação discursiva, são construídos e alimentados imaginários do desejo incondicional e natural da reprodução, nos quais se criam a ideia da prática da maternagem como o único caminho para a felicidade e a satisfação pessoal (TORRES, 2020, p. 51)

O fato inconteste, por si, já representaria um procedimento questionável; no entanto, as consequências vão além. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas³⁹ revela que, após 24 meses de tirar licença-maternidade, 50% das mulheres são demitidas de seus ambientes de trabalho. Além de notoriamente excludente, isso tenciona discussões a respeito de leis que as protejam dessa violência.

Exemplo delas é o artigo 392 da Consolidação das Leis Trabalhistas (BRASIL, 1943), o qual prevê que a mulher pode se afastar do emprego por quatro semanas antes do parto, e mais oito após esse evento. Com a Constituição Federal de 1988, esse tempo passou a ser de 120 dias (BRASIL, 1990), considerando-se que a maternidade ganhou status de direito social, mas ainda insipiente para a infinidade de tarefas e obrigações.

Outra política pública a esse respeito é a Lei 14.020, de 2020⁴⁰, criada em resposta à calamidade decorrente do cataclismo do Novo Coronavírus e de suas

³⁹ Fonte: “Mulheres perdem trabalho após terem filhos”. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

⁴⁰ “Art. 22. III - o salário-maternidade será pago à empregada nos termos do art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e à empregada doméstica nos termos do inciso I do **caput** do art. 73 da referida Lei, considerando-se como remuneração integral ou último salário de contribuição os valores a que

variantes. Ela define que a empregada gestante – inclusive a doméstica, como é frisado no corpo do material – poderá participar do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, não tendo, portanto, seus direitos cerceados ou sua remuneração cortada. Interessante notar, ainda, que são inclusas atribuições em caso de adoção ou de conquista de guarda, o que reconhece a maternidade em casos que não o de um parto.

Apesar disso – e como evidenciado por Madalosso em seu texto –, é notória, no caso, outra característica brasileira: o fato de a existência de boas leis, por vezes, não refletir na prática construtiva de inclusão de suas pautas – no caso, a garantia de direitos à maternidade. Com isso, e também devido a pressões do meio social, as mulheres *largam carreiras*, se entregam a *crises existenciais* ou realizam *procedimentos duvidosos* para voltarem a ter a vida, a rotina ou o corpo de antes da gravidez.

Com Fernanda, em *ST*, isso se dá de maneira contrária: é no trabalho que ela se lança quando em fuga da rotina materna. Em sua concepção, um filho, ainda que amado, torna-se motivo de renúncia, o que se evidencia no trecho em que a personagem compara sua vivência materna a de outra mulher que conhece em um concurso de fantasias do qual participa sua menina:

Era uma mãe holística, dessas que assam o próprio pão, espremem as frutas para o suco orgânico, improvisam brinquedos de madeira reflorestada e sem querer instituem um padrão de exigência tão alto para a maternidade que provocam um retrocesso. Para dar conta de ser tão perfeita, só abdicando da vida profissional e voltando para casa, amarrando-se voluntariamente ao pé do fogão (MADALOSSO, 2020, p. 143, grifo meu).

O grifo demarca a opinião de Fernanda de que uma mãe *perfeita* deveria abrir mão do próprio querer para merecer o adjetivo. *Abdicar*, o verbo usado, pode ter como significado *abandonar*, *ceder*, *abrir mão*, mas também *se demitir*, em concepção do Dicionário Oxford⁴¹, o que nos leva a refletir a respeito a respeito da pluralidade de negativas que regem a vida de uma mulher. Tal definição em muito se adequa àquela criticada por Simone de Beauvoir ainda em meados do século XX, ao demonstrar que:

teriam direito sem a aplicação das medidas previstas nos incisos II e III do **caput** do art. 3º desta Lei”. Fonte: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.020-de-6-de-julho-de-2020-265386938>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

⁴¹ DICIO, **Dicionário** Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Com vinte anos, dona de um lar, presa para sempre a um homem, com um filho nos braços, eis a vida acabada definitivamente. As ações verdadeiras, o verdadeiro trabalho são apanágio do homem; ela só tem ocupações que são por vezes exaustivas, mas que não a satisfazem. Louvaram-lhe a renúncia, a dedicação; mas parece-lhe muitas vezes inteiramente vão consagrar-se "ao cuidado de dois seres quaisquer até o fim da vida deles" (BEAUVOIR, 1980, p. 243).

Assim, os substantivos *renúncia*, *dedicação* e *cuidado*, da filósofa francesa, unem-se ao verbo *abdicar* da romancista brasileira, e apontam para a consideração de que a maternidade, mesmo quando uma opção – como no caso de Fernanda – atua como motivadora de escolhas e pressões às quais não estão sujeitas as figuras masculinas, haja vista que, como insinua o ditado, o filho é sempre o filho da mãe. Fernanda, uma mulher de classe média, com um alto salário, ainda assim precisa estar, a todo momento, questionando seu lugar de mãe, de profissional, de esposa; e tudo isso costurado por seus próprios desejos.

Desejos esses que foram fatais para Maria Rita, personagem de Martha Batalha: a sogra que Eurídice Gusmão jamais conheceria viveu problema semelhante ao dar à luz o segundo filho e se perceber que não cabia no papel materno ao qual fora obrigada a se inserir, fazendo com que Antenor crescesse “numa casa de poucas refeições e muita sujeira” (BATALHA, 2016, p. 77), como faz questão de pontuar o narrador, logo após considerando que “a única coisa estruturada naquela família eram os dísticos e tercetos recitados pela mãe” (BATALHA, 2016, p. 77), como se a ela pertencesse a culpa pelo fracasso familiar.

Enquanto o marido, pai de Antenor, voltava do trabalho apenas para criticar sua postura, Maria Rita debatia-se, sempre com seu caderninho de poesias nas mãos:

“Você não me entende, eu sou uma poeta, uma artista! Um espírito livre que algemaram a esta vida.”
 “Maria Rita, eu apoio a sua arte, mas este bebê tem o bumbum de um babuíno! E veja o cabelo da nossa filha, vai ser preciso cortá-lo rente à nuca, já que não é mais possível desatar os nós (BATALHA, 2016, p. 77).”

Carinhoso, Feliciano a consola: elogia seus cachos, seus lábios, como faria um excelente marido, na visão da conivente voz narrativa. Tudo isso, contudo, apenas para que Maria Rita se lembre de que as falhas da casa, as fissuras na criação dos filhos e na faxina, são falhas suas. Ela pode ser artista, é claro; porém antes disso tem um papel a cumprir, enquanto seu marido sai de casa para trabalhar e sustentar a família, pois:

[...] o homem, para conservar sua liberdade, para não prejudicar seu futuro, no interesse de sua profissão, pede à mulher que renuncie a seu triunfo de fêmea. O filho não é mais um tesouro imensurável: engendrar não é mais uma função sagrada: essa proliferação torna-se contingente, importuna, é mais uma das taras da feminilidade (BEAUVOIR, 1980, p. 256).

E é por não se encaixar nessas taras ditas femininas, ou por vivenciar as consequências psicológicas disso, que Maria Rita sofre. Ela lembra, em partes, a personagem que protagoniza *O papel de parede amarelo* (2016), de Charlotte Perkins Gilman, a qual é acometida por sintomas de histeria que são tratados pelo marido em uma casa no campo, longe de tudo e de todos. A personagem, também dada às artes e ao que não é sensível apenas à razão, é por vezes silenciada pelo marido:

John ri de mim, é claro, mas isso é de se esperar no casamento. John é prático ao extremo. Não tem paciência para questões de fé, nutre um imenso horror à superstição e zomba abertamente de qualquer conversa sobre coisas que não podem ser vistas nem sentidas nem traduzidas em números (GILMAN, 2016, p. 12).

A mesma personagem chega a criticar o espaço em que foi confinada, queixando-se do papel de parede desbotado que lhe inspira a conversar com outras mulheres, todas igualmente apagadas, presentes na decoração. Enquanto isso, seu marido trabalha e ignora a existência dos sintomas da esposa, preferindo isso a tratá-los junto a ela. Atenta a isso, a personagem de Gilman chega a afirmar que “talvez seja essa uma razão para que eu não melhore mais rapidamente” (GILMAN, 2016, p. 7), justificando que o fato de um médico respeitado – que por acaso é o seu próprio marido – desconsiderar seus problemas diante da sociedade faça com que eles não sejam devidamente combatidos.

Gilman, em mais uma reconhecida obra, compara a labuta feminina à de um animal do campo, destacando, ainda no século XIX, a noção de que:

O trabalho das mulheres certamente permite que os homens produzam mais riqueza do que de outra forma; assim, as mulheres são fatores econômicos na sociedade. Mas são cavalos. O trabalho dos cavalos permite que os homens produzam mais riqueza do que poderiam de outra forma. O cavalo é um fator econômico na sociedade. Mas o cavalo não é economicamente independente, nem a mulher. Se um home, com um criado, pode prestar um serviço mais útil do que sem um criado, então o criado está prestando um serviço útil. Mas, se o criado for propriedade do homem, se for obrigado a prestar esse serviço e não for pago por isso, ele não é economicamente independente (GILMAN, 1898, p. 13. Tradução nossa)⁴².

⁴² GILMAN, Charlotte Perkins. **Woman and Economics**. Domínio Público, 1898. Arquivo original, em Língua Inglesa, disponível em: <<https://www.gutenberg.org/cache/epub/57913/pg57913-images.html>>. Acesso em: 01. dez. 2022.

Isso se coaduna à necessária busca por remuneração do trabalho doméstico, considerando-se que sua importância para a manutenção da homeostase social se iguala à do trabalho exterior ao lar – o que, para as mulheres do século XXI, é uma realidade já bastante consolidada. Esse ponto será retomado mais à frente, quando levarmos em conta a influência do capital em todo o processo, bem como sua capacidade de nos convencer que “o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável”, tal como criticado por Silvia Federici (2019), e que, portanto, não precisaria de uma compensação financeira.

Em verdade, tanto a personagem inominada de *O papel de parede amarelo* quanto Maria Rita fazem parte, cada uma à sua maneira, de uma realidade que deveria ser mais aceita que questionada, em “uma vida que não tivesse nem um pouco da poesia e dos sonhos” (BATALHA, 2016, p. 77). Uma vida rígida, movida mais pela objetividade que pelos sentimentos.

Curiosamente, a autora da primeira obra, Charlotte Perkins Gilman, retira a própria vida em 1935, na Califórnia, após ser acometida por um câncer de mama que agravou seu quadro depressivo⁴³. Nas linhas da ficção, a personagem de Martha Batalha recorre a subterfúgio semelhante; sua doença não é física, mas constava de “uma insidiosa e obscura enfermidade” (BATALHA, 2016, p. 78) que acometeu a poetisa, retirando-lhe o desejo:

Todos sabiam que Maria Rita não era talhada para aquela vida, e no dia mais frio de agosto ela decidiu que não era talhada para vida alguma. A poeta incompreendida se matou com formicida. Talvez a maior contribuição que tenha dado ao núcleo familiar tenha sido trancar a porta do quarto, para que seus filhos não vissem o corpo contorcido e o rosto coberto pela espuma branca (BATALHA, 2016, p. 78).

Nas páginas iniciais do livro, a autora pernambucana sinaliza que “os versos que saíam da boca de Maria Rita foram adaptados de Olavo Bilac, e o anúncio publicado depois que ela se trancou no quarto apareceu no *Jornal do Commercio*” (BATALHA, 2016, p. 7). Para além, a própria mãe de Eurídice e Guida enfrenta dificuldades semelhantes quando a filha mais velha desaparece. Acometida por uma tristeza a quem ninguém nomeia, dona Ana encontra na depressão os seus dias finais:

⁴³ Segundo seus biógrafos, o câncer, atrelado às impossibilidades dele decorrentes, foi decisivo para o agravamento de seu quadro depressivo e posterior suicídio. BETJEMANN, Peter. About Charlotte Perkins Gilman. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/gilmansociety/about-charlotte-perkins-gilman>>. Acesso em: 10. dez. 2016.

De tempos em tempos ela ia a um médico diferente. É anemia, é falta de vitamina, é falta de cálcio, é falta de minerais, eles diziam. Era falta de Guida, mas isso não estava nos livros, e por isso d. Ana voltava para casa com uma receita de Fosfol e promessas de melhoria. A senhora precisa de um tônico para os nervos, ou para o coração, ou para os músculos, eles diziam. Tônico para esquecer que a filha foi embora não havia, então d. Ana continuava adoecendo, deixando pedaços de bacalhau no prato e olhando para a esquina, em busca do único antídoto que faria a saúde voltar. Um dia abriu os olhos e achou que não precisava sair da cama. Virou para um lado, virou para o outro e tirou uns cochilos. No dia seguinte abriu os olhos e achou que não precisava virar para os lados. No terceiro dia não abriu os olhos (BATALHA, 2016, p. 129).

Isso, por si, já basta para enredar ficção e realidade, considerando-se que, por anos, a histeria, a depressão e outras doenças de traços psicológicos eram atribuídas exclusivamente à condição feminina. Apesar disso, um levantamento do Ministério da Saúde evidencia que são os homens as maiores vítimas de suicídio, apresentando um risco 3,8 vezes maior que o das mulheres⁴⁴.

Fato é que, tanto *Suíte Tóquio* quanto *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, além do próprio *O papel de parede amarelo*, demonstram, cada um a seu turno, imposições sociais que levam suas personagens a um mundo em que desejos próprios são suplantados, entregues às vontades de outros. E se o livro de Batalha foi definido pelo *Le Figaro*, periódico francês, como “um romance jubiloso sobre a emancipação feminina”, o que se vê, na prática, é que, nas quase dez décadas que separam o tempo cronológico dessa narrativa e o da de Giovana Madalosso, muitos dos grandes dilemas femininos persistiram, ainda que com nova roupagem, e que há, ainda, um longo caminho rumo à plena emancipação.

Papéis ditos femininos e masculinos, no presente século, encontram-se em constante disputa, enquanto o papel da mãe, este permanecesse sendo dela, pois “Em cada cultura, existe um modelo ideal de maternidade predominante que pode variar segundo as épocas. Conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam” (BADINTER, 2011, p. 143). Aceitar ou declinar da função materna nem sempre é uma escolha, e, mesmo quando o é, ainda envolve sanções muitas. As que optam pela geração se enlaçam em todas as sujeições envolvidas no processo; as que não o fazem, abraçam estereótipos negativos, como o de egoísmo, incompletude ou imaturidade. E, no fim, não deixa de ser uma jornada solitária.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-contenido/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

Assim, se na obra de Giovana Madalosso já são pesadas as imposições maternas, na de Martha Batalha a maternidade de Eurídice é marcada por momentos conflituosos, tendo sido ela própria uma filha de pais tradicionais que a impediam até de seguir os dons artísticos e as demais vocações. A voz narrativa reproduz discursos patriarcais ao falar do filho e da filha da protagonista, traçando entre eles uma distinção claramente motivada pelo gênero:

Cecília veio ao mundo nove meses e dois dias depois das bodas. Era uma bebê risonha e gordinha, recebida com festa pela família, que repetia: É linda! Afonso veio ao mundo no ano seguinte. Era um bebê risonho e gordinho, recebido com festa pela família, que repetia: É homem! (BATALHA, 2016, p. 11).

Em polos opostos, Cecília e Afonso representam a reprodução, por mais uma geração, de papéis de gênero definidos e mutuamente excludentes. Enquanto a primeira é destinada a se tornar uma filha bem-comportada e uma mãe/esposa dedicada, o segundo assumirá, por certo, o papel de patriarca e provedor de sua família – como seu pai o fora, e seu avô antes dele.

De acordo com Elizabeth Badinter, até por volta da década de 1970, engravidar era uma consequência natural do casamento, e pouco se questionava o processo. Tomada como instinto, um dever religioso e uma dívida a mais para com a sobrevivência da espécie – a perpetuação da sociedade. Era a normalidade aparente. De acordo com a autora, esse fenômeno, que se estabelece como uma das bases da sociedade de capital, é também uma de suas maiores incongruências. Afinal,

[...] em uma civilização em que “primeiro o meu” se erige como um princípio, a maternidade é um desafio, ou mesmo uma contradição. O que é legítimo para uma mulher que não é mãe deixa de ser quando se tem uma criança. A preocupação consigo mesma deve dar lugar ao esquecimento de si, e ao “eu quero tudo” sucede o “eu lhe devo tudo”. A partir do momento em que se escolhe pôr uma criança no mundo para seu prazer, fala-se menos de dom do que de dívida. Do dom da vida de antigamente, passamos a uma dívida infinita em relação àquele que nem Deus, nem a natureza nos impõem mais, e que, um dia, será capaz de nos lembrar que não pediu para nascer... (BADINTER, 2011, p. 21-22).

De volta a Fernanda, de *Suíte Tóquio*, a maternidade surge como mais um dos itens de sua lista de compromissos de vida. Uma mulher nasce, cresce, forma família, alcança o sucesso, se reproduz e morre, e é nessa perspectiva que ela dá à luz Cora: para cumprir seu papel. Nesse caminho, a rotina de inadequações com a filha, bem como os julgamentos externos, leva-a a crer que ela é uma péssima mãe, pelo simples fato de, no fundo, não desejar esse papel. E que problema haveria nisso?

Em uma das cenas mais comentadas no romance⁴⁵, a protagonista se apavora ao receber de Cora um tapa na cara dentro um avião lotado. O descontrole a leva a confessar algo pela primeira vez:

Um tabefe sonoro, desses de novela, a despeito do tamanho de sua mão. Fiquei sem reação. E percebendo o poder do seu gesto — me congelar —, ela me deu outro tapa, e daria outro se eu não tivesse parado sua mão a tempo, com força, porque nesse momento eu também estava sentindo raiva dela. Um desejo que toda mãe já sentiu, de que o filho desapareça. Morra por alguns segundos (MADALOSSO, 2020, p. 24).

Mais que desvelar a fragilidade de Fernanda e a humilhação que esta sente diante de várias poltronas e da própria comissária de bordo, o gesto revela o desejo genuíno pela inexistência da criança, e demonstra o cansaço oriundo das responsabilidades maternas, que, como afirma Badinter (2011, p. 57), começam desde a concepção do feto, com a impossibilidade legal de abortar, as demandas de cuidado da saúde, a proibição de uso de álcool, cigarro ou outros compostos.

Assim, mesmo que não precisem representar sinônimos, *maternidade* e *renúncia* caminham lado a lado. Ser mãe pode, ainda hoje, representar a castração dos desejos das figuras femininas, e por isso deve ser vista como uma possibilidade de vida, mas não a única.

3.2 “Mulher prenhe de dizeres / fecundados na boca do mundo”: maternidades interseccionais

O título deste subcapítulo, mais uma vez retirado de um poema de Conceição Evaristo⁴⁶, põe-nos a refletir a respeito dos espaços de silenciamento nos quais está inclusa a maternidade. Essa figura, a mãe, é aquela que enfrenta os desafios, que abre os olhos para “para os cantos milagreiros da vida”, que ensina a “sentir as flores

⁴⁵ Levam-se em conta as discussões empreendidas em nosso grupo de pesquisa, o GEFIS, bem como a presença da autora em entrevistas e podcasts. Dentre tais eventos, cito o *Letras no Feminino*, no qual participei como mediador, ao lado de outros apresentadores, tendo a oportunidade de interagir com Giovana Madalosso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F07udnhQcQ&ab_channel=GEFISUERJ-FFP>. Acesso em: 10. dez. 2022.

⁴⁶ EVARISTO, Conceição. “De mãe”. In: *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008, pp. 79-80.

/ amassadas debaixo das pedras”, e que, acima de tudo, prepara o eu-poemático para “fazer da palavra artifício / arte e ofício do meu canto, da minha fala”.

As recorrentes aparições da escritora mineira, nesta dissertação, não é mera decisão movida pelo gosto. Em seus escritos, ela, que é vencedora do Prêmio Jabuti, dentre outros, por vezes ressalta as muitas facetas dos *espaços de mulher*, conclamando-nos a reflexões a respeito do caminho que ainda precisa ser trilhado rumo à igualdade e à alteridade.

Em meio a tanto a se refletir, e sendo esta uma pesquisa que alia gênero, raça e classe, não posso me abster de voltar nossas lentes para longe do quarto suntuoso em que Fernanda repensa suas possibilidades maternas. Se por isso opto, é porque ali mesmo, na capital paulista, outra mulher vivencia a gravidez, mas sem os mesmos direitos e garantias.

Pelo olhar acusador de Maju, assim somos apresentados a Neide:

Porque essa era safada mesmo. Eu já conheci ela na safadagem, na praça Buenos Aires, no meio do exército branco, a única diferente, cuidando de uma criança e lendo um livro. Eu reparei porque também gosto de ler, passei bem devagarzinho na frente dela pra ver a capa, Coleção Paixões Picantes. Acabamos ficando amigas e descobri que gostávamos da mesma coisa, de ler histórias de amor, só que eu preferia os livros normais e ela os que tinham a pimenta dedo-de-moça embaixo do título (MADALOSSO, 2020, p. 46).

Maria Júlia, regida pela régua da religião, critica a performance de Neide, classificando-a como alguém que se perdeu em meio às próprias decisões equivocadas. O primeiro equívoco, aliás, rendeu-lhe Raquely, filha que teve com “um pedreiro que se mandou para o Nordeste quando a barriga dela ainda estava pequena” (MADALOSSO, 2020, p. 46). Desde este trecho notaríamos o tom acusatório de Maju, ela própria atribuindo à mãe a tarefa de cuidar da criança, enquanto ao pai foi garantido o direito de *se mandar*, de seguir sua vida sem quaisquer consequências.

Para Neide, entretanto, as consequências foram muitas, de modo que, 7 anos após parir Raquely, ela se vê grávida novamente, sendo acolhida por Maju, mas sem noção do que fazer com a criança, enquanto o suposto genitor afirmava que não era seu filho, “e que era melhor que não fosse mesmo, porque ele era casado, pai de três filhos, ai dela se aparecesse com um bastardo pra estragar a família dele (MADALOSSO, 2020, p. 47).

Uma vez mais, evidencia-se a tendência ao abandono parental no país. Índices da Central Nacional de Informações do Registro Civil apenas em 2020, ano em que

Suíte Tóquio foi publicado, revelam que 6,31% dos 1.280.514 nascimentos do país foram registrados apenas com o sobrenome materno⁴⁷. Por certo, Neide não conhecia a fundo esses dados, mas convivia na prática com situações de renúncia – dessa vez a paterna. Tal fator a fez tomar uma decisão que marca o choque desse que se define, logo na orelha, como “um romance pé na estrada” sobre a maternidade: “decidiu que era melhor ter um filho direito do que dois tortos” (MADALOSSO, 2020, p. 48), e que daria a criança.

Para isso, ela esconde da filha mais velha a gravidez. Para a menina, “disse que o barrigão era por causa da doença, e que seu choro toda noite na cama era de dor. Mas criança sabe tudo, diz que à noite a Raquelly passava a mão na melancia dela e chorava também, sem abrir o bico” (MADALOSSO, 2020, p. 48). Diante da patroa, que já havia sido complacente quando da primeira gravidez, tomou cuidados redobrados para esconder, pelos meses que se seguiram, a barriga crescente.

No dia do parto, contudo, uma série de intercorrências a fez dar à luz no apartamento do qual cuidava, entre afazeres e obrigações domésticas. Sem chance de ir à Santa Casa, onde pretendia ter e entregar o bebê, Neide opta por fazer aquilo que está ao seu alcance para garantir o próprio emprego e a segurança da primeira filha, que dessa renda dependia. Movida pelo desespero, e temendo a chegada da patroa:

[...] foi atrás de uma sacola. Queria a mais fina que encontrasse, não no sentido de finura, as de plástico não serviam, eram moles demais, mas no sentido de fineza, de dar para o filho o melhor na única chance que teria de dar alguma coisa pra ele. [...]

Ficou com o bebê até o último minuto que pôde. Depois desceu pelo elevador com a sacola cheia, fraldas e mamadeira junto. Com a cabeça baixa, passou pelo porteiro, pela portaria, andou dois quarteirões até chegar na rua Rio de Janeiro e ali deixou a sacola, debaixo de uma árvore. Depois caminhou um pouco e ficou entre um arbusto e um banco, não ia embora enquanto não visse alguém pegar o menino. Uns dez minutos mais tarde passou um homem que reparou na sacola, talvez o bebê tivesse feito barulho, a Neide não sabe, de longe não dava pra ouvir. O homem se agachou, olhou lá dentro, pegou a sacola segurando na parte de baixo, o que a Neide achou bom, coisa de gente cuidadosa (MADALOSSO, 2020, p. 48-49).

Nos dias seguintes, a empregada sofre as consequências de seus atos, tendo sido flagrada por câmeras de segurança do local em que abandonou a criança. A princípio, choca o leitor o fato de ser uma mulher comum, uma mãe gentil com a

⁴⁷ Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/quase-57-mil-recem-nascidos-foram-registrados-sem-o-nome-do-pai>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

primeira filha, e que poderia ter dado os devidos cuidados ao segundo, tivesse, para isso, as condições necessárias. Para além disso, é notório também o punitivismo do qual passa a ser vista quando descoberta:

Na delegacia, ela descobriu que o menino tinha sido encaminhado para o Conselho Tutelar, enquanto ela foi encaminhada pra jaula, onde ficou por dois dias. Quando saiu, a calçada estava coalhada de enxeridos e repórteres, um povo gritando: sua desnaturada, por que você fez isso? A Neide disse que pensou no Renan, no Renan jogando sudoku na tranquilidade da portaria. E sem saber direito o que responder, só gritou: desespero, desespero (MADALOSSO, 2020, p. 50).

Em recente matéria da BBC, viralizou nas redes sociais a história de mães-solo que lutam para “criar os filhos e construir o próprio bairro em São Paulo” (BBC, 2022, n.p.), a partir de uma ocupação irregular. Nas palavras de Letícia Souza, uma das habitantes desse espaço, muitas são as obrigações daquela que cuida dos filhos sem a divisão de tarefas com uma parceria de vida – em geral, o genitor da criança:

A mãe solo tem muita coisa na cabeça: alimentar, vestir, arrumar fralda, levar no médico, dar remédio, encontrar vaga na creche. Só de morar aqui, na ocupação, sofre preconceito e não consegue emprego. Se consegue, não tem com quem deixar o filho. E tem a ansiedade, a depressão, medo de reintegração de posse... E tudo isso sozinha, ela e Deus (BBC, 2022, n.p.)⁴⁸.

Apesar de constantemente em disputa e questionamento, o termo “mãe-solo” é aceito por boa parte dos pesquisadores de gênero, e define “a mulher que assume de forma exclusiva todas as responsabilidades pelo filho, sejam elas financeiras ou afetivas” (ABL, 2022, n.p.)⁴⁹. Ele surge em substituição a “mãe solteira”, nomenclatura amplamente criticada por relegar à mulher a culpa por precisar tomar para si as responsabilidades sobre uma criança que, afinal, não foi apenas por ela concebida.

Em verdade, a atitude de Neide é motivada também por um desespero, por uma inescapabilidade de seu destino que a leva ao desespero a partir da compreensão prática daquilo que críticas feministas há muito destacam: desde o processo de escravização, a fragilidade vivenciada pelos agrupamentos familiares de escravizados – em grande parte motivado pela igreja – fazia com que “as escravas, quando engravidavam, muitas vezes, praticavam o aborto para que o filho não

⁴⁸ Fonte: BBC. A luta das mães solo para criar os filhos e construir o próprio bairro em São Paulo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63684766>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁴⁹ Fonte: ABL. Mãe solo. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/mae-solo#:~:text=%E2%80%9CEntende%2Dse%20por%20m%C3%A3e%20solo,de%20seus%20lares%20e%20filhos>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

sofresse a mesma sina” (SOUZAS; ALVARENGA, 2007, p. 131). Mais de um século após a emancipação de 1888, os efeitos do processo persistem, tanto na reportagem da BBC quanto na obra de Madalosso, funcionando a literatura como um retrato do mundo contemporâneo.

O que a história das mulheres nos revela é uma sequência de vilipêndios de corpos e vivências; de apagamento de produções e de imposição de padrões rigidamente estabelecidos. A maternidade não escapa disso, com índices de violência no parto crescendo cada vez mais no país, como revela uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de 2010, que concluiu que uma em cada quatro mães já sofreu algum tipo de violência na assistência ao parto⁵⁰.

Naturalizado ao longo da história, o conceito de maternidade como uma vocação surgiu com o capitalismo e tem como uma das bases a manutenção da massa de trabalho na sociedade liberal. Seus tentáculos oprimem as mulheres, posto que impõem um ser mãe submissa – uma mulher nascida com a função única de procriar. Isso condiz com a proposta de Silvia Federici, que argumenta, em uma visão de crítica ao capital, que:

[...] não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. Mesmo assim, dificilmente se tem êxito. Não importa o quanto sejamos bem treinadas, poucas mulheres não se sentem enganadas quando o “dia da noiva” acaba e elas se encontram diante de uma pia suja. Muitas de nós ainda possuem a ilusão de que casamos por amor. Grande parte de nós reconhece que nos casamos por dinheiro e segurança; mas é o momento de reconhecer que, enquanto há pouco amor ou dinheiro envolvidos, o trabalho que nos aguarda é excessivo (FEDERICI, 2018, p. 43).

Nota-se, então, que a questão salarial representa, ainda hoje, uma das grandes batalhas da luta feminista. Em *O patriarcado do salário*, Federici resume como a exploração da mulher no ambiente doméstico é passível de remuneração, dado que é crucial para a manutenção do sistema capitalista. Se antes as mulheres eram obrigadas a ficar em casa para que os homens buscassem renda e sustento, hoje elas enfrentam jornadas duplas, sem qualquer tipo de compensação.

A questão ganha destaque com movimentos de mulheres no Brasil e na América Latina em busca de equidade de gênero. Assim, essas demandas relacionam

⁵⁰ Fonte: Violência no parto: Na hora de fazer não gritou <<https://fpabramo.org.br/2013/03/25/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

não apenas gênero e política, mas também trabalho, saúde e ecologia, buscando discursos emancipatórios e reafirmando como a propriedade privada e a exploração dela decorrente é um dos fatores de dominação das mulheres. Com isso, em busca de uma suposta e desenfreada evolução, alicia-se mão de obra de trabalho e as aliena na produção.

Vem de Madalosso uma crítica ao esvaziamento dos recursos públicos e a como isso afeta as relações humanas. O trecho abaixo retrata uma ida de Fernanda a uma concessionária, local em que, em troca de um *test-drive*, ela vacinaria a filha contra a febre amarela:

Embarcamos todos no carro. Um quarteto improvável que só avançava por uma rua sorumbática de Santo André naquele exato instante porque um dia surgiu um arbovírus que encontrou um mosquito de nome *Aedes aegypti* que se proliferava numa região tropical que picou milhares de pessoas e gerou uma corrida por vacinas num país de saúde sucateada onde os recursos escasseiam e algumas mães são negligentes a ponto de serem as últimas a saber (MADALOSSO, 2020, p. 100).

Publicado em 2020, mas escrito ao longo dos dois anos anteriores, de acordo com indagações feitas à autora durante a produção desta pesquisa, *Suíte Tóquio* não tinha como prever a pandemia do Novo Coronavírus, ainda que tenha sido lançado no auge do cataclismo. No entanto, suas linhas já apontavam para as urgências de se debater o acesso de todos à saúde pública e de qualidade, problema que não começou com a pandemia, mas que seria por ela escancarado.

Chamo atenção, ainda, para a autoinclusão de Fernanda no grupo de “mães negligentes”, de modo que a menina ainda não estava vacinada quando todas as campanhas do país já solicitavam isso há meses. Nem Cacá, seu esposo, nem Maju, sua babá, deram conta disso, e recaiu sobre a executiva a tarefa de vacinar a criança, tendo que largar todo o trabalho após ser informada, por um colega estrangeiro, de um surto da doença:

O pedido londrino me despertou para uma questão doméstica. Chamei a Maju, perguntei a ela se Cora tinha tomado a vacina. Disse que não, tinha tentado dar no posto de saúde e na clínica particular, mas as vacinas estavam esgotadas em todos os lugares, ela já tinha me avisado disso. Eu não lembrava, devia estar com a cabeça no trabalho ou nas dobras da Yara. Por que não avisou o Cacá? Porque ele já tava no Rio, falou, e fiquei irritada com o meu marido e sua preguiça totêmica (MADALOSSO, 2020, p. 96).

O emprego, o interesse pelo corpo da amante, a certeza de que outros cuidariam daquela área doméstica, tudo leva Fernanda a voltar suas preocupações a qualquer coisa, exceto à filha. Para além de inúmeros julgamentos externos, são

esses momentos de crítica pessoal que revelam que também ela está sujeita às determinações estabelecidas socialmente. Assim, ela *não viajava mais porque o marido era caseiro* (MADALOSSO, 2020, p. 57) e chega a assumir a dificuldade que estava tendo para acomodar cora em sua vida (p. 79).

A própria filha nos lembra das necessidades da protagonista: ainda que o nome *Cora*, não curiosamente, lembre-nos do latim *cor*, *cordis*, o coração de Fernanda se divide entres as mil responsabilidades os próprios desejos – o materno é um deles, mas não o único. Mais à frente, ela projeta a morte da filha, tema recorrente durante a obra, mas que aqui aparece como uma oportunidade de relembrar sua insuficiência como responsável:

CENA 1 — CASA — NOITE

Mãe chega e encontra filha deitada no sofá. A menina está amarelada, suando. A mãe tira a temperatura. Olha assustada o termômetro

CENA 2 — HOSPITAL — NOITE

A menina está numa maca, ainda mais amarela, ainda mais abatida. O médico olha para os pais e sacode a cabeça com expressão de pesar.

CENA 3 — CEMITÉRIO — DIA

A menina está dentro de um caixão branco. As pessoas vão passando em fila para vê-la. A avó materna chora, depois aproxima-se da mãe e em vez de abraçá-la, desfere-lhe um tapa na cara. A avó paterna faz a mesma coisa (MADALOSSO, 2020, p. 96).

Acostumada ao trabalho de produzir materiais para canais de televisão, Fernanda vive seu trauma a partir de cenas e *takes* que ressaltam o desgaste físico de sua filha, mas também a culpabilização materna em relação à doença que acomete a menina. E se em *A vida invisível de Eurídice Gusmão* o narrador demonstra se aliar aos preconceitos sofridos pela protagonista, em *Suíte Tóquio* é a própria Fernanda, em uma focalização interna, quem questiona os papéis estabelecidos, reforçando a própria culpa, “essa tirana que volta e meia se erguia e se sentava no trono da minha mente, ardilosa e dissimulada a ponto de agir sem que eu me desse conta” (MADALOSSO, 2020, p. 102).

Assim, em *Suíte Tóquio*, ela é confrontada por essa realidade de pouco acesso a insumos de saúde também na concessionária, à qual se direciona porque, como já dito, é o único lugar em que ainda estão distribuindo vacinas, em uma campanha na qual o *test-drive* de um novo veículo garante uma dose. Lá, enquanto é atendida com toda a pompa pelo vendedor, vê uma avó se aproximar em busca da mesma dose da vacina para seus netos:

Me chamou a atenção pela humildade, não só as roupas eram muito simples, como havia nela algo que excedia o físico, uma vergonha de estar no mundo que eu já tinha visto em outras pessoas, inclusive na Maju. Usava chinelos, os cabelos grisalhos presos num coque, trazia uma sacola a tiracolo. E em cada mão segurava um menino, gêmeos idênticos de uns quatro ou cinco anos (MADALOSSO, 2020, p. 101).

Como Fernanda, essa mulher se oferece para testar o carro antes de conseguir o prêmio. No entanto, diferentemente da primeira, ela é automaticamente cerceada pelo funcionário, que, impossibilitado de varrê-la dali, começa a questionar sua vontade, pois notava que jamais teria como pagar pelo veículo – fato que se evidenciava em sua condição de miserabilidade, rapidamente explorada. Ciente de que aquela mulher não podia comprar seu veículo, mas evitando afugentar a cliente endinheirada – essa, sim, uma compradora em potencial –, o vendedor propõe uma barganha, à qual a mãe de Cora assiste com dureza e incredulidade:

Ele se voltou para a mulher e disse: vou disponibilizar uma vacina pra vocês, mas só uma, porque senão pode faltar para os nossos clientes. A senhora escolhe qual dos meninos quer vacinar. Fiquei boba com a saída que aquele babaca tinha encontrado, uma solução que conseguia ser ainda pior do que o problema inicial. E assim como eu, que não saberia o que fazer, a mulher também não sabia, olhou para um menino, para o outro, a angústia crescendo, as mãos mastigando as alças da sacola (MADALOSSO, 2020, p. 201).

Tomada pelo sentimento de raiva, a executiva realiza a única atitude que lhe parece cabível naquele momento, para lidar com sua crítica interior. É um dos poucos momentos da narrativa em que Fernanda de fato toma uma atitude generosa, ainda que ela não assuma para si:

Foi então que me ouvi dizendo: vou levar o carro. Fiquei perplexa comigo mesma, a decisão não saíra da minha cabeça, tinha vindo de algum outro lugar, e com tanta força que segui em frente. Vamos ver os valores enquanto eles tomam a vacina?, eu disse, apontando para os meninos e para Cora. Claro, o vendedor respondeu, e foi todo lépido avisar a moça de jaleco branco que podia vacinar todos nós, incluindo a avó dos meninos (MADALOSSO, 2020, p. 101 e 102).

Tomada no impulso, a decisão não reflete uma bondade de Fernanda mas aponta para a “retórica bem-intencionada” denunciada por Sueli Carneiro (2011) ao tratar de gestos simbólicos e ações pouco-eficientes para tratar de questões de subalternização de sujeito. Uma atitude que “ameniza a culpa do passado, ou ainda toma a forma de um gesto de desobediência em que o sujeito nega sua responsabilidade e conexão histórica”, como elucida bell hooks (2019b, p. 62), posto

que parece passar a limpo as narrativas de dominação, ainda que não o faça na prática.

Incapaz de se sentir boa, Fernanda chega a mencionar isso mais à frente, repensando desculpas para massagear seu próprio ego e garantir, para si mesma, que não estava tomando uma atitude altruísta:

Não sou uma santa, não estava comprando o carro para salvar a pele dos gêmeos ou apaziguar a angústia de sua suposta avó. Tinha me comovido com a situação, claro, mas daí a arregar a carteira por eles era outra história. Enquanto tomava o café morno da concessionária, pensei que estava comprando porque precisava, porque o nosso carro, que era mais usado pelo Cacá, já tinha quase dez anos e estava surrado, além disso seria melhor pegar a estrada para o sítio com o Renault, Cora não encheria o saco perguntando: falta muito?, a cada quilômetro, se distrairia com a tela. Essa era a versão que o meu ego, sempre tão desenvolvido, havia criado, e eu a comprei, assim como comprei o carro, parcelando em dez vezes, já que ainda estava dura por causa da tela da Varejão (MADALOSSO, 2020, p. 102).

Não se pode deixar de mencionar, ainda, a atitude do vendedor do carro, ele próprio uma vítima do sistema, mas que atua como uma engrenagem dessa máquina de violências simbólicas em que a roupa que se veste ou que os trejeitos definem se uma pessoa é digna ou não de receber um recurso de saúde que pode ser decisivo para manter sua integridade física.

Nos anos 1940, a situação era igualmente delicada para aquelas que optaram por fugir do *status quo*. É o caso de Guida Gusmão, irmã mais velha de Eurídice, cujo desaparecimento permeia boa parte da narrativa. Para a jovem Eurídice, o rosto da irmã se torna uma grande marca, tanto da perda quanto da solidão que sente após Guida ir embora, de modo que no dia de seu casamento “não havia muitas moças na festa, porque Eurídice não tinha amigas. Havia duas tias não muito velhas, uma vizinha não muito vistosa, uma outra não muito simpática. A jovem mais bonita estava na imagem do único porta-retratos da sala” (BATALHA, 2016, p. 10).

Desde a infância, ela já era um dos primeiros grandes motivos de inquietação de Eurídice, pois tinha liberdades que a caçula jamais teria: passeava, via rapazes, estudava penteados e encarava experiências. No imaginário da caçula, “o por aí mencionado por Guida continha lugares exóticos, pessoas diferentes, experiências únicas. Continha tudo aquilo que havia além dos muros da escola e da quitanda, único mundo conhecido por Eurídice” (BATALHA, 2016, p. 59-60).

Isso faz de Guida uma *autoridade para todas as coisas* na vida da pequena Eurídice, que é por ela defendida na escola, diante de olhares maldosos de uma

professora. Foi também Guida quem explicou a Eurídice o mais trivial, como o uso de batom, ou que não era machucado o sangue que lhe escorria pelas pernas, e que “a partir de agora vai acontecer uma vez por mês, e quer dizer que você está se tornando mulher” (BATALHA, 2016, p. 65).

Enquanto a mãe de Eurídice, d. Ana, limitou-se a lhe entregar um pano para “fazer o sangue estancar”, Guida explicou sobre gravidez e a apresentou a um mundo novo, de modo que a outra a classificou como *uma dessas moças que já nascem sabendo de tudo*.

Mas a mais velha “foi além outra vez. Abraçou a irmã e disse que um dia ela seria uma mulher muito bonita, teria um bom marido e muitos filhos, uma casa muito grande, com um jardim” (BATALHA, 2016, p. 65). A previsão de Guida para Eurídice se concretiza a partir do casamento desta com Antenor Campelo. Isso, porém, não acontece consigo mesma: após abandonar tudo para fugir com Marcos, um pretense médico da classe média, Guida enfrenta o peso de suas decisões.

Antes disso, porém, o rapaz já havia representado uma transformação na cabeça da jovem:

Foi esse namorado o responsável pelo Pão de Açúcar que se formou entre Guida e os outros membros da família. Depois de conhecer Marcos, e de ser acariciada por aquelas mãos que nunca trabalharam, e de ser encarada por aqueles olhos que nunca se preocuparam, Guida começou a transitar numa realidade requintada demais para aceitar a convivência com as outras pessoas da casa (BATALHA, 2016, p. 67).

Movida por esse impulso de renovação, Guida foge de casa, em uma decisão que se tornaria a marca violenta de sua pequena família de pais e irmã – “um casal de portugueses tacanhos e uma menina de tranças e pernas peludas” (BATALHA, 2016, p. 67). Movida por essa fissura familiar, Guida parte com o namorado em busca de uma vida nova, deixando Eurídice sem vontade de seguir com seus afazeres, seus hobbies, seus sonhos, e mais tarde aceitando se casar com Antenor. Enquanto isso:

Aqueles foram os meses do felizes para sempre da vida de Guida. Ela estava casada com o homem que amava. Morava em uma casa que não era grande nem pequena, era só perfeita. Podia passar o dia lendo revistas femininas e a tarde se pondo bonita para o marido. Ninguém batia no banheiro quando se demorava, ou implicava com seu silêncio quando se calava, ou mandava ela passar duas horas no caixa da quitanda. [...] Era questão de tempo para Marcos se estabilizar no consultório e ela reaparecer vitoriosa em Santa Teresa, com aliança de ouro no dedo e marido médico nas mãos (BATALHA, 2016, p. 97).

Mas a situação no consultório não se estabilizou, e Marcos, acostumado a uma vida endinheirada, não conseguiu se manter ao lado de Guida na casa humilde no subúrbio:

O dinheiro comprava felicidade sim, porque felicidade era um quarto sem mosquitos, mesmo que esse quarto ficasse em um palacete macabro em Botafogo. Marcos levantou-se, vestiu a roupa que estava sobre a cadeira e saiu em seguida, deixando um recado para a mulher na mesinha ao lado da porta.

O recado era a aliança de casamento (BATALHA, 2016, p. 103).

Guida foi abandonada pelo marido e impossibilitada de voltar à família, que jamais a aceitaria. Chega a pedir ajuda ao pai, que logo a avisa: “Só tenho uma filha, e ela se chama Eurídice” (BATALHA, 2016, p. 106). O conceito da época restringia, em muitos termos, o divórcio no Brasil. Essa possibilidade só configurou uma emenda constitucional em 1977⁵¹ – e ainda hoje conta com um rechace por parte dos setores mais tradicionais da sociedade.

Não é apenas isso, no entanto, o que afasta seu Manuel da filha tão amada, a que mais se parecia com ele. A grande questão, para o imigrante português de hábitos tradicionais, envolvia o sumiço de Guida e o fato de a primogênita ter se entregado a um outro homem, desonrando sua própria imagem e a da família. Guida fugira de seu destino tradicional, dos muros da casa do pai; e isso ele jamais poderia aceitar, apesar de todo o custo. Enquanto ele mantinha sua decisão, viu a esposa definhar diante de seus olhos. Como já mencionado, dona Ana se viu acometida por sinais depressivos e:

[...] foi ficando cada vez mais encurvada e fraquinha. Até pedaços de bacalhau ela agora deixava intocados, e olha que antes essa mulher só terminava as refeições com um pão limpando o prato. Quando não estava triste no caixa da quitanda d. Ana estava triste arrumando a casa, ou triste cozinhando, ou triste sendo só triste, olhando o porta-retratos de Guida (BATALHA, 2016, p. 128).

Enquanto isso, sem a família com que tanto sonhou e sem o apoio dos genitores, Guida precisa repensar seus passos, rearticular a vida que havia sido cuidadosamente planejada enquanto lia as revistas sobre casamento. Preparada para sobremesas fartas, moda-verão e sobremesas adocicadas, ela encontrou o amargor do abandono, a incerteza do desencontro. E tudo isso com uma criança no ventre. A decisão pelo aborto seria a mais óbvia, mesmo que a prática fosse ainda mais

⁵¹ **JusBrasil:** Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

condenada na época. Guida, porém, era ela própria muito apegada aos valores da época e ao próprio orgulho:

Quem disse que não podia ter aquele filho sozinha? Ela poderia atrasar o aluguel e fugir sem pagar, mudando-se de madrugada para um lugar em que fosse desconhecida. Manter as aparências e a aliança no dedo, anunciar aos vizinhos que era viúva e que buscava um emprego. Precisava conseguir trabalho antes que a barriga ficasse aparente. Quando o empregador descobrisse a gravidez seria tarde demais, e não teria coragem de demiti-la. Depois do parto ela encontraria alguém para ajudar com o bebê e voltaria a trabalhar (BATALHA, 2016, p. 105).

Como nos lembra Maria Amélia de Almeida Teles, questões como luta por creche, salário igualitário, sindicalização e acesso a outras garantias ainda eram discutidas na década de 1970, como o I Congresso da Mulher Metalúrgica – que foi presidido, não curiosamente, por homens. Ocorrências como essa revelam a importância do acesso de mulheres à política, pois são elas as maiores interessadas na criação de leis que garantam uma equidade de direitos e o acesso a políticas públicas de qualidade.

Guida se atenta a essas falhas:

Como é que eu vou fingir que sou viúva? E quem me daria emprego? E, mesmo se conseguisse um emprego, como poderia mantê-lo após dar à luz? Eu digo, olhe, seu chefe, preciso ficar uns tempos em casa, quem sabe uns três meses, e o senhor por favor continue pagando o meu salário e me espere voltar. E com quem o bebê ficaria? Como se houvesse no mundo um lugar em que as mulheres pudessem deixar seus filhos pelas manhãs e buscá-los depois do trabalho!
(BATALHA, 2016, p. 105).

Fato é que a inexistência de subsídios que a ajudem a cuidar do filho faz com que a irmã de Eurídice cogite entregar o filho à adoção, como pretendia também Neide. No entanto, incapaz disso, ela assume uma postura de mãe-solo dedicada ao pequeno Francisco, pois “se antes ela queria perder o filho, agora podia perder tudo, menos o filho. [...] Ela nunca mais estaria sozinha (BATALHA, 2016, p. 109).

Também por não estar sozinha, e por fazer papel de pai e de mãe, Guida se submete a subempregos, e ao lado de uma ex-prostituta, Filomena, constrói um local de cuidados com crianças que serve como protótipo das primeiras creches, de modo que outras mulheres em igual situação puderam se beneficiar desses cuidados enquanto cumpriam suas obrigações com o capitalismo: “Formava-se, assim, um novo núcleo familiar, composto por Chico, suas duas mães e seus muitos irmãos” (BATALHA, 2016, p. 111).

Como relatado por Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022, p. 81), os três decênios de 1930 a 1960 representam um enfraquecimento dos movimentos feministas; afinal, grandes reivindicações, como o voto, o ingresso em universidades e a participação no mercado de trabalho, já haviam sido atendidas, apesar das restrições e desigualdades ligadas a questões legais, sociais, raciais, salariais.

No entanto, o hiato nas grandes mobilizações foi substituído por lutas individuais ou de grupos suburbanos, menos evidentes, mas que clamavam por mudanças pessoais – e, com isso, atingiram conquistas coletivas. Isso faz com que Kate Millett, em sua tese de doutorado, lembre que “o patriarcado, reformado ou não, continua sendo o patriarcado”, destacando que a opressão continuava vigente, apesar dos significativos avanços.⁵²

No Brasil, essas lutas também ocorreram, e a literatura sempre as descreveu. Em seus diários, escritos nos anos 1950, Carolina Maria de Jesus retratou o dia a dia daqueles que não eram assistidos pelo estado. Mães que cuidavam dos filhos sozinhas, que enfrentavam a insegurança alimentar e a carência de recursos de saúde. Violência, despreparo do poder público e luta pela sobrevivência.

No campo da ficção, a Guida Gusmão construída por Martha Batalha nos lembra da necessidade de buscas políticas para ocupar espaços negligenciados pelo Estado. Ainda hoje, as cidades brasileiras carecem de escolas acessíveis, de creches e de espaços de cuidado para que a mulher possa, sozinha ou não, ter o devido acompanhamento em sua rotina. Maternidades, instituições de acompanhamento da gravidez, dentre outros, são fundamentais para que a experiência materna seja minimamente confortável.

Os esforços de Guida fazem com que Francisco cresça em um mundo cheio de amor. Ele é criado por “duas mães tão doces quanto renegadas” (BATALHA, 2016, p. 17) e desconhece os problemas ao redor. No entanto, apesar da paz aparente, uma doença faz com que a tranquilidade familiar caia por terra, lembrando a Guida que “a autossuficiência econômica é necessária para a libertação das mulheres” (HOOKS, 2018, p. 64). Isso porque um câncer acomete Filomena, e fizeram-se necessários

⁵² Apesar do mencionado arrefecimento, cabe destacar que foi nessa época que importantes trabalhos ganharam notoriedade, como ressaltam Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy. Nos Estados Unidos, Margaret Mead ganhou repercussão ao questionar os papéis sociais desde as sociedades primitivas. Na França, Simone de Beauvoir lançou suas reconhecidas produções, analisando a condição feminina e propondo, pela primeira vez, uma ideia do que viria a se chamar “gênero” (ALVES; Pitanguy, 2022, p. 81-83).

remédios que lhe aliviassem a dor. Como não era capaz de pagar pelo conforto final da amiga, Guida precisou entregar seus únicos e últimos recursos:

A dose extra custou a metade das economias. A segunda dose custou a outra metade. A terceira dose custou o colar com a medalha de Nossa Senhora que Guida nunca tirava do pescoço. A quarta dose custou Guida deitada sobre o tapete dos fundos da farmácia, com seu João resfolegando por cima. A quinta dose custou o mesmo, e a sexta dose não foi necessária. Filomena partiu entre devaneios de morfina, do jeito que Guida queria (BATALHA, 2016, p. 120).

Esse evento denuncia a opressão do e a capacidade de, a partir do cerceamento através da tríade corpo-sexualidade-repressão (FOUCAULT, 1999, p. 11), apropriar-se dos momentos de maior fragilidade para colonizar o corpo feminino. Assim, Guida, descrita como uma mulher *de cabeça erguida e de costas eretas*, é subjugada pelas necessidades do capital.

De igual maneira, essas imposições do capital criam uma disparidade de classe que, atrelada a padrões socialmente estabelecidos, amplia o latente *gap* entre Guida, uma mulher que questionou o sistema, e Eurídice, que a ele se entregou em prol de uma certa homeostase que lhe garantia segurança, recursos, estabilidade. Dor de Eurídice, o afastamento de Guida leva anos para chegar ao fim porque havia, entre as irmãs, uma distinção que ultrapassava os laços sanguíneos e afetivos que as unira durante a infância e o início da juventude. Assim, salienta a nova Guida que, apesar de seus esforços para superar as imposições de ter sido abandonada pelo homem com quem havia fugido de casa:

Seu quarto decorado ainda ficava no Estácio, seu filho continuava sem pai. Suas unhas vermelhas ainda eram usadas para trocar fralda dos filhos dos outros, e seu sustento vinha da parceria com uma ex-prostituta. Acreditava que um dia isso tudo ia mudar, e que, portanto, não era hora de abraçar a irmã (BATALHA, 2016, p. 115).

Em *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, assim como em *Suíte Tóquio*, cada mulher assume um papel na narrativa de suas próprias vidas, no enorme tabuleiro de desejos, afetos, frustrações. A invisibilidade pela classe, pelo gênero ou pela raça – ou pela interseção desses fatores – as coloca em posições de subversão de modos de agir, confrontando seus desejos às imposições de suas épocas. Como explica Eurídice Figueiredo, a autoria feminina, no Brasil, tem colaborado para recriar um imaginário ancorado no tempo histórico em que suas autoras vivem. Ainda de acordo com a professora, essas escritoras:

[...] fabulam, se reinventam e, sobretudo, transgridem a ordem vigente porque escrever já é uma forma de transgressão. A literatura passa pela mediação da linguagem, não podendo, portanto, representar fielmente um vivido das autoras (2019, p. 139).

Isso explica, por exemplo, como Batalha e Madalosso deram conta de representar personagens tão plurais, com vozes notoriamente distintas, ainda que as autoras sejam – como suas protagonistas – mulheres brancas e de classe média. Dessa maneira, ainda que não tenham passado por muitas daquelas vivências destacadas em seus livros, são capazes de subverter discursos dominantes dos séculos XIX e XX. Estes prezavam por personagens puras, pouco sexualizadas, geralmente narradas a partir do ponto de vista masculino – a exemplo de *Capitu* e *Carolina*, de Machado de Assis; *Aurélia*, *Iracema* e *Lucíola*, de José de Alencar; ou mesmo *Bibiana*, de Érico Veríssimo.

Ao abordar um texto literário, não devemos nos dedicar apenas às questões sociais, mas ao todo que compõe o material criativo. No entanto, quando essas questões emergem das páginas, elas não podem ser ignoradas. Nas obras lidas, evidencia-se a forte situação de vulnerabilidade das figuras femininas representadas. Seja sob o julgo masculino, seja sob o de si mesmas, elas nos lembram dos caminhos que ainda precisam ser trilhados rumo à equidade.

Atentamo-nos, apesar disso, ao fato de que mesmo diante de todas as imposições, cada uma delas é marcada por um forte desejo, e é esse o sentimento que as move ao longo de ambas as narrativas. No tabuleiro de xadrez social, elas são, sim, peças constantemente movidas por outros, mas assumem protagonismo ao mostrarem que aquilo que as mantêm vivas não cabe, nem jamais caberá, no interior das fronteiras de uma casa – aparentemente – feliz ou de um emprego dos sonhos. A inquietação que as move, a invenção de si mesmas, essas ações-sentimentos não podem ser tolhidas ou apagadas. Tolhidas, por vezes sim, visto que o passado foi cruel com as mulheres; mas apagadas jamais.

Encerro, então, com as duas primeiras estrofes do poema de Lya Luft que dá título a este trabalho:

Alguém joga xadrez com minha vida,
alguém me borda do avesso,
alguém maneja os cordéis.
Mordo devagar
o fruto desta inquietação.
(Alguém me inventa e desinventa
como quer:

talvez seja esta a minha condição).
Lya Luft⁵³

⁵³ LUFT, Lya. **Mulher no palco**. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1984. p. 21.

CONSIDERAÇÕES

falo de um outro futuro

tinha coração selvagem lá dentro
 cova funda hq pão pra cumê
 pedaços de pedra cachorro
 bebê-encantado amada
 mulher pajubá fenomenal do fim do mundo

tenho pressa vai devagar

tinha pau de ginga terreirão i arremate folha de arruda
 dengo i banzo maloca quilombo
 saci-pererê dançava em cima da ruína
 a gente fez um pango da diáspora

a pertença é um beijo
 o futuro não demora e tava lá dentro
 sereno pra fudê
*nina rizzi*⁵⁴

Minha avó paterna lia a sorte em antigas canecas de café. Uma tradição das mulheres da família: investigar o futuro em busca de mazelas, moléstias, enfermidades, qualquer elemento capaz de pôr em risco a segurança da vasta prole. Eram 8 filhos e incontáveis netos, espalhados pelo estado, mas sempre sob o cuidado atento da matriarca.

Minha avó materna, que nunca foi dada à sorte, protege-se do azar em uma igreja evangélica tradicional; a Santa Ceia farta, a Santa Cruz vazia, aquela coisa toda. Conserva um pensamento ora tradicional, ora revolucionário, aceitando a todos ou a ninguém, ou a todos e ninguém ao mesmo tempo. Como qualquer matriarca, tem como missão xingar os jornalistas investigativos, os cientistas políticos e tudo aquilo que a televisão lhe mostra. Vovó nunca aprendeu a ler. Vovó sempre foi crítica.

Não só por isso, mas *também* por isso, revisar as histórias *das minhas, das suas avós* se mostrou uma tarefa árdua, mas necessária. Chego ao fim com a sede do começo, mas decidido a alçar novos rumos em busca de uma jornada de reconhecimento pelas estradas da literatura. Desse modo, estas considerações nada têm de finais, senão sua posição nas últimas páginas deste trabalho. Aparecem no plural, como foram as perguntas suscitadas pela presente pesquisa. Uma pesquisa

⁵⁴ Fonte: Ruído Manifesto. Disponível em: <<https://ruidomanifesto.org/quatro-poemas-de-nina-rizzi/>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

que, desde o princípio, teve os feminismos como lente para especular o tempo e escrutinar o texto literário em busca de respostas – mas principalmente de perguntas – estas, geradoras de novas perspectivas.

De tal maneira que o poema em epígrafe, que versa sobre o coração selvagem de uma mulher, fala também das marcas questionadoras de uma geração nascida após a redemocratização do país, e, portanto, acostumada a tempos de paz, de respeito à ciência, de inserção do pobre na Academia por meio de uma expressiva política de cotas. Uma geração que voltou os olhos em direção à Universidade como uma forma de ascensão, de encontro com o cientificismo – este, muitas vezes, sem fronteiras. E talvez por isso uma geração frustrada, medicada, vilipendiada às vistas de todos.

Em 2013, com as Jornadas de Junho, o Brasil testemunhou mobilizações que até hoje causam estranhamento. Isso piorou em 2015, com a abertura do processo de impeachment contra a então presidenta Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a assumir o cargo no país – e uma ex-guerrilheira dedicada à luta contra o governo militar que matou seres humanos, escondeu seus corpos e torturou inúmeras pessoas – reservando às mulheres os mais cruéis martírios.

Em 2018, com o fortalecimento de ideais fascistas, minha geração perdeu ainda mais direitos: de saúde, de acesso, de inclusão, de pensamento. Mas, sobretudo, perdeu a esperança em um Brasil que só então ia, de fato, “para frente”. Como no texto de nina rizzi, *a pertença é um beijo / o futuro não demora e tava lá dentro sereno pra fudê*. Nesse processo, coroados por uma pandemia que ceifou quase 700 mil vidas do país, a arte – sobretudo a literatura – foram alentos necessários, imprescindíveis para aqueles que puderam dela se aproveitar.

Apesar de todo o *backlash* cuidadosamente articulado *com o supremo, com tudo*, na terceira década do século XXI, já acompanhamos transformações significativas no pensamento, as quais, como expusemos previamente, deveriam ser atribuídas aos esforços do movimento feminista, mas que nem sempre o são, devido a uma série de deslocamentos e diminuições da importância do termo – já trabalhados ao longo de nosso primeiro capítulo.

Um primeiro capítulo que, aliás, teve como objetivo a promoção de um reencontro com a história do feminismo no Brasil, bem como o seu entrecruzamento com a história das produções literárias femininas – e de seus consequentes apagamentos. Nessa perspectiva, relembramos que o grande tabu construído em

cima disso promoveu o seu afastamento de intelectuais, escritoras, pesquisadoras e da sociedade em geral

Com isso, a reaproximação com a história feminista teve por objetivo não apenas o revisionismo de suas conquistas, mas a compreensão de que um árduo caminho ainda precisa ser trilhado rumo a novíssimos pensares.

No segundo capítulo foram apresentados nossos dois objetos de estudo, os romances *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, publicado por Martha Batalha em 2016, e *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, que chegou às prateleiras no auge da pandemia do novo Coronavírus, em 2020.

As obras aqui estudadas, em uma análise comparativa, forneceram um profícuo terreno de discussão que evidencia o progresso na construção dos papéis de gênero no Brasil, reconhecendo que um importante caminho foi percorrido, mas apontando rumo a maiores transformações.

O primeiro romance surgiu em minha vida ainda na época da graduação, em uma leitura motivada pela capa chamativa e pela sinopse interessante. Os feminismos vieram depois, a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica que uniu desejos pessoais a inquietações acadêmicas. O segundo romance veio apenas depois do primeiro ano de mestrado. Ele já havia sido lido atentamente e levado ao grupo de estudos feministas de qual faço parte, o GEFIS, mas só adquiriu *status* de *corpus* a partir de uma provocação de meu orientador, que viu nas linhas de Madalosso uma oportunidade de pluralizar meu interesse pela pesquisa.

Como escritoras, Batalha e Madalosso fornecem um viés comparativo de tempos históricos e literários. Com isso, mulheres do passado e do presente são confrontadas, revisitadas, homenageadas, tudo ao mesmo tempo. Suas lutas pessoais são correspondentes, espelhadas, apesar de apartadas pela passagem de década – e das transformações decorrentes dessas passagens.

Também em relação às transformações, o segundo capítulo surgiu como uma oportunidade de estudar a classe média, sendo ela uma das grandes forças promotoras dos espaços de gênero e cerceadoras dos cruzamentos de desejo de seus membros. Para Marilena Chauí, a família, nessas condições, passa a ser assumida como um caminho natural e indissolúvel da humanidade, além de eterna e abençoada pelo Deus cristão. Desse modo, se a ideologia vigente mostrasse que:

[...] a família pequeno-burguesa tem a finalidade de reproduzir os ideais e valores burgueses para toda a sociedade e que, por isto, é nela que a ideia

de família é mais forte do que nas outras classes, teria que mostrar que a família pequeno-burguesa está encarregada de oferecer ao pai uma autoridade substitutiva que o compense de sua real falta de poder na sociedade, e que, por isto, ele aparece como devendo encarnar para toda a sociedade o ideal do Pai. Que esta família também está encarregada de dar à mãe um lugar honroso que a retenha fora do mercado de trabalho para não competir com o pai e não lhe roubar a autoridade ilusória, e que, por isto, a mulher desta família está destinada a encarnar para toda a sociedade o ideal de Mãe (CHAUÍ, 1980, p. 44).

Retomo Jessé Souza, que aponta que esses valores não são individualmente criados, mas provenientes de um rígido controle social dentro do qual nascemos e ao qual nos atrelamos – muitas vezes, de maneira inconsciente.

Imaginamos que somos páginas em branco, sem nada dentro, e que nossa renda, o dinheiro que temos no bolso, explica não só nosso consumo, mas também o nosso modo de vida. Para completar o absurdo, imaginamos que, como indivíduos, criamos tudo, os valores e as ideias que seguimos. Aqui se chega ao ápice da imbecilidade: o indivíduo não sabe de nada, nem quem é, tampouco o que a sociedade fez dele, e ainda imagina que sabe de tudo (SOUZA, 2018a, p. 38).

Assim, em busca de virtude, de comportamentos socialmente aceitos ou de uma avaliação positiva, os indivíduos sujeitam suas paixões, seus desejos, sua percepção dos outros e de si mesmos. Avigoram-se as regras morais, os códigos hierárquicos e até mesmo os espaços gendrados que excluem indivíduos os protege em grupos seletivos, excludentes.

Sabendo disso, e aliando essas questões por meio da interseccionalidade, pudemos compreender melhor as engrenagens de uma hierarquia de opressões que se estabeleceu nos romances, seja com as protagonistas – mulheres de diferentes épocas –, seja com as demais: as que receberam o devido destaque ou as que não passam de “uma das maravilhas daquela e de tantas outras épocas” (BATALHA, 2016, p. 37), que é como a voz narrativa se refere à empregada de Eurídice, “adquirida” para facilitar a vida da protagonista.

Em um clamor pelos espaços de fala e de escuta, bell hooks, ao tratar da voz feminina, revela a importância de procedimentos enunciativos no conhecimento de si e do mundo. De reivindicar o espaço na luta contra um apagamento que persistiu por séculos, de se inscrever em um mundo de novas lutas e perspectivas. Para ela:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta (HOOKS, 2019c, p. 31).

Desse modo, a partir de análises de passado e futuro, bem como das relações de maternidade, chegamos ao terceiro capítulo para questionar os espaços de mulher. Com isso, pudemos discutir questões como a ascensão do capitalismo, a formação do patriarcado e a importância das narrativas de desejo nas produções de Batalha e Madalosso. Um desejo que nem sempre segue os padrões heterossexuais, como evidenciado por Fernanda:

Quando voltei a mim, a mãe holística falava sobre fermentação natural. Eu também fermentava, não só de ciúmes mas de tesão. Imaginar as duas tinha me deixado molhada, e não sei por que estar molhada às dez para as seis da tarde num shopping center parecia um crime. Fiquei tão desconcertada com meu corpo e minha incapacidade de conversar que resolvi ir ao banheiro e dar uma esparecida (MADALOSSO, 2020, p. 144).

Ainda questionando o próprio corpo, na mesma página Fernanda menciona a masturbação com um instrumento da qual pouco fez uso. Ela, uma mulher do século XXI, poucas vezes explorara a si mesma:

Ali me ocorreu que o botão ficava no meio das minhas pernas, talvez apertá-lo pudesse me desligar. A única vez que eu tinha me masturbado num lugar público fora no banheiro de um avião, num voo para Tóquio, quando eu não sabia mais o que fazer com as mãos. Levantei e me encostei contra a parede da cabine (MADALOSSO, 2020, p. 144).

A descoberta do corpo, para um filhote macho da espécie humana, ocorre muitas vezes ainda na infância, aos 11, 12 anos – às vezes bem antes. A voz narrativa de *A Vida Invisível* chega a mencionar isso, ao tratar dos impulsos sexuais do herdeiro de Eurídice, os quais são despejados na empregada doméstica. Para uma mulher, contudo, explorar os próprios prazeres é uma tarefa não apenas desestimulada como condenada, demonstrando o aparo da sexualidade feminina e o impedimento de sua exploração plena.

De volta à importância da voz, como explicitado por hooks, compreendemos as maternidades interseccionais e as diferentes dificuldades que se impõem às muitas mães presentes na narrativa. Demos destaque a Eurídice e Fernanda, mas também a Neide e Guida, duas mulheres que encaram a falta de políticas públicas e entregam os próprios corpos na barganha pelas vidas dos filhos – uma sendo presa por seu gesto, e outra sendo sexualmente violentada.

Em *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, Martha Batalha constrói uma voz narrativa que julga as decisões de suas personagens com um olhar da época. Assim sendo, em uma leitura pouco atenta ou mais conservadora, as nuances irônicas de

suas linhas podem passar despercebidas. Como resultado, a obra literária assume papel de um manual de boas maneiras do século passado, com um narrador que fala sobre beleza ou dotes culinários, ou ainda se solidariza com a tristeza de Antenor ao imaginar que a esposa talvez não tenha casado virgem:

Aquele homem sofria. Aquele homem chorava até o nariz escorrer. Aquele homem sentia uma pena incrível de si. Ele era um trabalhador, ele era um homem sério. Não merecia ter se casado com uma vagabunda. As transmutações continuavam. Afonso e Cecília deixavam de ser filhos de Antenor para serem filhos sabe-se lá de quem, porque uma mulher que não se manteve pura pode continuar impura, e ele merece isso? Ele merece isso? “Diga agora, Eurídice, eu mereço? Por quê, por quê, por quê?” (BATALHA, 2016, p. 34-35).

Dessa maneira, a voz narrativa se aproxima da voz do próprio personagem, sendo ela, também, um dos dedos apontados em direção às figuras femininas. Ciente do julgamento geral, e do próprio posicionamento de Eurídice, uma mulher “bem-casada” e “bem-comportada”, Guida inclusive evita de contar à irmã, quando do reencontro de ambas, a respeito de tudo o que passou. Esconde, assim, o fato de ter vivido como uma ex-prostituta e ter sido violentada pelo dono da farmácia:

Na versão contada para a irmã Filomena era uma professora aposentada. “Só mesmo trabalhando com educação pra entender daquele jeito de criança, Eurídice!” Seu João era o santo que ajudou Chico com os medicamentos. “Não sei o que seria de mim se aquele homem não quisesse tanto me agradar!” A parte sobre Marcos é que Guida contou inteira, acrescentando uns salafrários, safardanas e paquidermes pelo meio, contando detalhes que faziam os olhos de Eurídice ganhar o formato de bolas de gude (BATALHA, 2016, p. 127).

Batalha coloca em contraponto duas mulheres, mas também duas distintas posições políticas diante do mundo. De um lado, a inocente Eurídice, que acredita piamente na história da irmã. De outro, Guida, que saiu de casa e viu muito do mundo, o que lhe garantiu experiências, mas também feridas das quais a outra jamais desconfiaria.

Quanto a Guida, assim como as demais mães das narrativas, ela encara os desafios necessários para dar ao filho o conforto que lhe foi negado pelo pai. Para além, e ao reencontrar a irmã – em uma das grandes viradas do livro –, a mulher abre portas para discussões outras, como constituições familiares, valorização do corpo feminino, afeto, masculinidade e tudo aquilo que margeia os temas, mas que são igualmente importantes para compreender a emancipação feminina no período que

separa os tempos narrativos das vidas de Eurídice/Guida e Fernanda/Maju, dois pares tão díspares e plurais.

Assim, a obra provoca desconcerto e propõe um prisma das mulheres dos anos 1940. E com isso, cabe ainda lembrar que, somente ao final do romance, o leitor é informado de que dona Ana, a matriarca da família Gusmão, também era uma mulher com outras características além das funções no lar. Por certo, uma fina ironia de Martha Batalha, convidando o leitor a se atentar não apenas a papéis de gênero, mas também àqueles que nele atuam:

Foi necessário fazer outra filha para Ana se ver, e sim, ela se via em Eurídice. Principalmente quando a menina olhava melancólica pela janela, como que pensando em tudo o que tinha para viver e que jamais seria vivido. Ana conhecia esse sentimento. Ele foi abafado pela vida em tamancos, que fez do seu mundo o abrir e fechar das portas da quitanda. Era tão inteligente quanto Eurídice, mas nunca pôde ver nada além das dúzias de tomates (BATALHA, 2016, p. 182).

Em entrevista concedida à TAG livros, a autora pernambucana afirma que não foram fortuitas suas construções de personagens, mas uma maneira cuidadosa de delinear um panorama amplo de tipos e figuras:

Eurídice, Guida e as outras personagens femininas são amálgamas das mulheres com quem convivi desde a infância, e que, por variadas razões, não conseguiram se realizar. Elas estavam na minha família, na vizinhança, no conservatório brasileiro de música, onde eu me formei em piano e teoria musical. Muitas estavam no rígido colégio de freiras em que eu estudava pelas manhãs e bordava e tecia durante as tardes. Algumas faziam as pazes com o destino e se resignavam com alguma doçura, outras se apagavam, e havia as que ficavam amargas, mal-humoradas. Na medida em que eu entendia mais sobre o mundo, percebi essa amargura/insegurança/silêncio/frustração como a justa resposta a um destino que lhes foi roubado. Percebi também que havia em muitas delas um potencial perdido (BATALHA, 2020, n.p.).

Giovana Madalosso, por sua vez, trata da mulher ultracontemporânea, daquela que está vivendo os dilemas do hoje. A mulher que possui papéis importantes no mercado de trabalho e no mover do mundo; a que compete diretamente com os homens, as que já podem gritar seus próprios desejos e não precisam mais estar vinculadas a um casamento ou a outras convenções. Isso se estabelece já na capa de seu romance, uma colagem de imagens que aludem aos nossos anos: smartphones, *pop art*, concretismos, semáforos, móveis minimalistas:

Figura 10 - Capa brasileira da primeira edição de *Suíte Tóquio*



Fonte: Reprodução – Editora Todavia⁵⁵

Menciono, ainda, a capa da edição europeia, a qual destaca a figura loira e imponente de Fernanda diante da intemperividade da natureza, aqui apresentada pelos animais, e na obra por Yara:

Figura 11 - Capa portuguesa de *Suíte Tóquio*



Fonte: Reprodução – Editora Tinta da China⁵⁶

⁵⁵ Editora Tinta da China. Disponível em: <todavialivros.com.br/livros/suite-toquio/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁵⁶ Editora Tinta da China. Disponível em: <tintadachina.pt/produto/suite-toquio/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Apesar disso, Madalosso ressalta que, apesar de ser feminista, sua literatura não o é, uma vez que “chamar a escrita que questiona padrões de literatura feminista aprisiona e apequena essa escrita dentro de um gênero. Isso é exatamente o contrário do que queremos” (MADALOSSO, 2022, n.p.)⁵⁷. Com isso, ela define que a escrita que discute questões do feminino é literatura universal.

Em uma relação direta entre o Brasil de ontem e o de hoje, os livros aqui estudados nos ensinam a repensar os tempos. São uma aula de como o ser humano pode ser vítima de suas próprias amarras – e aqui não falo apenas das mulheres, haja vista que também os homens se mostram presos aos papéis de gênero.

Tendo isso em vista, a submissão, como meio de fugir da violência, fez com que muitas mulheres sucumbissem às estruturas de poder (Colling, 2004) e dessas se alimentassem, sendo cruéis consigo mesmas e com outras mulheres. Quanto aos homens, foram sempre eles os maiores beneficiários de tal dinâmica, assumindo os melhores cargos nas empresas, as melhores posições nas universidades e o papel de liderança dentro de casa.

Assim, a literatura – bem como a linguagem, sua maior ferramenta, expressam uma realidade que, se não pode ser descrita integralmente, ao menos é esmiuçada, questionada, reproduzida, colocada sob lentes.

Cabe ressaltar, ainda, a produção literária da própria Eurídice Gusmão, uma obra obstinada e movida por anos de ensimesmamento e reflexão. Cheia de inspirações acumuladas ao longo do tempo, Eurídice se volta à sua biblioteca, como um recurso de voltar-se a si mesma:

Era uma biblioteca sólida. Voltou para o sofá na companhia de um livro, e pela primeira vez em muito tempo dedicou às páginas sua total atenção. Depois pegou outro, e mais outro, e foi ligando os pontos imaginários que faziam de todos aqueles textos apenas um (BATALHA, 2016, p. 162).

A tal biblioteca sólida pode servir como metáfora para a própria Eurídice, pois é de solidez que ela passa a se constituir. O que a move não é apenas uma urgência de si, mas uma urgência de ver a si mesma no mundo. Por fim, aceita que talvez nunca seja lida, mas nem por isso desanima de escrever:

Depois do Golpe de 64 Eurídice passou a escrever com mais raiva, o que se pode deduzir pela intensidade dos tectecs na máquina. Mandou alguns textos

⁵⁷ Disponível em: <<http://artecult.com/ac-encontros-literarios-giovana-madalosso/>>. Acesso em: 08 dez. 2022.

para o Jornal do Brasil, que nunca foram publicados. Alguns anos depois, quando um novo jornal chamado O Pasquim foi lançado, ela também tentou contribuir, mas nunca obteve retorno.

A vida em Ipanema, ela descobriria, não era assim tão diferente da vida na Tijuca (BATALHA, 2016, p. 185).

Em igual urgência encontra-se Fernanda, que respira aliviada ao reencontrar a filha. Quanto a Maria Julia, ela se dá conta de sua condição e compreende que jamais poderá garantir, a Cora, o futuro promissor que ela teria ao lado dos pais. Por isso a devolve, vigiando-a escondida atrás das grades de um parque.

Com isso, ambas as obras, apesar de nos instigarem a pensar novos tempos, nos lembra do longo caminho a ser percorrido, e que muitas vezes nossa opção pela passividade não atua como traço transformador.

Diante de todos os debates aqui instados, e de todas as discussões empreendidas, reitero a necessidade de que os feminismos sejam, continuamente, reconstruídos como empreendimentos de discurso, de prática, e não apenas de teorias. E que a literatura, essa que fotografa o mundo, continue nos servindo como elemento questionador; como motivador de um projeto de emancipação de mulheres, de homens e de todos aqueles que seguem invisíveis – dentro e fora dos livros.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. Trad. Denise Bottmann São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Os perigos da história única**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.
AFFONSO PENNA, Ana Beatriz. **Do problema do discurso feminino em literatura**. RCL | Convergência Lusíada n. 36, julho – dezembro, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o Contemporâneo? In: **O que é o Contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGÊNCIA SENADO. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>>. Acesso em: 20 de jul 2022.

ALMEIDA, Julia Lopes de. **Livro das donas e das donzelas**. Rio de Janeiro. Editora Vermelho Marinho, 1906, p. 24.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Bahia, Letramento, 2018.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil**: memórias de quem fez acontecer. São Paulo: Bazar do tempo, 2022.

_____. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AZEVEDO, Beatriz. Antropofagia. Palimpsesto selvagem. São Paulo: Editora SESI-SP, 2018.

BARBOSA, J. A. O cânone na história da literatura brasileira. **Organon**, Porto Alegre, v. 15, n. 30-31, 2012. DOI: 10.22456/2238-8915.29708. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29708>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BARRETO, Lima. **Toda crônica**. Vol. 1: Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2017.

_____. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BATALHA, Martha. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

BADINTER, Elizabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Trad. Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Avila; Eliane Livia reis; Glauce Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BEAUVOIR, S. **Memórias de uma Moça Bem-Comportada**. Trad. Manuel Dias Duarte. São Paulo: Círculo do Livro, 1958.

_____. **O segundo sexo**. 3 ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. 2v.

_____. **O segundo sexo**. Fatos e mitos 3 ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970. 1v.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150 de 01 de junho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost>. Acesso em 01 de out. 2021.

_____. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: secção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade No Brasil**. Col. Consciência em Debate. Belo Horizonte: Solo Negro Edições, 2011.

_____. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br>>. Acesso em: 12 nov 2022.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 13. ed. São Paulo, Brasiliense, 1983.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar. **História em revista**. V. 10. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/hr.v10i10.11605.g7457>>. Acesso em: 22 de jun. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. Boitempo: São Paulo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

_____. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n.º 26. Brasília, julho-dezembro de 2005, pp. 13-71.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

DUARTE, Constância Lima: **Feminismo: uma história a ser contada**. In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DUARTE, Constância Lima. Memorial do memoricídio: vol. 1 – Escritoras brasileiras esquecidas pela história. São Paulo: Luas Editora, 2022.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XXI – dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental [posfácio]. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A escrava: conto. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

_____. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, E. A. e FONSECA, M. N. S. (Org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 4, História, teoria, polêmica.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. In: **Estudos Avançados** 17 (49), 2003
EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2017.

EVARISTO, Conceição. O momento presente pede novas narrativas, diz Conceição Evaristo, homenageada no Enem 2018. **Portal G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2018/noticia/2018/11/06/o-momento-presente-pede-novas-narrativas-diz-conceicao-evaristo-homenageada-no-enem-2018.ghtml>>. Acesso em 01 de out. 2021.

_____. **Entrevista ao programa Roda Viva**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/09/07/conceicao-evaristo-frases-poderosas-em-entrevista-no-roda-viva.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

_____. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2008.
FIGUEIREDO, Eurídice. Violência e sexualidade em romances de autoria feminina. **Interdisciplinar**, São Cristóvão, UFS, v. 32, jul.-dez., p. 137-149, 2019.

FREITAS, Angélica. **O útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Cosac Naify. 2012. p. 7.

GOMES, Laurentino. **Escravidão** – Volume 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HERINGER, Victor. **Vida desinteressante**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2018.

_____. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Elefante, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 31^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Angélica. **O útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Trad. Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

GILMAN, Charlotte Perkins. **O Papel de Parede Amarelo**. Trad. Diogo Henriques. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

HEINE, Palmira. **Corpo e discursivização da mulher na revista Jornal das Moças da década de 50**. Redisco. Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, p. 62-72, 2015.

HEMMINGS, Clare. **Contando histórias feministas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. A roupa de Rachel in: **Estudos Feministas**, v. 0, n. 0, 1992, p. 74-96.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019a.

_____. **Olhares Negros**: Raça e Representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

_____. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019c.

_____. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril P-193-210. 2015.

JORNAL DAS MOÇAS: Hemeroteca digital, disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>>.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

LISPECTOR, Clarice “Amor”. In: LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LOPES, Adília. **Um Jogo Bastante Perigoso**. Belo Horizonte. Moinhos: 2019.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**. Trad. Stephanie Borges. São Paulo, Ubu editora, 2020
LUFT, Lya. **Mulher no palco**. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1984.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estudos Feministas**. No 22, 2014.

MACHADO, Carla Silva; MEDEIROS, Sandra Cristina de. As mulheres de papel em *O quinze*, de Rachel de Queiroz. Disponível em: <<file:///C:/Users/profe/Downloads/698-%23%23default.genres.article%23%23-2241-1-10-20210215.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MADALOSSO, Giovana. **Suíte Tóquio**. São Paulo, Editora Todavia, 2020.

MADALOSSO, Giovana. **A teta racional**. São Paulo, Grua Livros, 2016.

MEDEIROS, Kenia Gusmão: **O avesso da submissão: Reconstrução histórica por meio da literatura**. Revista Rascunhos Culturais, Coxim, MS, jan./jun. 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte Anos de Feminismo**. Unicamp, 2016.

MUZART, Zahidé. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar A ascensão das mulheres no romance, in ARRUDA, Aline Alves; NEVES, Ana Caroline Barreto; DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (org.), **A escritura do feminino: aproximações**, Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011.

MUZART, Zahidé. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar, in Maria Eunice Moreira (org.), **História da Literatura: teorias, temas e autores**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 267.

PINTO, Celi. **Regina Jardim: uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**: Descobrendo historicamente o gênero. CNT-Compostela, Agosto de 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo, Pólen, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SCHMIDT, Rita Therezinha. **Na literatura, mulheres que reescrevem a nação**. In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

_____. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Trad. Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil: 2018a.

_____. **Subcidadania brasileira**: para entender além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/LeYa, 2018b.

SOUZAS, R.; ALVARENGA, A. T. De. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 125–132, 2007.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. Coleção feminismos plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TORRES, Maximiliano. “Não era dor / o que sentia / era abismo”: cartografias de um eu em A vida invisível de Eurídice Gusmão, de Martha Batalha. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 29, n. 1, p. 46-61, 17 jul. 2020.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Editora Ubu, 2021.

_____. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WILLMER, Rhéa Sílvia. Ana Cristina Cesar: poesia em feminino e experiência urbana. *in* ARRUDA, Aline Alves; NEVES, Ana Caroline Barreto; DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (org.), **A escritura do feminino: aproximações**, Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensaios**. Madrid: EGALES, 1992.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

ZORTÉA, Adriel Dalmolin; CAMPOS, Daniela Queiróz. A ninfa nos azulejos de Adriana Varejão. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 272-290, 2021. DOI: 10.5965/2175234613302021272. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/19689>>. Acesso em: 01 dez. 2022.